

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

THIANA ORTH

“O FIM DA MISÉRIA É SÓ UM COMEÇO”?
- NOÇÃO DE POBREZA NO DISCURSO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA -

Porto Alegre
2015

THIANA ORTH

“O FIM DA MISÉRIA É SÓ UM COMEÇO”?

- NOÇÃO DE POBREZA NO DISCURSO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA -

Orientador: Prof(a). Dr(a). Gleny Terezinha Duro Guimarães

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Porto Alegre
2015

THIANA ORTH

“O FIM DA MISÉRIA É SÓ UM COMEÇO”?

- NOÇÃO DE POBREZA NO DISCURSO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA -

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Gleny Terezinha Duro Guimarães – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Leandro Ferreira – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Silmara Cristina Dela Silva - UFF

Porto Alegre
2015

*Dedico este trabalho à minha avó/mãe,
Dalira Catarina Stein Orth ('in memoriam'),
por ter me ensinado, entre tantas coisas, a
persistir.*

AGRADECIMENTOS

À Gleny, pela orientação efetiva e sensível.

Ao Marcelo, com quem divido a (des) ordem do cotidiano.

Ao meu pai Tamir, por mais uma vez e como sempre, estar presente.

À Tia Anes, pela razão e sensibilidade com que nos relacionamos.

À Maria Inês, pelas revisões precisas e por estar sempre *online*.

Ao Beto e à Isabel, com que tenho o privilégio de dividir (des) prazeres.

À Berenice Rojas Couto, pela inspiração profissional.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos integral concedida de 2012 a 2015.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado/sanduíche, em 2014.

E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a “reconstrução”, o “escoamento”, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: “Eu não sou uma máquina!”. R. Linhart: L'établi, Paris, ed. de Minuit, 1978, p. 14 (In: PÉCHEUX, Michel, 1988).

RESUMO

A pesquisa tem como tema a noção de pobreza no discurso da política social brasileira, mais especificamente, busca-se analisar como ocorre a produção dos sentidos acerca dessa noção no discurso institucional do *Plano Brasil Sem Miséria*, bem como sua relação com o discurso jornalístico *sobre* o plano. A materialidade discursiva do trabalho se concentrará em três revistas digitais publicadas no *Portal Brasil Sem Miséria*, de 2011-2014, como também em discursos proferidos pela presidente do Brasil (Dilma Roussef), nas ocasiões do lançamento do plano, em junho de 2011 e no anúncio de novas medidas, em fevereiro de 2013. Além disso, serão analisados os editoriais de dois portais, do *G1*, vinculado às Organizações Globo e do *Carta Maior*, ligado aos movimentos sociais, tendo em vista observar as formações imaginárias nas quais se respaldam. O *corpus* da pesquisa também abarca notícias circuladas nesses portais *sobre* o lançamento do plano, com o objetivo de apreender o jogo discursivo entre os portais e as determinações sócio-históricas e ideológicas dos fatos noticiados. Parte-se da compreensão do processo de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza, desde outros modos de sociabilidade, perpassando pelos discursos engendrados pelos organismos multilaterais, chegando até as políticas sociais brasileiras contemporâneas e a prevalência dos Programas de Transferência de Renda. É através da Teoria da Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux (1969) e da construção de um dispositivo analítico próprio, que decorrem as análises da tese, as quais esboçam a *Formação Discursiva Neodesenvolvimentista* (FDN) e as posições-sujeito *Economicista* e *Conservadorista* como dominantes no discurso institucional em análise.

Palavras-chave: pobreza, política social, discurso, jornalismo.

ABSTRACT

The theme of the research is the idea of poverty in the Brazilian social policy discourse, more specifically, it seeks to analyze how is the production of meanings about this notion in the institutional discourse of Brazil Without Poverty Plan, and its relationship (directions) with the journalistic discourse about the plan. The discursive materiality of the work will focus on three digital magazines published in Brazil Without Poverty Portal, in 2011-2014, as well as in speeches by the President of Brazil (Dilma Rousseff), on the occasion of the launch of the plan in June 2011 and the announcement of new measures in February 2013. Furthermore, the editorial of two portals will be analyzed, the G1, linked to Globo and Carta Maior, linked to social movements, in order to observe the imaginary formations on which they are supported. The corpus of the research also covers news circulated in these portals about the launch of the plan in order to grasp the discursive game between the portals and the socio-historical and ideological determinations of the reported facts. It starts with the understanding of the historical production process of discourses coping with poverty from other modes of sociability, passing by discourses engendered by multilateral organizations, reaching the contemporary Brazilian social policies and the prevalence of Income Transfer Programs. It is through the Theory of Discourse Analysis proposed by Pêcheux (1969) and the construction of its own analytical device, which result analyzes of the thesis, which outline the Formation Discourse Neodesenvolvimentista (NDF) and the positions subject- Economist and Conservadorist as dominants in the institutional discourse analysis.

Keywords: poverty, social policy, discourse, journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Triangulação..... | 17 |
| Figura 2 – Esquema da tese..... | 20 |
| Figura 3 – Portal Brasil sem miséria..... | 72 |
| Figura 4 – Formação discursiva..... | 114 |
| Figura 5 - Portal G1..... | 122 |
| Figura 6 – Portal Carta Maior..... | 131 |
| Figura 7 – Circulação dos discursos..... | 140 |

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do discurso
AIES – Aparelhos ideológicos de Estado
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CEPAL – Comissão econômica para América Latina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FD – Formação discursiva
FDN – Formação discursiva Neodesenvolvimentista
FI – Formação ideológica
FMI – Fundo monetário Internacional
IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada
MDS – Ministério do desenvolvimento social
MEC – Ministério da Educação
OMD – Objetivos de desenvolvimento do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa bolsa família
PBSM – Plano Brasil sem miséria
PFZ – Programa Fome zero
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PPC – Paridade do poder de compra
PS – Posição sujeito
PT – Partido dos Trabalhadores
PTR – Programas de Transferência de Renda
SD – Sequência discursiva

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 ANÁLISE DE DISCURSO: CONCEITOS NORTEADORES..... | 22 |
| 2.1 Memória, história e língua: uma zona de disputa..... | 23 |
| 2.2. Memória discursiva e memória social..... | 27 |
| 2.3 Formação: Imaginária, Ideológica, Discursiva e Social..... | 32 |
| 3 CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE POBREZA..... | 40 |
| 3.1 As heranças de outros tempos: do século XII ao XIX..... | 40 |
| 3.2 Os discursos da <i>nova economia do social</i> : o século XX em foco..... | 50 |
| 3.3 Políticas Sociais como discurso: o silenciamento acerca das desigualdades... | 58 |
| 4 O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM PAUTA..... | 67 |
| 4.1 Discurso institucional: a <i>língua de Estado</i> em movimento..... | 67 |
| 4.2 Posições-sujeito: a prevalência do <i>Economicismo</i> e do <i>Conservadorismo</i> | 83 |
| 5 PORTAIS G1 e CARTA MAIOR: O MAIS DO MESMO..... | 116 |
| 5.1 Discurso jornalístico: <i>efeitos de sentidos revestidos de credibilidade</i> | 116 |
| 5.2 Formações Imaginárias em funcionamento..... | 119 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 142 |
| REFERÊNCIAS..... | 147 |

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar a pobreza pela perspectiva discursiva inclui pensar acerca do funcionamento e da circulação dos discursos de combate a ela, que desde outros modos de sociabilidade vem atribuindo sentidos a sua noção. O interesse em compreender o processo de produção histórica desses discursos subjaz um dos principais questionamentos que motivaram essa pesquisa: como e por que, até os dias de hoje, ou seja, em pleno século XXI, os pobres são ainda taxados como aqueles que estão na condição de pobreza porque escolheram, que “só é pobre quem quer”?

Nas últimas décadas, a noção de pobreza tem sido distanciada dos debates acerca das concepções de democracia e desigualdade, sendo transformada num objeto técnico “em si”. Essa é uma transformação não somente discursiva como também prática, sendo nesse sentido que - por meio de *deslizamentos* discursivos e práticos - cada vez mais se privatiza o atendimento de necessidades sociais e se redesenha as formas de combate à pobreza. Nesse processo o que vem prevalecendo são os códigos de um “novo” economicismo, os quais produzem leituras instrumentais da pobreza. Desse modo, há uma hipervalorização e uma tendência de análises técnicas, que explicam a pobreza somente pela falta de recursos, fazendo com que o fenômeno seja, sobretudo, compreendido e medido por indicadores de renda.

Nessa direção, com mais ênfase a partir da década de 1990, a pobreza vai se converter em tema central da agenda dos organismos multilaterais, sobretudo, do Banco Mundial, o qual vem destinando deste então, bilhões em empréstimos a países pobres ao redor do mundo. É a partir das políticas articuladas por esses organismos que emerge uma *matriz discursiva*, como pontuam Borges e Kraychet (2007) acerca da pobreza, em que o centro do debate sobre a origem da mesma e sobre as estratégias para seu enfrentamento é deslocado para os indivíduos e seus *déficit* (falta de qualificação), o que retira de cena as questões estruturais geradoras da pobreza, tornando-a como um fenômeno naturalizado, como se resultasse de procedimentos estatísticos.

Ao realizarmos o levantamento bibliográfico¹ de teses e dissertações no portal CAPES², considerando as publicações entre 2010 a 2015, foram encontrados 114 registros de pesquisas na área da Economia, seguida da área do Serviço Social e da Sociologia, com 84 e 64 registros, respectivamente. O fenômeno da pobreza, dessa forma, no âmbito científico-acadêmico está sendo estudado predominantemente pelas Ciências Econômicas no Brasil.

Através da orientação dos organismos multilaterais e da ideologia neoliberal, os Programas de Transferência de Renda (PTR) emergem como a “grande solução” para a erradicação da pobreza nos países da América Latina. No Brasil, o programa Bolsa Família, unificado em 2004, é o principal modelo dessa tendência.

Na última década, as políticas sociais desenvolvidas para o enfrentamento à pobreza, no país, possuem características compensatórias e seletivas, centradas em *situações-limite* em termos de sobrevivência e direcionadas aos mais pobres entre os pobres, incapacitados de competir no mercado. Esse é o legado da subordinação do social ao econômico, em outras palavras, o “social constrangido pelo econômico; o social refilantropizado, despolitizado, despublicizado e focalizado”. (YAZBEK, 2012, p. 12).

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) surge no bojo de transformações sócio-históricas e políticas, em junho de 2011, com “a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população” (BRASIL, 2011) até o final de 2014. Considerado como o principal programa social do Governo Federal, o PBSM reuniu diversas políticas sociais que já estavam em andamento, como também criou novas. Em seu discurso institucional considera uma perspectiva multidimensional do fenômeno da pobreza, estruturando-se através de três eixos: Garantia de Renda, Acesso à Serviços e Inclusão Produtiva. Ou seja, em sua constituição e estruturação, não focaliza apenas na transferência direta de renda, mas também em aspectos mais amplos, como na ampliação da oferta de serviços públicos nas áreas da saúde e educação, como também no que tange ações para inclusão produtiva e geração de renda. É, sobretudo, no discurso institucional do plano que nos debruçamos nessa

¹ Realizado no mês de junho de 2015, através do termo “pobreza”.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma autarquia e agência pública de pesquisa do Brasil, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado edoutorado) em todos os estados do país.

pesquisa, com o objetivo de apreender como a noção de pobreza vem sendo ressignificada na contemporaneidade.

Tendo em vista o interesse em articular as áreas da Comunicação e do Serviço Social³ também nos propomos a analisar o discurso jornalístico. Tendo em vista o contexto de centralidade da mídia nos processos sociais contemporâneos, analisá-lo é uma tarefa relevante, contudo, complexa, pois o jornalismo, hoje, mais do que em outras épocas, busca sentidos para seu próprio discurso.

O desenho das concepções de mundo construído pelo jornalismo tem papel importante na construção do imaginário social. Nessa direção, consideramos o discurso jornalístico como aquele que vai (re) construindo a história da institucionalização dos sentidos ininterruptamente, como pontua Moreira e Silva (2007). Além disso, o discurso jornalístico cria um *efeito de sentido*, que se relaciona diretamente com o imaginário coletivo, o qual cristaliza uma compreensão de que aquilo que não foi pautado não aconteceu. Desse modo, Guareschi (2007, p. 22) é assertivo: “parece que algo passa a existir ou deixa de existir, sociologicamente falando, se apareceu na mídia ou não”.

É a partir da Teoria da Análise do Discurso (AD) criada por Michel Pêcheux na década de 1960 na França, a qual se apresenta como uma teoria materialista do discurso, que decorrem as análises da tese.

A Análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, o da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o lingüístico, que constitui a materialidade específica do discurso. (ORLANDI, 2012, pág. 8).

³ Após a graduação em Jornalismo concluída em 2002, iniciamos um processo de pesquisa em que nos aproximamos das teorias do Serviço Social. Durante a Especialização em Comunicação para a Economia Social (2007-2009), na Fundação Irmão José Otão (PUCRS), participamos da “Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Lomba do Pinheiro”, região com alto índice de vulnerabilidade social de Porto Alegre. A partir dessa imersão, escolhemos trabalhar com o enfoque na Comunicação Comunitária, o que se prosseguiu no mestrado, realizado entre 2008-2010 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/PUCRS). No ano de 2009, realizamos a disciplina eletiva no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-PUCRS), intitulada: “Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais”, ministrada pela prof^a Dr^a Berenice Rojas Couto, momento em que vislumbramos o doutoramento em outra área do conhecimento.

Ao nos propormos a trabalhar com a AD estamos compreendendo que “[...] nada nos pode autorizar a considerar, em um certo nível de generalidade, que falamos ‘a mesma coisa’. Isto porque as circulações discursivas não são jamais aleatórias porque o ‘não-importa-o quê’ não é jamais ‘não-importa-o quê’. Os efeitos discursivos derivam de uma materialidade específica” (ORLANDI, 2005, p. 12). Fazer AD, em resumo, como assinala Mariani (1998, p. 26), “representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-constituídos e dados como óbvios”.

No que se refere ao método que norteia a pesquisa, se optou pelo materialismo histórico/dialético. O método pode ser comparado à bússola e, ao mesmo tempo, ao exercício do olhar, que constitui indicações, mas não fórmulas prontas. É importante destacar que a Análise de Discurso (AD) está inscrita epistemologicamente no materialismo histórico, entendendo o discurso como um processo constituído pela articulação da língua com a história, ou seja, com a *historicidade*. A interlocução da AD com o marxismo, expressa desde o início da reflexão teórica da área, possibilita um profícuo debate em torno de conceitos-chave e gestos analíticos, permitindo a redefinição e deslocamentos de noções que possibilitam compreender o movimento histórico dos sujeitos e da sociedade e seus efeitos ideológicos nos processos de significação. (SEAD, 2013). Além disso, consideramos também uma questão de método que:

Não basta conhecer, precisamos explicitar o que queremos conhecer e para que conhecer. Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, processos alienadores, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias. Parece-nos ser esta também uma questão de método. (PRATES, 2012, pág. 127).

Construindo os andaimes para a análise

O dispositivo, a *escuta discursiva*, como denomina Orlandi (2012) deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, os quais nos levam à compreensão do discurso e sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os, questionando o efeito da ideologia. E é nesse processo que descrição e interpretação andam juntas.

A palavra 'dispositivo' em AD não possui um caráter puramente mecânico, mas remete a uma lógica complexa, sendo assim um lugar de observação, que permite a visualização do mecanismo de funcionamento dos discursos (SHWAAB, 2007). É, portanto, através do dispositivo de análise que se volta para o discurso a partir de uma posição distinta da do leitor.

Dela Silva (2011, p. 19) destaca a construção de um dispositivo analítico como um gesto necessário para a compreensão dos efeitos de sentido nos discursos. Enquanto analistas de discurso trabalhamos com a opacidade da língua e com a transparência dos sentidos. Dessa forma, não há um único sentido a ser buscado, ou uma espécie de receita a ser seguida.

O dispositivo teórico da AD sustenta o trabalho do analista, mas os conceitos a serem mobilizados para a análise de um *corpus* específico depende do tipo de material a ser analisado e também da questão proposta pelo pesquisador em sua análise. É esse recorte no dispositivo teórico que permite ao analista a abordagem de suas questões de pesquisa em um *corpus* com uma materialidade específica, que constitui o que chamamos dispositivo analítico (DELA SILVA, 2011, p.19).

A construção do dispositivo de análise é aberta, portanto, as possibilidades múltiplas, as quais emergem a partir do recorte teórico-analítico que cada analista desenvolve, por isso diferentes caminhos podem ser percorridos. A análise parte de um olhar específico fortemente alicerçado no quadro epistemológico da AD, em que se unem o histórico e o lingüístico, como ressalta Mittmann (2007). É a partir daí que se faz uma teorização sobre o discurso e não uma descrição do texto, sendo que nesta teorização, não se efetua uma análise exaustiva, que tenta dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas se trabalha profundamente sobre alguns aspectos discursivos relacionando noções teóricas pertinentes.

Nessa direção, Mittmann (2007) reforça o compromisso político do analista ao pensar sobre os caminhos a serem percorridos para a análise, enfatizando que é preciso avançar sobre aquilo que é imposto como evidência, ou seja, é preciso desvendar os processos discursivos (e também o que está fora dele) e não apenas confirmar consensos de objetividade e estatísticas que reafirmam os dizeres legitimados.

A materialidade discursiva que elencamos para análise é oriunda de enunciados de portais de notícias brasileiros⁴. Desse modo, a construção do dispositivo analítico dessa pesquisa parte da busca por analisar a produção dos sentidos acerca da noção de pobreza no discurso do portal do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Foi diante do interesse em pensar a pobreza no Brasil contemporâneo que chegamos ao referido plano. Cabe destacar que, a escolha do PBSM como foco, se deu não apenas por ele ser considerado como o principal programa social do atual governo para o enfrentamento à pobreza no país, mas, sobretudo, porque partimos do pressuposto que os enunciados de seu portal institucional estão (re) produzindo sentidos em torno da noção de pobreza.

Elencamos também para análise, notícias do portal *G1*, tendo em vista que este configura como um dos portais de notícias mais lidos do Brasil (cerca de 49 milhões de acesso ao mês). No ranking de sites mais acessados do país, o *G1* aparece em 6º colocado⁵.

O portal pertence a maior empresa de comunicação do Brasil, as Organizações Globo, sendo coordenado pela Central Globo de jornalismo. Lançado no ano de 2006, ele disponibiliza conteúdo jornalístico de diversas empresas, entre elas da *Rede Globo*, da *Globo News*, das *Rádios Globo* e *CBN*, dos *Jornais O Globo* e *Diário de São Paulo*, das revistas *Época* e *Globo Rural*, entre outras, além de disponibilizar reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo. O portal tem redações próprias em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, e também trabalha com agências de notícias como a *Associated Press*, *New York Times* e *Reuters*. As notícias são atualizadas 24 horas por dia⁶.

Já o portal *Carta Maior* foi escolhido por configurar como um portal independente que não está atrelada a nenhuma empresa de comunicação, como também por ter grande repercussão internacional e reconhecimento, no meio jornalístico⁷.

⁴ A internet é um dos principais meios de fonte de busca de informação na atualidade. Pesquisa sobre hábitos de consumo da mídia no Brasil (SECOM, 2014) revelou que a rede eletrônica é o meio de comunicação que mais cresce no país. É assim que, a internet, em sua irrefutável expansão, constitui hoje uma arena de embates pela hegemonia cultural e política. (MORAES, 2013).

⁵ Informações disponíveis no site Alexa, empresa que monitora e mensura os acessos a sites de cada país. Disponível em: <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>. Acessado em 13 de junho de 2014.

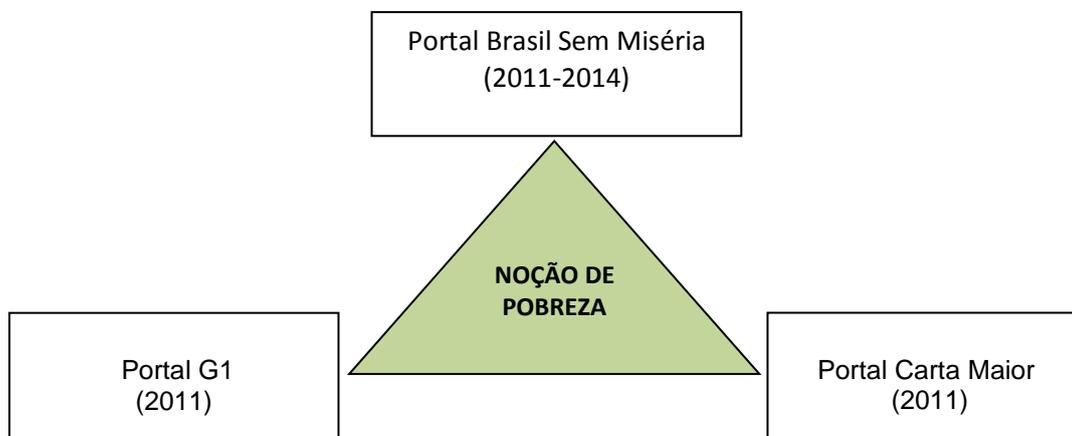
⁶ Informações retiradas do próprio portal *G1*.

⁷ Em 2007 e 2011, o portal ganhou, na categoria de "Melhor site de hard news", o *Troféu dia da imprensa*, o qual premia o melhor da imprensa brasileira na internet, tendo concorrido, com a Agência

O *Carta Maior* surge na primeira edição do Fórum Social Mundial, realizada em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Autodenomina-se de *Portal da Esquerda brasileira e latino americana*. O portal mantém parceria com uma série de publicações no Brasil, Europa e América Latina, contando com correspondentes em Buenos Aires, Santiago, Cidade do México, Paris, Londres, Berlim e Madri. Atualmente, possui mais de 950 mil leitores mensais e um cadastro com mais de 100 mil inscritos, que recebem uma *newsletter* com as publicações do dia. Os leitores do portal estão concentrados no Brasil, especialmente no Sudeste e Sul⁸.

Em resumo, elencamos portais de diferentes posicionamentos editoriais e formatos: um institucional, administrado pelo governo federal, denominado de *Portal Brasil Sem Miséria*; outro vinculado ao maior grupo de comunicação do Brasil, o G1 e por último, o *Portal Carta Maior*, ligado aos movimentos sociais. Temos assim uma espécie de triangulação:

Figura 1. Triangulação



Fonte: Elaborado pela autora

O *Portal Brasil Sem Miséria* está no topo da pirâmide por dois motivos: o primeiro é porque mesmo se apresentando através de um formato jornalístico⁹, ele é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS),

Estado, com o Portal G1, Último Segundo e UOL News. Também já recebeu menção honrosa no prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, por três vezes. (CARTA MAIOR, 2014).

⁸ Informações retiradas do Portal Carta Maior.

⁹ Para Marques de Melo (2009), os formatos jornalísticos dizem respeito às mensagens jornalísticas estruturadas com certas características, como por exemplo, notícias e entrevistas.

articulando, portanto, um discurso institucional do próprio governo federal, ou seja, um dizer de promoção do plano e do imaginário de sua representatividade enquanto governo que foi eleito pela maioria da população brasileira. O que o difere dos outros dois portais. O segundo motivo é por considerarmos que os portais *G1* e *Carta Maior* o acessam como fonte de informação ao formularem suas notícias sobre o plano. O Portal Brasil Sem Miséria seria também a “fonte oficial”, um lugar onde são publicadas um conjunto de pesquisas, estatísticas, cartilhas explicativas dos programas, entrevistas com os coordenadores do plano, etc.. Podemos dizer, com isso, que temos dois campos discursivos de referência em análise, o Discurso Institucional e o Discurso Jornalístico.

No portal *Brasil Sem Miséria*, como procedimento inicial para delimitação do universo textual a ser analisado consideramos os anos iniciais do plano, do lançamento, em 2011, até o final de 2014 (pois foi esse o período estipulado pelo Ministério de Desenvolvimento Social como limite para o cumprimento de determinadas metas), com o objetivo de compreender como os sentidos foram sendo produzidos em sua historicidade, através de publicações anuais. Não delimitamos o material para análise enfocando em alguns dos programas sociais que compõem o plano¹⁰, pois ao nos debruçarmos no material bruto, percebemos que seria mais interessante analisar notícias e publicações que se referissem ao plano como um todo, e não especificamente, a algum programa.

Como há uma grande quantidade de publicações¹¹, elencamos uma série de materiais que consideramos significativos para análise, tendo em vista nossos objetivos. Assim, após sucessivas leituras dos textos do portal, selecionamos para um primeiro trabalho de análise e posterior constituição do *corpus*, além do decreto que instituiu o plano:

a) dois discursos da presidente Dilma Roussef, um realizado na ocasião do lançamento do plano, em 2011, e outro na cerimônia de anúncio de novas medidas, em fevereiro de 2013.

b) três revistas editadas em formato digital e disponibilizadas no *link Publicações*: a primeira de fevereiro de 2012, com editorial intitulado: *Um ano de*

¹⁰ Inicialmente, havíamos pensado em delimitar a análise a partir de notícias que pautassem determinados programas do plano, no caso: Bolsa Família, Ação Brasil Carinhoso, Pronatec, Ater, Mais Educação e UBS.

¹¹ No final de 2014, por exemplo, foi lançado o *e-book* “O Brasil Sem Miséria” com 848 páginas, contendo 32 artigos elaborados pela equipe de coordenação do plano e por parceiros executores.

resultados; a segunda de fevereiro de 2013, com editorial intitulado: *Um novo patamar de desenvolvimento* e a terceira, publicada em dezembro de 2014, tendo na capa o título: *O Brasil Mudou – o fim da miséria é só o começo* (essa última também contou com uma tiragem impressa);

c) o *Caderno de Resultados – 2011/2014*, disponível no *link Publicações*.

Já nos portais *G1* e *Carta Maior*, nos detivemos no lançamento do plano¹², ou seja, delimitamos nosso olhar para as notícias circuladas num espaço de tempo menor, mas significativo para nosso objetivo de perceber como se dão as relações de sentidos entre o discurso jornalístico e o discurso institucional. Assim, o material previamente selecionado para análise nos Portais *G1* e *Carta Maior* foram:

a) os Princípios Editoriais das Organizações Globo, disponível no portal;

b) os Princípios Editoriais do *Carta Maior*, publicamos no link “quem somos” no portal.

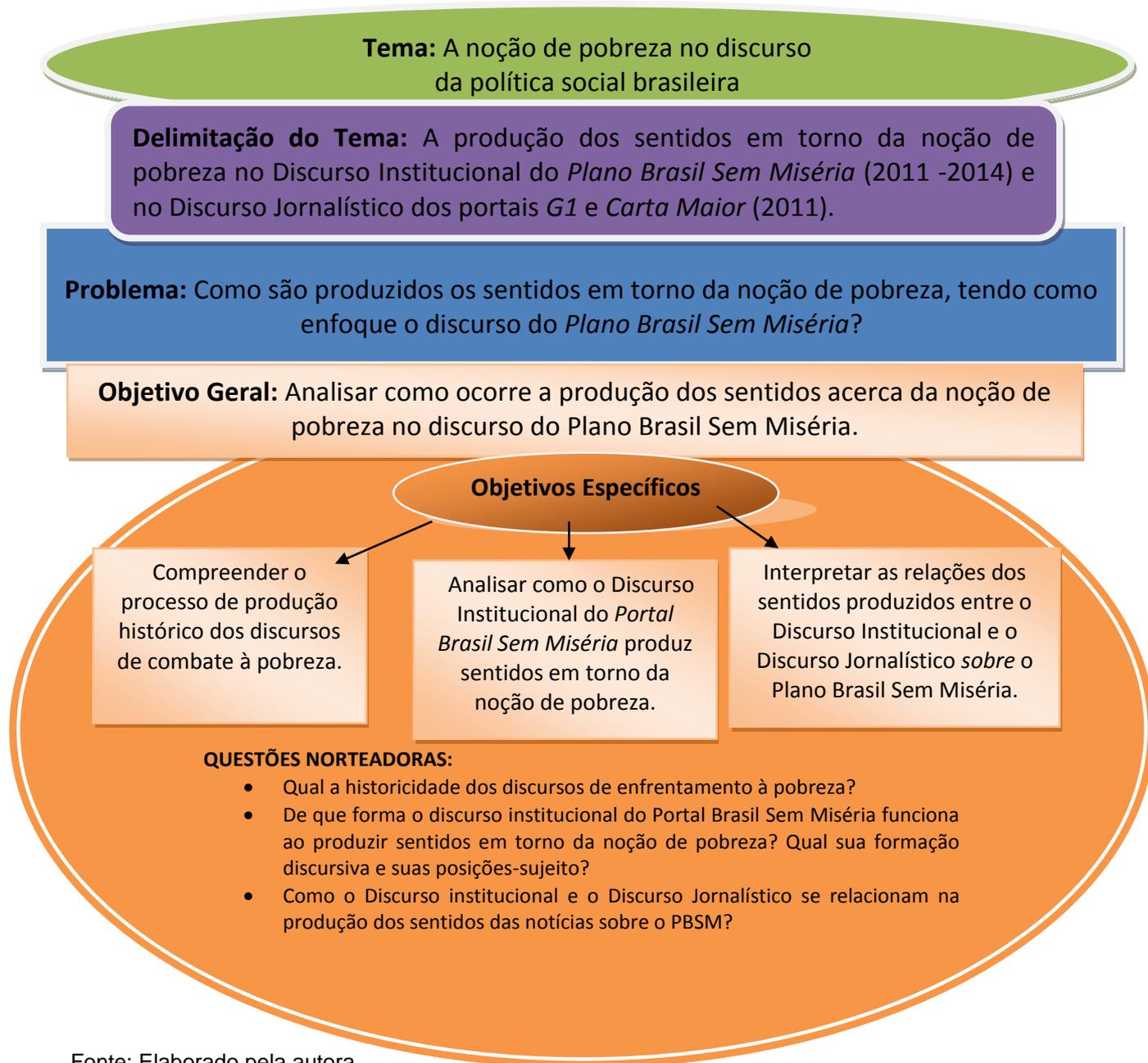
c) seis notícias que pautaram o lançamento do plano no portal *G1*.

d) oito notícias que pautaram o lançamento do plano no portal *Carta Maior*.

Em cada um dos capítulos da tese, buscamos responder aos diferentes objetivos específicos e ao geral, bem como ao problema de pesquisa, os quais estão delineados na figura a seguir:

¹² Ocorrido no dia 02 de junho de 2011, através de uma cerimônia que reuniu centenas de pessoas no Palácio do Planalto, entre governadores, deputados, congressistas e representantes dos movimentos sociais, o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria está sendo considerado como um acontecimento/fato político, o qual foi pautado, na época, por grande parte da imprensa brasileira. Cabe destacar que a escolha por focalizar em notícias que pautaram o lançamento do plano, se deu após uma vasta incursão e leitura de notícias e publicações, tanto no *G1* como no *Carta Maior* acerca do Plano Brasil Sem Miséria. Fizemos a leitura de um conjunto de mais 100 notícias, publicadas entre 2011 a 2014 nos portais. Após esse procedimento, percebemos que, de uma maneira geral, as notícias acompanhavam a divulgação das metas, de anúncio de novas medidas e programas divulgados pelo próprio portal Brasil Sem Miséria, desse modo fizemos o recorte para apenas um dos eventos mais significativos que foi o seu lançamento.

Figura 2. Esquema da tese



Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o exposto, a tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo dois, apresentamos as principais noções da Análise do Discurso articuladas na tese, perpassamos, assim, pelos conceitos de memória, historicidade, língua, formação imaginária, discursiva, ideológica e social. No terceiro capítulo, buscamos compreender o processo de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza, levando em consideração o *efeito imaginário de continuidade* entre as épocas. No quarto capítulo, nos debruçamos na análise do

discurso institucional do *Portal Brasil Sem Miséria* e nos sentidos produzidos em torno da noção de pobreza. Já no quinto e último capítulo, buscamos interpretar de que forma os discursos institucional e jornalístico se relacionam ao produzirem sentidos em torno da noção de pobreza, levando em consideração o jogo discursivo entre os portais.

2 ANÁLISE DE DISCURSO: CONCEITOS NORTEADORES

Nosso empreendimento supõe, parece-me, levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem língua, nem literatura, nem mesmo as 'mentalidades' de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada. (PÉCHEUX, 2012).

Adentrar o universo dos conceitos da Análise de Discurso (AD) é uma tarefa complexa e instigante. A complexidade se dá logo de início ao tentarmos definir, conceituar, separar para depois juntar as noções elencadas, pois percebemos que o gesto de "dar conta" dos conceitos não é possível em AD. De imediato nos desiludimos (saímos da ilusão) em realizar tal tarefa de forma categorizada, organizada, digamos assim, seguindo alguma ordem prévia, tendo em vista que as noções se enredam, se imbricam, não são independentes entre si. Em outras palavras, ao tentarmos explicar um conceito em AD sempre partiremos ou teremos como destino outro conceito da teoria, como numa espécie de enredamento de fios, formando uma trama discursiva.

Assim como o *equivoco* é um fenômeno estruturante da língua, a *incompletude* também é uma marca forte para a AD. E o emaranhado de conceitos, sobre o qual estamos nos debruçando nesse empreendimento inicial para apreendermos a *opacidade* do discurso e que nos fazem perceber como se dão as amarras e as costuras dessa trama, também é permeado por faltas e incompletudes.

Mas é preciso de alguma forma começar, pois como bem disse Ferreira (1994), as balizas que cercam a AD são fluidas, tênues e oscilam, mas nem por isso são indistintas. O objetivo desde capítulo, portanto, é introduzir os principais conceitos da AD que serão articulados no trabalho. Ao nos lançarmos nas noções de memória, língua e história, bem como nas noções de formação imaginária, social, discursiva e ideológica, buscamos as implicações e a rede de impactos que tais conceitos terão ao longo da tese.

2.1 Memória, história e língua: uma zona de disputas

Ao fazer o fechamento da mesa redonda intitulada 'O Papel da Memória', durante o colóquio 'História e Linguística', em 1983, na Escola Normal Superior de Paris, Pêcheux (1999) destaca que a questão do papel da memória permitiu pensar acerca dos mecanismos e dos processos em que um acontecimento histórico, ou seja, um elemento histórico descontínuo e exterior se torne passível de se inscrever no espaço potencial próprio a uma memória. E logo trata de esclarecer: "a memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da 'memória individual', mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador" (PÊCHEUX, 1999. p. 50). O autor destaca as duas formas-limite que fragilizam o processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória: a primeira seria o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; e a segunda seria o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. Nesse processo, ocorre um jogo de força na memória, que por um lado visa a manter uma regularização discursiva e por outro tende ao contrário, desloca e desregula a rede dos "implícitos"¹³.

Achard (1999) ressalta que falar em memória é também falar do estatuto dos implícitos e que, do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo irá recorrer a sua (re) construção. Já Davallon (1999) traz apontamentos sobre a memória social e a memória coletiva através dos objetos culturais¹⁴, especialmente sobre a questão da imagem. Segundo o autor, lembrar um acontecimento ou um saber registrado não é mobilizar uma memória social, sendo necessário para isso que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Ele cita Halbwachs¹⁵ para dizer que seria através dessa dimensão intersubjetiva e grupal 'entre eu e os outros', que se especificaria a memória coletiva,

¹³ Nesse mesmo texto, Pêcheux explica que, tecnicamente, os implícitos seriam os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc..

¹⁴ Para Davallon, objetos culturais seria o conjunto dos objetos concretos (livros, escritos, imagens, filmes, arquitetura, etc.) que resultam de uma produção formal e que são destinados a produzir um efeito simbólico.

¹⁵ Importante sociólogo francês (1877-1945), suas principais pesquisas eram em torno do conceito de memória coletiva.

que seria uma corrente de pensamento contínuo, retendo do passado somente aquilo que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo.

O funcionamento da memória como uma espécie de caleidoscópio (FERREIRA, 2005), evidencia que a noção não pode ser tratada como algo fechado, acabado, remetendo apenas a uma reciclagem ou junção.

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999. p. 56).

Com isso, buscamos relacionar língua, história e memória, partindo do pensamento do historiador Edgar De Decca e das relações que faz entre *História, Memória e Interpretação*¹⁶. Para ele, na maioria das vezes, associamos a memória como uma atividade passiva do sujeito, quase nunca aparecendo como um dispositivo de ação, um dispositivo que mobiliza, mas que, se observarmos do ponto de vista dos historiadores, ela é quase sempre mobilizadora. Um exemplo seria o comportamento que a cultura judaica tem com relação à memória do holocausto, que no caso é uma memória profundamente mobilizadora, já que utiliza o artifício da memória para que o passado seja sempre atualizado. Isso significa não deixar que o acontecimento seja apropriado pela História, que ele se torne historicizado, perdendo seu efeito de ser fonte de mobilização do sujeito.

Decca (2007) também traz que há um embate entre a memória e a História na concepção moderna e da qual somos herdeiros até hoje, que seria a História dita científica. A História, no sentido moderno, que foi inaugurada no século XVIII com o iluminismo, foi criada como uma área do conhecimento que desconfiava do território da memória, pois segundo a filosofia iluminista, a memória é fonte de erro.

¹⁶ Título da palestra proferida pelo autor no II SEAD – Seminário de Estudos da Análise de Discurso, em 2005, na UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A memória como é subjetividade, é uma construção que é pessoal, ela é fugaz, ela não tem possibilidade de estabelecer um território de verificação, ela é totalmente frágil no sentido de que ela é muito subjetiva. E, ela é sujeita a erro porque, na medida em que a memória não é sujeita a nenhum critério de verificação, ela pode ser sujeita a erros imensos, a preconceitos incalculáveis. E a ideia que o pensamento iluminista tem, com relação ao território da memória, é que o território da memória é um território que nunca passou pelo crivo da razão. Quer dizer, a memória nunca se enfrentou com a verdade dos fatos. (DECCA, 2007, p. 50).

Há uma *disputa pelos fatos* em que sujeitos competem para verem suas histórias sendo contadas, pois em geral é a memória dos opressores que prevalece na história dita oficial. Um exemplo são os sujeitos do movimento negro, que querem ver a história do Zumbi dos Palmares sendo contada nos livros de história. É na disciplina histórica que nos ensinam nas escolas, complementa Decca (2007), que aprendemos a confiar nos textos que estamos lendo, existe essa confiabilidade em torno da História dita científica que está nos livros. Com isso, cabe uma reflexão: de que forma a pobreza é “contada” nos livros de história?

No território da História, portanto, sempre haverá essa enorme disputa, que seria a disputa pelo *território da facticidade*, pois como ressalta Decca (2007, p. 54): “aonde a História e a memória têm um território o mais conflitante e, aonde o combate é efetivo, é no território do estabelecimento dos fatos”. No final de seu argumento, o autor elucida que ler a História é também ler o sentido sobre o qual nos entendemos e nos projetamos, destacando que, através da descrença pós-moderna, ocorreu a fragmentação do sujeito coletivo e portanto,

a História não deixa de ser um retrato do nosso próprio tempo, o nosso fazer da História não deixa de ser um retrato da nossa própria divisão, fragmentação e pulverização. Neste sentido, a relação entre História e Memória continua sendo uma zona de disputa constante. (DECCA, 2007, p. 55).

Nessa zona de disputa, entra em jogo também a noção de língua, que para a AD está irremediavelmente ligada à noção de história. No artigo *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, Pêcheux (1990) busca mostrar como as relações entre língua e história se tramam. No período da Revolução Francesa, a questão da linguística chega politicamente à ordem do dia, desembocando na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional, o que resultou em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas, ou seja, não mais o choque de dois mundos,

que antes eram separados pela barreira das línguas, “mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível” (PÊCHEUX, 1990, p. 10).

Já no período das revoluções socialistas a partir do século XIX, a política burguesa organiza uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito, tal unificação passa pela difusão da língua nacional e da gramática, que constituiu uma das questões em jogo nas lutas de classes na Europa do século XIX. O bilinguismo foi ensinado à classe dominante, já uma gramática chula e truncada foi repassada aos dominados. Criou-se, assim, uma *barreira política invisível*, que se entrelaçou sutilmente com as fronteiras econômicas engendradas pela exploração capitalista. Pêcheux (1990) enfatiza que essa barreira atravessou a sociedade como uma linha móvel, sendo uma maneira política de negar a política, onde a língua da ideologia jurídica permitiu conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social.

Por seu lado, o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista. (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

A revolução socialista aparece como o inexistente específico do mundo burguês e o discurso revolucionário socialista se constrói em torno da barreira política invisível que protege o Estado, tal discurso consiste em reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, *tornando-o visível* para si mesmo, como também incide em denunciar a sociedade, buscando mudar a base do mundo. Pêcheux (1990) argumenta que, se no espaço revolucionário se tem a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o *invisível* aparece como inevitável, ou seja, a existência da *ausência* está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas de negação, bem como no jogo das formas que misturam o presente com o passado e o futuro.

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não esta’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

As relações entre língua e história se entrelaçam de forma indissociável, Ferreira (1994) ressalta que a concepção de língua trabalhada pela teoria permite transgressões; é capaz de contradições, de deslocamentos, saindo da estrutura lógica, categórica. Para a autora, língua e história estabelecem dois caminhos para a AD, tanto a partir da evidência de uma materialidade, que é própria da língua, como a partir do acontecimento, que é próprio da história.

A noção de história tem vinculação com o sentido, sempre se volta para os sentidos quando se traz a história para a AD. Ferreira (1994, p.19): resgata o pensamento de Paul Henry dizendo que “não há fato ou acontecimento que não faça sentido, que não reclame por interpretação. É precisamente nisto que a história consiste, nesse fazer sentido”. Avistamos aí a noção de *historicidade*, que tem como horizonte a inscrição da língua na história. Apreender a historicidade dos sentidos, por meio de gestos de interpretação, é um dos objetivos da AD. Essa “apreensão”, contudo, é quase sempre fugidia.

A AD vai se interessar precisamente por esse terreno, por vezes escorregadio, os deslocamentos, as rupturas de sentido, e por onde se percebem os pontos de deriva dos enunciados. É isto que a faz ficar presa entre o real da língua e o real da história, ou em outros termos, entre a materialidade e o acontecimento, ou ainda, entre o impossível e a contradição. Por isso também a opção pelo fato (e não o dado) e pela forma material (e não abstrata), visando neles a sua historicidade. (FERREIRA, 1994, p. 154).

Historicidade é um conceito chave, podemos utilizar a metáfora da âncora como forma de figurar o que ela representa para a teoria. Scherer e Tascheno (2005), em artigo onde trabalham com o papel da memória para Pêcheux, ressaltam que ele reiterava em seus textos que o espaço da Análise de Discurso *era o lugar incerto onde a língua e a história se encontram mutuamente submetidos e submersos na e pela interpretação.*

2.2 Memória Discursiva e Memória Social

É na noção de memória social que está a garantia do que Mariani (1998) chama de um *efeito imaginário* de continuidade entre as épocas. A memória social pode ser entendida como um processo histórico, que se realiza tendo como base uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou passados. É nesse

movimento que “ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais” (MARIANI, 1998, p.35). Assim se naturaliza um sentido ‘comum’ sobre determinados assuntos na sociedade e se mantém imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Cabe ressaltar que o sentido predominante não necessariamente apaga ou anula os demais ou que eles não possam vir a se modificar, como avalia Mariani (1998), já que muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico.

Com base em Robin, que fez um inventário dos tipos de memória, Mariani (1998) destaca que “memória oficial” seria aquela memória nacional, institucionalizada e ritualizada nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus. É assim que o trabalho da memória social, muitas vezes, encontra eco nas pesquisas historiográficas de cunho estruturalista, havendo com isso uma espécie de “colamento” da figura do historiador com uma memória já constituída (a teoria), a qual se “[...] mantém a serviço da preservação do mesmo, ao invés de compreender os processos históricos de produção de sentidos” (MARIANI, 1998, p. 37). Ou seja, em geral, o papel da memória dita oficial ou memória histórica seria o de fixar um sentido sobre os demais (também possíveis) em uma dada conjuntura.

Sabemos, contudo, que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56) e embora a memória oficial não seja a que se mobiliza com mais frequência em AD, já que na maioria das vezes ela não leva em consideração as contradições que fazem parte das relações de sentidos, cabe tangenciá-la aqui, pois nos ajuda a pensar sobre os fios discursivos que se constituem em torno da interpretação da história/memória oficial da pobreza.

No interior das relações que permeiam os sentidos e a memória, Ferreira (2012) ressalta que ela (a memória) funciona como uma via de acesso a eles (sentidos) e que ao se apresentar, enquanto possibilidades de dizeres, a memória se atualiza no momento da enunciação. É justamente “a memória e os sentidos que são dela derivados, os responsáveis por fazerem surgir (ou não) em uma memória social aquilo que é próprio de um determinado processo histórico” (FERREIRA, 2012, p. 144). Já Gregolin (2003) distingue a memória social como aquela que, inscrita nas práticas de uma sociedade, se constitui no meio termo entre a atemporalidade do

mítico e a forte cronologia do histórico e que mesmo sendo determinada pela ordem do histórico, não se trata de uma memória sistematizada ou ordenada.

Assim podemos dizer que a memória social é constituída por lacunas e opera silenciamentos, o que nos remete à noção de memória discursiva, que surge no início dos anos 80, sendo um dos conceitos que diferencia a AD da linha francesa de outras linhas no âmbito do discurso, já que foi a partir dela (aliada a outras noções, como quase sempre em AD) que se demarcou que toda produção discursiva coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas.

Paveau (2007) ressalta que, em sentido próprio, o conceito foi cunhado em 1981 por Courtine e que sua criação corresponde a parâmetros *espaciais*, no caso o grupo de trabalho em torno de Pêcheux e da revista *Langage; temporais*, quando se iniciou a derrocada estruturalista e da terceira época da AD, marcada pela ‘desconstrução das maquinarias discursivas’ e *epistemológicos*, em que o saber histórico passa a encontrar o saber linguístico. A noção foi utilizada muitas vezes fora de sua ancoragem teórica e histórica¹⁷, sendo isolada de noções com as quais ela faz sentido, em especial o interdiscurso e o pré-construído. Para Paveau (2007) a memória discursiva busca ancorar a análise do discurso na história, integrando os tempos curtos, médios ou longos da memória no estudo da materialidade languageira.

Jean-Jacques Courtine¹⁸ fala sobre o momento de surgimento do termo, ressaltando que o conceito trouxe “a ideia de que no discurso há sempre um ‘já lá’ e, sendo assim, há uma saturação por uma memória discursiva de formulações enunciadas, repetidas, reproduzidas, e há, ao mesmo tempo, deslocamentos, lacunas, apagamentos, falhas” (2010, p. 6). A noção foi inspirada em *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, onde não havia o termo ‘memória discursiva’, mas ‘domínio de memória’ do discurso.

Orlandi (2012) demarca que é através da memória discursiva que se sustenta o dizer, ressaltando que a construção dos sentidos se dá a partir de formulações já feitas, mas esquecidas.

¹⁷ Paveau (2007) salienta que o nome de Courtine está ausente do Dicionário de Análise de Discurso, de D. Maingueneau e P. Charaudeau, e que a razão disso seja talvez epistemológica, já que Courtine tratou de trazer algumas questões às ciências da linguagem, domínio que de certo modo a AD foi desertada.

¹⁸ Em entrevista publicada na Revista Organon – nº 48, de 2010, do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas palavras'. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 2012, p. 32)

Nessa discussão, cabe distinguir os dois tipos de esquecimentos que foram trabalhados na teoria do discurso. O esquecimento *número um*, também chamado de esquecimento ideológico é considerado o esquecimento do âmbito do inconsciente, ou seja, através dele é que resulta a forma pela qual somos afetados pela ideologia. É por meio desse esquecimento que pensamos “ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2012, p.35). Já o esquecimento *número dois* é da ordem da enunciação ou chamado esquecimento enunciativo, por meio dele ao falarmos o fazemos de uma maneira e não de outra, por isso no decorrer do dizer, muitas vezes utilizamos paráfrases para explicar ou especificar melhor o que estamos querendo dizer e que indicam que o dizer sempre poderia ser outro. Esse esquecimento é considerado um esquecimento parcial, semiconsciente, pois voltamos sobre ele através de famílias parafrásticas, ou seja, esse esquecimento atesta que a forma com que falamos significa, como bem diz a autora “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 35).

Podemos dizer, com isso, que trabalhar com a memória discursiva em AD é observar os sentidos que foram “autorizados” a serem memorados e também com aqueles que foram “refutados” ou “esquecidos” no momento da enunciação. Lembrando que a memória suposta pelo discurso, como pontuam Scherer e Taschetto (2005), é sempre reconstruída na enunciação, a qual deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

Pensar em movimento discursivo também é pertinente ao trabalharmos com a noção de memória discursiva, pois no processo de apreensão dos sentidos, os discursos não podem ser pensados de forma isolada, pois só existem em relação a outros dizeres que retornam num movimento contínuo. E essa dinâmica discursiva em que dizeres ressurgem, tendo a memória como eixo, tem a ver com a *estruturação da materialidade discursiva complexa*, que Pêcheux (1999) traz no colóquio em que discutiu o papel da memória.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que a leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÉCHEUX, 1999, p. 52).

A noção de memória discursiva é indissociável à de interdiscurso e ambas fazem parte das *condições de produção* dos discursos. Cabe fazermos uma distinção e ao mesmo tempo ressaltar o quanto as noções são entrelaçadas. Agustin (2007) se propõe a examinar as duas noções, dizendo que o interdiscurso, ao se fazer discursividade, é recortado em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva, por isso é impossível pensar em interdiscurso sem pensar em memória discursiva e vice-versa. O interdiscurso seria, para a autora, um espaço mais amplo, onde coexistem os dizeres possíveis, aqueles que já foram ditos e os que ainda não o foram; já a memória discursiva seria constituída por aqueles sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem.

As noções de memória discursiva e memória social são distintas, porém atuam juntas em análises que buscam compreender as formas, muitas vezes conflituosas, como enfatiza Mariani (1998), de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem. Nessa direção, além de compreender os processos discursivos que atuam na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros e de apontar o sentido hegemônico, é necessário do ponto de vista discursivo:

[...] considerar a relação de forças que permitiu sua hegemonia; filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser relacionado; compreender como ele se tornou ‘objeto’ para o pensamento; mapear gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes. E por fim, compreender como e por que aquele sentido ‘colou’ e os demais não, ie, que condições foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social. (MARIANI, 1998, p. 39).

Tais considerações são importantes para compreendermos os processos de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza (capítulo 3) e assim apreendermos não só os sentidos hegemônicos que são atribuídos à noção, mas também levar em conta as *relações de força*¹⁹ que possibilitaram tal hegemonia na

¹⁹ No próximo item falaremos sobre essa noção.

atual *formação social capitalista*²⁰. É nesse movimento de interpretação que as noções de língua, história e memória se entrelaçam e se tornam relevantes para o nosso trabalho.

2.3 Formação: Ideológica, Discursiva, Imaginária e Social

Pêcheux e Fuchs (1993) apresentaram em artigo²¹ o quadro epistemológico geral da AD.

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (FUCH e PÊCHEUX, 1993, p. 163-162).

As três regiões são ainda atravessadas e articuladas por uma *teoria da subjetividade de natureza psicanalítica* o que nos conduz a uma das mais importantes noções da teoria do discurso: a do sujeito.

É a partir dos estudos de Althusser sobre ideologia que Pêcheux pensa a noção de sujeito para a AD. Segundo Henry (1993), uma das preocupações principais de Pêcheux era a ligação entre o discurso e a prática política, vinculação essa que tinha a ideologia como base. Henry (1993) destaca que para Althusser a ideologia não existe senão *por e para sujeitos*, acrescentando que não existe prática senão sob uma ideologia, sendo que “é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”. (HENRY, 1993, p. 30). É nesse sentido e tendo a ideologia como referência que Pêcheux introduz o sujeito enquanto *efeito ideológico* elementar.

Ao invés de entender o sujeito como um “organismo humano individual”, Pêcheux o concebe como “um lugar determinado na estrutura social” (GADET e HAK, 1993, p. 188). Nessa direção, Ferreira (2003) distingue o sujeito compreendido pela psicanálise daquele compreendido pelo discurso, pois mesmo a AD sendo

²⁰ Idem acima.

²¹ Publicado pela primeira vez em 1975, o artigo “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” procura rever o aparato teórico analítico da AD, trazendo algumas correções e atualizações para a teoria.

atravessada por uma teoria de natureza psicanalítica, o sujeito da psicanálise é distinto do sujeito do discurso. A psicanálise trabalha com o sujeito do desejo (do inconsciente); já na teoria do discurso, inconsciente e ideologia estão materialmente ligados pela linguagem, sendo assim, interessa para AD as *posições-sujeito*, pois o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras, como um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz.

[...] os processos discursivos vão se desenvolvendo pelo sujeito, mas não tem nele sua origem. Isto se deve ao descentramento da noção no âmbito discursivo, o que faz distanciar-se do sujeito consciente, senhor dos seus atos e com controle sobre a língua. O sujeito do discurso, em sua relação com a língua, estabelece um processo de constituição mútua, constituindo-se no seio de acontecimentos histórico-sociais. Assim, ele não é totalmente livre, dado o modo de sua constituição, nem totalmente determinado por mecanismos externos. (FERREIRA, 2003, p. 192).

O sujeito para AD é atravessado pela ideologia e, portanto, está inscrito na ordem da falha, do equívoco, da falta, não controlando o que diz, pois como demarca Pêcheux (1988), com base em Althusser, ela (ideologia) interpela os indivíduos em sujeitos sem que eles se deem conta de tal interpelação. Ao falarmos de sujeito em AD estamos lidando não com a existência de um ser humano individualizado, mas sim com a existência histórica do sujeito, que é “duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia” (INDURSKY, 2000, p. 71).

Cabe destacar como a ideologia, pelo viés discursivo é ressignificada, pois para a AD ideologia tem a ver com interpretação e sentido. Orlandi (2012) esclarece que o fato mesmo de não haver sentido sem interpretação já atesta a presença da ideologia. Sendo assim considerada, ela não é ocultação da realidade, nem um conjunto de representações, mas como prática significativa atua como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com história.

É assim que o *efeito ideológico elementar* emerge como sendo constitutivo do sujeito, no sentido de que é pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que se inaugura a discursividade (Orlandi, 2012). É importante considerar que a *interpelação* dos indivíduos em sujeitos não se realiza de uma forma “geral”, mas sim através de um conjunto complexo que é determinado por Formações Ideológicas, as quais desempenham, em cada fase histórica da luta de classes, um papel

necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, como pontuam Fuchs e Pêcheux (1993):

[...] Esta reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como ‘aparelhos ideológicos do Estado’, e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes, sem, no entanto, decalcá-las exatamente. Num dado momento histórico, as relações de classe (a luta de classes) se caracterizam pelo afrontamento, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, aliança ou de dominação. (FUCHS e PÊCHEUX, 1993, p. 166).

Nessa direção, os autores trazem, com base em Haroche, Henry e Pêcheux (1971), a noção de Formação Ideológica (FI), entendida como um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1993, p. 166).

Os aparelhos ideológicos de Estado (AIEs), por sua vez, não podem ser considerados como puros instrumentos da classe dominante ou máquinas ideológicas que reproduzem as relações de produção. Althusser (1974, p. 49) ressalta que os AIEs “podem ser não só o *alvo*, mas também o *local* da luta de classes²²”, dizendo que a resistência das classes exploradas pode encontrar formas de se expressar e conquistar posições de combate nas próprias contradições existentes no interior dos aparelhos ideológicos de Estado.

Já a noção de Formação Discursiva (FD) é concebida de forma entrelaçada com a de Formação Ideológica (FI), sendo suas relações indissociáveis, pois se a *espécie discursiva* pertence ao *gênero* ideológico:

²² A questão da luta de classes para Althusser (1974) ultrapassa os AIEs, pois está enraizada nas relações de produção, que são também relações de exploração, as quais constituem a base das relações de classe.

[...] é possível afirmar que as Formações Ideológicas que mencionamos mais acima podem comportar uma ou várias Formações Discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de um harenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX e FUCHS, 1993, p. 166).

Nesse sentido, a relação entre ideologia e discurso é colocada em pauta, onde o discursivo passa a ser considerado como um dos aspectos da materialidade ideológica. Ao propor uma *teoria materialista do discurso*, Pêcheux (1988) defende ter a linguística como base para o desenvolvimento dos processos discursivos, e ao mesmo tempo, determina que todo o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe fundada pela *contradição*.

Para Gregolin (2007, p. 174) é a partir da reflexão sobre esse caráter *contraditório e desigual* que levou Pêcheux a acrescentar a *materialidade do interdiscurso* ao conceito de Formação Discursiva, ou seja, “ao fato de que toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo dominante’ das Formações Ideológicas”. Com isso, podemos dizer que as FDs não são fechadas nem homogêneas, sendo justamente a instabilidade e a heterogeneidades das mesmas que tornam mais complexas a tarefa do analista. É assim que Indursky (2007) ressalta que não é possível o fechamento de uma máquina discursiva, entendendo o fechamento de uma FD mais como um *efeito de fechamento*, o qual é necessário no momento da análise, mas que pode ocorrer depois que tenha sido realizado o gesto analítico/interpretativo.

Já a noção de Formação Imaginária (FI) está relacionada com as *condições de produção do discurso*. Pêcheux (1993) destaca que não se pode analisar um discurso como um texto, ou seja, como uma *sequência linguística fechada sobre si mesma*, pois é necessário reportá-lo ao conjunto de discursos possíveis, o que é viável a partir de um estado definido das condições de produção. Se um discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção dadas, conceitos como o de *relações de força* e de *relações de sentido* são mobilizados para o interior do processo discursivo.

[...] ele (o discurso) deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

Já as *relações de força* se vinculam com o lugar a partir do qual o sujeito se pronuncia, pois seu dizer vai depender de onde está situado, ou seja, “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não terá o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa” (PÊCHEUX, 1993, p. 77). Tanto as *relações de sentido* como as *relações de força* fazem parte das condições de produção do discurso, incidindo diretamente nas formas de dizer.

Nesse jogo entra em cena o que em AD se denomina de *antecipação*. Pêcheux (1993) traz que o orador (quem está pronunciando o discurso) experimenta ou de certa forma se coloca imaginariamente no lugar do ouvinte antes de falar. Essa *habilidade de imaginar*, de antever, digamos assim, o que o outro irá pensar sobre o que iremos dizer também faz parte das condições de produção do discurso, ou melhor, esta antecipação é constitutiva de qualquer discurso.

Assim, no interior dos processos discursivos ocorre uma série de *formações imaginárias*. Para explicar essa noção, Pêcheux (1993) traz o esquema e os elementos da teoria da informação proposta por Jakobson (remetente, destinatário, mensagem, canal, código e referente), sinalizando que o termo mais pertinente para pensar o elemento *mensagem* seria *discurso*, em outras palavras, é preciso considerar os *efeitos de sentidos* entre os pontos A (remetente) e B (destinatário).

[...] os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever como o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe da empresa, etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Esses lugares estão representados nos processos discursivos na medida em que são colocados em jogo. Tal representação se dá através de uma série de

formações imaginárias, as quais “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 82). Com isso, podemos dizer que o discurso também se dá por imagens ou que se produzem imagens no discurso; imagens essas caras às análises, como defende Esteves (2014), pois ajudam na compreensão de como ocorrem as disputas por sentidos no campo do imaginário, o qual também faz parte do funcionamento da linguagem.

Nessa direção, Orlandi (2012) ressalta que não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. É importante ressaltar que além de serem mecanismos produtores de imagens, as formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores, ou seja, a percepção das representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo “[...] é sempre atravessada pelo *já ouvido* e o *já dito*, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 1993, p. 85).

Por fim, a noção de Formação Social, que assim como a de Formação Ideológica é trazida por Pêcheux para a teoria através dos estudos de Althusser (da releitura que este fez de Marx), e se filia a uma posição materialista nos estudos do discurso (ESTEVES, 2014). O materialismo histórico, do ponto de vista do pensamento marxista, busca compreender as causas de desenvolvimento e de mudanças sociais a partir das produções coletivas, ou seja, das condições de produção que envolvem os sujeitos (coletividade). O desenvolvimento da História nos estudos de Marx se dá pelo confronto entre as diferentes classes sociais, decorrentes da “exploração do homem pelo homem”, sendo que o materialismo histórico se fundamenta na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que constituem os modos de produção (HARVEY, 2013).

No quadro epistemológico da AD já referido, o materialismo histórico é trazido como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo também a teoria das ideologias. Esteves (2014) esclarece que para a AD a noção de Formação Social é concebida pelo materialismo histórico já prevendo a heterogeneidade ideológica e dos modos de produção numa mesma *sociedade*, destacando que Marx e outros pensadores posteriores que seguiram sua tradição definiam as *formações sociais* como complexos que não podiam ser compreendidos

como sinônimo de *sociedade*, pois seria correr o risco de cair numa definição simplificadora e homogeneizante dos corpos sociais.

Marx já alertava para a coexistência de diversos modos de produção numa mesma sociedade: é essa complexidade heterogênea, essa possível multivocidade, uma não unanimidade das formas de se produzir (inclusive sentidos, diríamos) que se chama *formação social*. [...] a noção de *modo de produção* é direcionada para o estudo das grandes transformações sociais – e com isso se diz, corretamente, ‘modo de produção feudal’, ‘modo de produção capitalista’ e congêneres: em nossa interpretação, o adjetivo que qualifica esses modos de produção é o modo de produção dominante na formação social em análise -, enquanto que a de formação social se orienta para a análise histórica. (ESTEVES, 2014, p. 26).

A partir disso podemos dizer que a formação social capitalista contemporânea, caracterizada pelo modo de produção capitalista como dominante, comporta, portanto, diferentes formações ideológicas. Essas adquirem materialidade pela via do discursivo, ou seja, através de Formações Discursivas que, segundo Esteves (2014) se chocam, disputam sentidos e lutam por dominância nas formações sociais, sustentando e determinando o que pode e dever ser dito, ou o que pode e deve ser mantido.

As principais narrativas da formação social capitalista, na atualidade, trazem em seu cerne ideologias neoliberais, em que se vivencia a sobreposição e o acirramento de composições subjetivas individualistas e competitivas, em detrimento de composições coletivas e solidárias. O que não quer dizer que não existam composições subjetivas singulares e coletivas solidárias, mas “tais composições, em que pese o fato de operarem como estratégias de enfrentamento e resistência à lógica instituída, em sua maioria, acabam sendo capturadas por tal lógica na direção de estratégias adaptativas de sobrevivência” (EIDELWEIN, 2009, p. 35).

Desse modo, o sujeito contemporâneo é aquele considerado livre em suas escolhas, “sustentado em um modo de produção econômico baseado na propriedade privada e na livre iniciativa, dentro de um processo ideológico que obscurece a relação de assujeitamento a uma série de condicionantes sociais” (EIDELWEIN, 2009, p 33), o que garante a manutenção e (re)produção e do sistema.

O processo de constituição do indivíduo livre e de direitos, que vem se operando ao longo da história de mais de duzentos anos de modo de produção e formação social capitalista tem se caracterizado distintamente, na medida em que o capital necessita (re)ajustar-se para continuar existindo (EIDELWEIN, 2009, p 33).

Levando em consideração a heterogeneidade ideológica dos modos de produção numa mesma sociedade é que podemos refletir em como, a partir dos anos 2000, em especial no Brasil, a formação social capitalista vem se (re)configurando. O chamado *neodesenvolvimentismo*²³, considerado por Alves (2014) como o “desenvolvimentismo capitalista na era do globalismo sob a dominância do capital financeiro” (p. 2), surge como um “novo” modo de desenvolvimento apoiado numa frente política composta, por um lado, pela grande burguesia interna constituída pelos grandes grupos industriais, como as empreiteiras (OAS, Odebrecht, Camargo Correa) e de outro, pelas camadas organizadas do proletariado brasileiro e setores populares, incluindo o proletariado pobre (beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego, formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito, políticas de transferência de renda). Alves (2014) pontua que o neodesenvolvimentismo expõe tanto as densas contradições orgânicas no interior da sua frente política (expostas acima) como as contradições na relação dos governos neodesenvolvimentistas (iniciados com mais ênfase a partir de 2002) com o Estado neoliberal (sociedade política e sociedade civil) herdado da ditadura civil-militar e ‘modernizado’ pelos governos neoliberais (1990-2002).

É considerando as transformações/mutações políticas e ideológicas pelas quais a formação social capitalista contemporânea vem passando, que buscamos compreender como a noção de pobreza vem sendo resignificada na atualidade no país, tendo como enfoque as políticas sociais brasileiras, em especial o Plano Brasil Sem Miséria, que surge no bojo dessas transformações, em 2011, com o objetivo de superar a extrema pobreza no país até o final de 2014.

²³ Esse conceito será trabalhado no capítulo 4, apenas o apresentamos aqui de forma introdutória.

3 CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE POBREZA

Voltar-se para o passado com uma questão que continua sendo a nossa questão hoje, e escrever o relato de suas peripécias. É o que vou tentar, porque o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje. (CASTEL, 2008, p. 23).

[...] os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. (MARIANI, 1998, p. 28).

Compreender o processo de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza é um dos objetivos deste capítulo. Ao perpassarmos pelos diferentes sentidos e concepções atribuídas à noção de pobreza - desde outros modos de sociabilidade, passando pelos discursos dos organismos multilaterais, no século XX, até as atuais políticas sociais de combate a pobreza - estamos mobilizando também as condições de produção histórica dos discursos contemporâneos em torno dessa noção. Resgatar as formas desenvolvidas de assistência aos pobres é também traçar os fios discursivos que foram constituindo o imaginário da pobreza. Ao revisitarmos autores que abordaram como ela foi enfrentada ao longo dos tempos, estamos considerando o *efeito imaginário* de continuidade entre as épocas, que nos remete à memória social da pobreza. O que em torno da noção de pobreza se fixou? Por que alguns sentidos se cristalizaram e outros não? Essas são algumas das questões que norteiam este capítulo.

3.1 As heranças de outros tempos: do século XII ao XIX

No decorrer dos séculos, houve diversas maneiras de “assistência” aos pobres; as que se desenvolveram a partir do século XII, período que se caracterizou pela expansão cristã no Ocidente, são bastante elucidativas e servem como ponto de partida para nossa reflexão.

Castel (2008), em *As Metamorfoses da questão social* traz importantes contribuições sobre os *desfiliados*²⁴ da época. Um dos primeiros pontos que o autor

²⁴ Termo utilizado pelo autor em detrimento de excluídos. Para ele, o termo exclusão é estanque, pois designa um estado, ou melhor, estados de privação, tal noção corresponde ao modelo de uma sociedade dual, entre incluídos e excluídos. Já falar em desfiliação não é somente ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso, explica Castel (2008). *Desfiliados*, no período histórico específico que estamos abordando, seriam os indivíduos que sofreram uma ruptura em relação às redes de integração primária, um primeiro desatrelamento com as regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. No decorrer

destaca é o erro de interpretações que abordam o cristianismo em geral, e o cristianismo medieval em particular, como portadores de uma concepção *sui generis* de assistência, pois as características principais que estruturaram o que se poderia chamar do campo assistencial no período são anteriores às práticas inspiradas pelo cristianismo, ou seja, a elaboração cristã reforçou, mais do que contrariou, o que já estava em andamento em torno do auxílio aos pobres.

Nesse período prevaleciam as sociabilidades primárias, caracterizadas por sistemas de regras que ligavam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que teciam redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Era uma estrutura fechada, marcada pela preponderância da linhagem e dos laços de sangue, enraizada em comunidades territoriais restritas. O modo de sociabilidade predominante tinha basicamente dois vetores principais de interdependência que concorriam para sua estabilidade: as relações horizontais no interior da comunidade rural e as relações verticais da sujeição senhorial. Durante esse período, quase nenhum senhor feudal, como diz Castel (2008), fechava seus celeiros aos miseráveis, pois a assistência aos carentes não era tanto uma opção a cargo da iniciativa pessoal, mas uma consequência obrigatória do lugar ocupado num sistema de interdependências. Assim os órfãos, os enfermos, os acidentados recebiam uma assistência mínima da comunidade territorial, já que abandoná-los abalaria a coesão social do grupo.

Essa “generosidade necessária”, contudo, não deixava de ter um preço alto para quem a recebia, como a superexploração, perseguições e desprezo, além disso, ocorriam muitas demissões e/ou rejeições em torno de quem iria ser ajudado, ou seja, as redes primárias de solidariedade eram rompidas dependendo de quem estava na condição de carência²⁵. Era por isso que muitos “homens livres” pediam voluntariamente para se tornarem “homens de um senhor”, pois a independência, além de ameaçar as suas existências, também os privava de proteções. A sujeição da pessoa a um senhor se dava, na maioria das vezes, por meio de um formulário padrão e representava uma das relações sociais dominantes da época. Assim, tanto o

do livro, o autor amplia esse conceito para aqueles que seriam os desfiliaados da atualidade, ou seja, os desfiliaados da sociedade salarial.

²⁵ Castel (2008) cita um dos estudos de Lévi-Strauss (1979), que demonstrou que a existência do solteiro na época, dado que não ocupava um lugar na rede de trocas reguladas pelas estruturas de parentesco, era considerada como excedente e, portanto, rejeitado pelo grupo, em isolamento social. Também cita Marc Augé (1977) e sua pesquisa em torno do “totalitarismo de linhagem”, em que ficavam de fora os filhos bastardos, por exemplo.

fato de estar sob a subordinação de alguém ou de estar inscrito nas redes familiares ou da mesma linhagem ou vizinhança da comunidade de habitantes garantiam uma certa proteção contra os acasos da existência.

O que não quer dizer que não existisse pobreza, segundo Filho (2009), que estudou especificamente os pobres nesse período, ela era imensa e generalizada, marcando boa parte dos séculos da idade média. Porém, não se criou uma “questão social” em torno dela nessa época, como pontua Castel (2008), pois os pobres não representavam um fator de desestabilização interno a essa formação social, que controlava os riscos de desfiliação maciça em virtude da rigidez de sua própria estrutura.

Esse modelo de sociabilidade começa a ser abalado pelos efeitos do crescimento demográfico, pelos próprios laços das redes primárias, que começam a se afrouxar, e também pela emergência de zonas de turbulências povoadas por pessoas que se situavam entre os *status* consagrados, ou seja, não se alocavam nem na linhagem familiar e nem na sujeição senhorial. É a partir desse desatrelamento que se iniciou um conjunto de práticas com função protetora e integradora (e, mais tarde, preventiva), ou seja, “montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento mais sofisticadas” (CASTEL, 2008, p. 57), o que o autor denominou de *social-assistencial*. O objetivo dessas intervenções era suprir as carências da sociabilidade primária, tentando preencher um vazio que foi aberto nas relações e afastar os perigos de desfiliação que isso acarretou.

O social-assistencial já trouxe esboços de uma certa “especialização” e “tecnização” em torno do auxílio aos pobres, tendo em vista que “não era qualquer um, de qualquer modo, em qualquer lugar, que tinha a responsabilidade de lidar com esses tipos de problemas mas, sim, indivíduos ou grupos mandatados, ao menos parcialmente, para fazê-lo e identificados como tais” (CASTEL, 2008, p. 57). É nesse contexto que o cristianismo, ou melhor, que as práticas cristãs se encontraram com as práticas sociais da época, já que a igreja e seus párocos se tornaram um dos grupos responsáveis por mobilizar a ajuda aos pobres.

Por um lado a pobreza era valorizada, pois estava relacionada à vida escolhida por Cristo e santos (que muitas vezes haviam se despojado de suas riquezas), mas por outro, a condição social do pobre suscitava nos discursos dos religiosos sentidos que iam da comiseração ao desprezo.

A grande polêmica sobre as ordens mendicantes, que atravessa a Idade Média cristã em seu apogeu, ataca amiúde “esses vermes de homens que se mantêm na ociosidade graças ao nosso trabalho”. Mesmo numa perspectiva de ascese espiritual, se pode ser uma condição necessária, a pobreza não é um valor absoluto. Como diz Pierre de Blois em um de seus sermões: “bem aventurados os pobres de espírito, mas não todos” [...] Santo Agostinho evocava: “esses pobres de tal forma necessitados da ajuda caridosa, que nem têm vergonha de mendigar”. (CASTEL, 2008, p. 62-63).

As contradições da representação cristã em torno do sujeito empobrecido, presentes tanto nos discursos com conotações pejorativas ou por meio de práticas fundamentadas em uma classificação discriminatória, encontraram ecos no que o autor chamou de “economia da salvação”, uma espécie de comércio que se desenvolveu entre o rico e o pobre, em que o último passou a ser instrumentalizado, enquanto meio privilegiado para que o rico praticasse a caridade e com isso fosse absolvido/salvo.

A ordem desigual do mundo, que já se delineava com grande rapidez no período, também foi amparada nessa “economia”, pois ao se reconhecer a pobreza como necessária se justificou a sua existência, ou seja, “a riqueza vivida de modo cristão apresenta, assim, uma dupla vantagem em relação à pobreza: é um meio de se obter a salvação no outro mundo e é uma forma mais agradável de se viver aqui na terra” (CASTEL, 2008, p. 65). Além da passagem clássica da via de Santo Elói: “Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados”, há também a que São Francisco de Sales fez em sermão dirigido aos ricos:

Assim podeis ter riquezas sem que sejais envenenados por elas, se as tiverdes em vossa casa ou em vossa bolsa, e não em vosso coração. Ser rico de bens, e pobre de apego, é a grande felicidade do cristão, porque, desse modo, tem as comodidades das riquezas para este mundo e o mérito da pobreza para o outro. (SAINT FRANÇOIS DE SALES, *apud* CASTEL, 2008, p. 65).

Apesar de ser a grande virtude cristã por excelência, a caridade não se mobilizava de forma automática para todos, cabia à igreja²⁶ avaliar as situações em

²⁶ Ao lado da igreja havia um conjunto de “instituições”, tanto leigas como religiosas, que também assumiram essas primeiras formas de “administração do social”, como diz Castel (2008), associações de auxílio se multiplicaram nesse período, contudo, era a igreja que tinha papel central nas ações, sendo por meio dela que as outras instâncias se articulavam.

relação às quais deveria interferir, ou seja, selecionar - dentre aqueles que não conseguiam prover suas necessidades por seus próprios meios - os que iriam merecer o auxílio ou não, em outras palavras, nem todos os pobres entravam na “economia da salvação”.

Os principais critérios eram a inaptidão para o trabalho²⁷ e a relação de proximidade local entre os beneficiários e a instância que distribuía os auxílios. Tanto a primeira quanto a segunda regra deveria ser mostrada/comprovada mediante a inscrição/matricula do pobre numa lista²⁸.

Mais adiante, já entre os séculos XIV e XV, ocorreram severas crises agrárias e demográficas generalizadas na Europa e também a pauperização progressiva dos camponeses, que migraram para os centros urbanos em busca de outras formas de sobrevivência. A migração potencializou o aumento da pobreza nas cidades, o que resultou em uma revolta generalizada dos pobres, originada tanto pelos trabalhos humilhantes que se viam obrigados a realizar, como pela injustiça na imposição da pobreza. A repressão a esses movimentos se deu de forma agressiva e a igreja, segundo Campos (2013), protegendo seus interesses, qualificou essas revoltas como heréticas, apoiando e facilitando a imposição violenta da ordem.

É no interior desse contexto sócio histórico que os pobres começam a ser caracterizados como “criminosos” e “delinquentes”, representando um risco para a sociedade organizada que, por isso, precisavam ser reclusos. Assim, surgem os primeiros hospitais urbanos, que em seus primórdios serviram mais para afastar os pobres do convívio social do que para tratar de doentes²⁹. No edito de instituição do hospital geral de Paris, eles são designados como “uma espécie de povo independente, que não conhece lei, nem religião, nem autoridade, nem polícia, sendo

²⁷ O pobre mais digno de mobilizar a caridade era aquele que exibia em seu corpo a impotência e o sofrimento humano. Uma imensa dramaturgia cristã se desenvolveu em torno da orquestração dos sinais físicos da pobreza: incapacidade física, velhice, a infância abandonada, a doença – de preferência incurável – e as enfermidades – de preferência insuportáveis ao olhar: se tornaram os melhores passaportes para se tornar um assistido (CASTEL, 2008).

²⁸ Além disso, começou-se a impor aos pobres o uso de distintivos (medalhas, chapinhas de chumbo, cruzes costuradas na manga ou no peito) para que assim tivessem “acesso” às distribuições regulares de esmolas ou para frequentar as instituições hospitalares (FILHO, 2009).

²⁹ Ao analisar o nascimento da medicina social na Europa, Foucault (2003) aborda que foi também a partir desse período que se dividiu o espaço urbano entre bairros de ricos e pobres, pois foi quando se propagou o medo em torno dos perigos sanitários que a população empobrecida por ventura poderia trazer. Sua análise gira em torno do “controle do corpo do pobre” por parte da medicina sanitária da época, para ele, uma espécie de “cordão sanitário-autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres. [...] uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (FOUCAULT, 2003, p. 95).

uma nação libertina e indolente que nunca cumprem as regras” (CASTEL, 2008, p. 75).

É interessante pensarmos em como foi se constituindo, nessas primeiras formas de enfrentamento à pobreza, duas posições distintas para os pobres: de um lado o “bom pobre”, inapto para o trabalho, que não se rebelava, aceitando sua condição de necessitado de ajuda/caridade; de outro, o “pobre vagabundo”, apto para o trabalho, mas caracterizado como “preguiçoso”, que não tinha “se quer vergonha de mendigar” e que, não aceitando a sua condição de pobreza, descumpria ordens e cometia delitos. Campos (2013) ressalta que foi o próprio processo de marginalização e criminalização do sujeito empobrecido que teve o efeito de estabelecer essa dupla definição, já Castel (2008) associa a caracterização do “pobre ruim” como uma categoria antes de tudo teológica, pois a não aceitação da pobreza era considerada como um ato de heresia de contestação da criação, já que se opunha aos “desígnios da Providência”.

Mesmo não tendo havido um monopólio clerical, no que se referiu à assistência aos pobres, sabemos que a *formação ideológica religiosa* era predominante nesse período e considerando que discurso não é somente aquilo que se disse, mas também o que se deixou de dizer, podemos pensar como esses *efeitos de sentidos* (pobres x ricos, caridade x salvação, pobre bom x pobre ruim), no dizer da igreja, vão apagando as condições que geravam a pobreza, naturalizando-a e até tornando-a necessária. Esse mesmo apagamento pode ser percebido no decorrer dos séculos, quase sempre articulado às diferentes engrenagens desenvolvidas para o enfrentamento à pobreza.

Mauriel (2011) chama de sistemas de “alívio à pobreza” os diversos mecanismos criados entre os séculos XVI e XVIII, período de declínio das relações feudais e de emergência do capitalismo. As famosas *Poor Laws*³⁰ foram desenvolvidas e além de institucionalizarem um sistema de taxas, cobradas para financiar o cuidado com os pobres, também criaram responsabilidades e deveres para os assistidos, o que inúmeros autores consideram como sendo os primórdios das

³⁰ A Lei dos Pobres, de 1601, na Inglaterra, elaborou uma série de medidas oficiais, entre suas principais disposições estavam: a instituição de uma taxa compulsória de pobreza cobrada em todas as paróquias, a institucionalização dos cargos de “supervisores de alívio” ou “supervisores dos pobres”, a diretriz de encaminhar todos os pobres ao trabalho em troca de alimentos ou de uma remuneração mínima para a subsistência. (MAURIEL, 2011).

atuais condicionalidades das políticas sociais. As *workhouses*³¹ também datam desse período e impuseram o trabalho como uma das formas de controle sobre o pobre.

O deslocamento rural e a expansão industrial não ocorreram no mesmo ritmo nas mesmas regiões, o que ocasionou um aumento drástico de massas pauperizadas nas cidades. Nessa direção, qualquer instituição que distribuía recursos de que homens e mulheres dependiam para sobreviver podia facilmente controlá-los e forçá-los a qualquer forma de trabalho, pois “a ocasião de conceder assistência vital tornou-se propícia para inculcar uma certa ética laboral e forçar um determinado tipo de trabalho e modo de vida para aqueles que representem um risco em potencial” (MAURIEL, 2011, p. 42). Com isso, o “alívio à pobreza” se expandiu no sentido de absorver e disciplinar trabalhadores precários e deslocados.

[...] em todo o lugar onde surgiram esquemas de alívio o princípio era o mesmo: uma população desempregada e turbulenta era pacificada com subsídios públicos, usados para restaurar a ordem pela imposição do trabalho, com níveis de salários muito baixos. O alívio serviu, assim, como apoio para a constituição de um tipo de mercado de trabalho conturbado e como forma de disciplinar uma sociedade rural ainda inconformada com o novo modo de vida e trabalho. (MAURIEL, 2011, p. 45).

Paralelo à imposição do trabalho para os pobres (tanto o fornecido pelo setor público, através das *workhouses* e/ou outras instituições, como também pelo setor privado, em geral através da necessidade de mão de obra temporária e precária), se estabeleceu com mais afinco, nesse período, a proibição da mendicância e, conseqüentemente, a repressão e a reclusão daqueles que o faziam³².

É no século XIX, contudo, que a estrutura econômica e o sistema político das sociedades ocidentais começam a se alterar de forma mais intensa. Pereira (2008) destaca três acontecimentos que marcaram o século: a transformação das técnicas de produção (Revolução Industrial), a eclosão da democracia de massas e a constituição dos Estados nacionais. O desenvolvimento do capitalismo industrial, em que o acúmulo da riqueza provinha do comércio de produtos industrializados das

³¹ Casas de trabalho e ao mesmo tempo abrigo, que funcionavam como verdadeiras prisões e que se desenvolveram em paralelo com as *Poor Laws*, era para lá que eram encaminhados os pobres considerados aptos para o trabalho. (MAURIEL, 2011).

³² Castel (2008) aborda com detalhes esse processo, no subtítulo *Proletários e Vagabundos*, ressaltando que a grande maioria dos reclusos, na época, era um tipo de “subproletariado urbano e rural”, que não tinham encontrado trabalho nem mais no campo e nem nas cidades. “O mais provável é que a maior parte deles represente o que hoje chamaríamos de desempregados em busca de um emprego, mas eram reclusos e taxados como vagabundos por estarem mendigando e trazendo desordem social” (p. 128).

fábricas, gerando a multiplicação de lucros para os donos das indústrias, fez emergir novas lógicas de exploração, resultando na divisão da sociedade em duas classes diretamente contrapostas: a burguesia industrial e o proletariado (PEREIRA, 2008).

Os processos de industrialização e de urbanização trouxeram o agravamento e uma maior visibilidade da pobreza entre os trabalhadores. As péssimas condições de vida da massa proletária evidenciaram que a pobreza também era premente entre os operários das indústrias. É nesse contexto, aliada à crescente organização da classe trabalhadora e de sua entrada na arena política, que se tem início aos primeiros esboços de sistemas de proteção social, em que a intervenção estatal passa a ser obrigatória: “assumida pelo Estado, a proteção se institucionaliza por meio de políticas de caráter social, que se definem por um complexo relacionamento com outros agentes e forças envolvidas” (MAURIEL, 2011, p. 51).

Não há dúvidas de que as profundas mudanças estruturais e sociais ocorridas ao longo do século XIX (as quais não foram somente essas que mencionamos acima) produziram novos *efeitos de sentidos* em torno da noção pobreza, como a visibilidade da pobreza trabalhadora e o desenvolvimento de diferentes arranjos de proteção social ao redor do mundo.

Porém, há um *efeito imaginário* de continuidade entre as épocas, que se refere à memória social, que acaba por manter alguns fios discursivos, os quais não se rompem tão facilmente e que estão diretamente ligados com os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos, em outras palavras, “com a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos hegemônicos” (MARIANI, 1998, p. 35). Para a autora, esse trabalho narrativo da memória caminha na direção de neutralizar o heterogêneo, naturalizando as relações sócio-históricas e literalizando os sentidos (seu funcionamento ideológico).

Nas Histórias e nas histórias, com suas memórias coletivas ou particulares, a costura dos acontecimentos – o que implica cerzir furos e domesticar diferenças, geralmente por inseri-las num mundo ‘normatizado’ e sem contradições, isto é, para nós, um mundo organizado em díades – funciona de modo a eliminar tudo que possa ameaçar a estabilidade/homogeneidade. (MARIANI, 1998, p. 39).

Os estudos demográficos de Thomas Malthus³³, por exemplo, surgiram já no século XIX e no interior da formação social capitalista, ou seja, a partir de novas posições discursivas foram reproduzindo e/ou projetando os sentidos hegemônicos dessa formação social, como a ideologia do indivíduo “livre” e, portanto, apto a decidir se quer ou não ser pobre. Além de produzir *efeitos de sentidos* para a pobreza ligados a questões morais para o sujeito empobrecido, responsabilizando-o por sua condição, a visão Malthusiana também (re) produziu o apagamento de que falávamos antes (no dizer da igreja) acerca das possíveis condições que causavam o aumento da pobreza e da desigualdade social, no caso específico desse período histórico: a alta concentração de renda nas mãos da burguesia industrial, que pagava salários baixíssimos para os operários, os quais viviam em péssimas condições sociais e de trabalho.

A mudança na Lei dos Pobres³⁴, em 1834, na Inglaterra, também poderia configurar como outro exemplo da “costura dos acontecimentos” de que fala Mariani (1998), já que (re) produziu esse apagamento, bem como sentidos em torno das causas da pobreza vinculados à alçada individual. Montañó (2012) resgata esse episódio dizendo que o Parlamento Inglês, após dois séculos de vigência da legislação e sob influência do pensamento de Malthus, passa a considerar que a principal fonte de perpetuação e aumento do pauperismo era a própria assistência dada ao sujeito empobrecido, que estaria sendo estimulado à ociosidade e à acomodação diante do auxílio.

Foi mediante a manutenção de uma narrativa coerente a esse período - a qual se deu através das relações de força e de poder das posições ocupadas por quem sustentava esses dizeres - que interpretações mais amplas em torno das razões que geravam a pobreza foram sendo silenciadas. Concomitantemente, ocorreu a predominância de outras interpretações.

³³ Os preceitos da teoria de Malthus, os quais foram utilizados por muitas décadas nas políticas estatais, enfatizavam que a principal causa da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas estavam se multiplicando, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. Malthus defendia a contenção da população através do retardamento na idade dos casamentos, da abstinência sexual, especialmente para a população empobrecida, fazendo uma severa crítica à assistência aos pobres. Para ele, minorar a miséria dos pobres só aumentaria a pobreza, pois “alimentados”, se reproduziriam mais ainda. As práticas de assistência, desenvolvidas com base nesses estudos, tinham como foco duas orientações: educar os pobres para se comportarem e/ou deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio demográfico (SCHWARTZMAN, 2007).

³⁴ Entre os principais objetivos da nova lei estava a busca por impedir que as pessoas produtivas/aptas ao trabalho solicitassem ajuda.

A pobreza nesse período é atribuída a causas individuais e psicológicas, jamais a aspectos estruturais do sistema social. O enfrentamento, seja daquela pobreza considerada como carência ou déficit (onde a resposta são ações filantrópicas e beneficência social) ou daquela entendida como mendicância e vadiagem (onde a resposta é a criminalização da pobreza, enfrentada com repressão/reclusão), sempre remete à consideração de que as “causas” encontram-se no próprio indivíduo, e a uma intervenção psychologizante, moralizadora e contenedora desses indivíduos. Trata-se das manifestações da “questão social” no espaço de quem os padece, no interior dos limites do indivíduo, e não como questão do sistema social. (MONTAÑO, 2012, p. 274).

As diferentes formas de enfrentamento à pobreza desenvolvidas ao longo dos séculos até agora abordadas - consideradas como as condições de produção sócio-históricas que cercaram a constituição dos discursos em torno da noção de pobreza - além de produzirem diferentes sentidos para a noção também projetaram, imaginariamente, uma realidade em que as relações, quase sempre tensas e contraditórias, entre as classes sociais, aparecem como domesticadas. O que pode ser percebido desde quando prevaleciam as sociabilidades primárias, período em que se desenvolveu a “generosidade necessária” para se manter a coesão social; durante a “economia da salvação”, em que predominava a ideologia religiosa no trato com a pobreza, bem como a partir da emergência do capitalismo, quando diferentes arranjos de “alívio à pobreza” foram desenvolvidos, mas em que nenhum momento consideravam o enorme abismo social, bem como as tensas relações que se configuravam entre os proletários e a burguesia industrial.

Podemos pensar de que forma essas *interpretações silenciadas*, como traz Mariani (1998) foram constituindo um imaginário em torno da noção de pobreza, pois:

[...] nas práticas sociais de fixação da memória (seja ou não a dita memória oficial) se encontra entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao ‘status quo’ vigente. Se o resultado da ação da memória corresponde, então, à fixação de uma interpretação sobre as demais (também possíveis) para um acontecimento, impedindo, assim, seu esquecimento, isso se dá porque no jogo das relações de forças sociais, não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e até mesmo, mitificá-lo) enquanto a memória ‘oficial’. (MARIANI, 1998, p. 36).

Em síntese, a partir da estabilização/homogeneização de certas interpretações e mediante o esquecimento de outras é que se foi construindo um imaginário em torno da noção de pobreza - produzido em grande parte pelo trabalho da memória - em que alguns *efeitos de sentido* foram se cristalizando, como por exemplo: a

naturalização de suas causas e a responsabilização do pobre por sua própria condição.

Se tanto a palavra como o silêncio produzem sentido, como afirma Orlandi (2007) o que pode e o que não pode ser dito é justamente aquilo que corresponde às ideologias dominantes de uma determinada formação social. No entanto, não podemos negar, que “tanto a história e os sentidos mudam como também que a cada mudança histórica, outras reconfigurações do passado e dos sentidos ocorrem” (MARIANI, 1998, p.37). É levando em consideração esse movimento e na perspectiva de continuar a compreender o processo de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza, que passaremos para o próximo item.

3.2 Os discursos da *nova economia do social*: o século XX em foco

É a partir da segunda metade do século XX que o debate em torno da noção de pobreza começa a tomar diferentes rumos, uma vez que as condições sócio-históricas se alteram e, com elas, também os discursos.

Segundo Mauriel (2011), as mudanças ocorridas no segundo pós-guerra afetaram profundamente o pensamento da ciência social sobre os pobres, a pobreza e suas formas de enfrentamento. A emergência dos Estados Unidos como novo centro hegemônico do capitalismo mundial e seus propósitos, os quais enfatizavam o poder do crescimento macroeconômico e o investimento no capital humano individual, começaram a servir de base para o desenvolvimento de políticas de combate à pobreza ao redor do mundo.

Adicionando um forte conteúdo de escolha racional e de comportamento individual, a estrutura dos “esquemas de alívio” desenvolvidas pelos Estados Unidos para a erradicação da pobreza, assumiu que os trabalhadores deveriam ser vistos da mesma forma que os empregadores, como atores racionais que operavam visando a maximizar o próprio interesse. Essa visão de mundo racional e individualizado forma o coração da teoria do capital humano, que funcionou, nos anos 60, como uma marca da revalorização do pensamento neoclássico nos estudos da pobreza. (MAURIEL, 2011, p. 107).

Assim se estabeleceram novos parâmetros na relação entre alívio da pobreza e proteção social e desses com os arranjos econômicos e mercado de trabalho. O padrão americano de política social liberal se institucionaliza, bem como a crença americana no individualismo econômico. Assim, a convicção de que qualquer um

poderia prosperar com o próprio esforço se desenvolveu mais do que nunca nessa época.

A ênfase em aspectos individuais como causas da pobreza evitava e desviava o reconhecimento da desigualdade como determinantes do fenômeno, nesse contexto, “a pobreza era vista como um fenômeno geracional, transmitida pelos pais cuja causa advinha de características pessoais adquiridas pelo longo período de permanência na pobreza” (MAURIEL, 2011, p. 109), ou seja, como um processo reproduzido pelo comportamento familiar e individual. Essa perspectiva introduziu um modo particular de estudo da pobreza, alicerçado em construção de modelos, teste de hipóteses, dados quantitativos e também no indivíduo como unidade de análise. Autointitulada como uma “técnica, neutra, científica e não ideológica essa nova economia do social” (*ibidem*, p. 111) foi absorvida em grande escala pelos elaboradores de políticas públicas para o alívio da pobreza em diversos países.

No contexto desta “nova economia do social” iniciada, sobretudo, nos Estados Unidos, em 1953, através do Conselho de Consultores Econômicos desse país se iniciou um projeto que consistia, basicamente, em se chegar a um conceito de pobreza com foco na pobreza absoluta. Segundo Mauriel (2011), o objetivo do Conselho era criar um distanciamento da definição de pobreza como um problema da desigualdade, de modo que os programas desse projeto, para terem condições de serem efetivados, deveriam evitar completamente o termo desigualdade ou redistribuição de renda.

O aspecto principal a ser destacado em relação a natureza dos esquemas de alívio e a essa “nova economia do social” é que sua relutância em ampliar a cobertura não é um fator acidental da cultura americana, mas está enraizado em dois princípios da ideologia de mercado, que tiveram pleno desenvolvimento nos Estados Unidos, com o sistema econômico aberto: o sucesso econômico é uma questão de mérito individual e, algumas vezes, de sorte, aqueles que falham – os muito pobres – são moralmente ou pessoalmente “defeituosos” ou “deficitários”. (MAURIEL, 2011, p. 97).

Como os valores e as crenças de mercado, nesse período, ainda não estavam totalmente absorvidos nos hábitos dos trabalhadores, a coerção governamental girava em torno de conseguir recursos para o desenvolvimento de sistemas de alívios que conduzissem os pobres ao trabalho (o que nos parece bastante parecido com o que ocorreu nas *Workhouses* no século anterior). Com a difusão dos valores de mercado ao longo dos anos, os fatores coercitivos ou as penalidades foram sendo suavizadas,

mas o que permaneceu, como forma hegemônica de controle do sujeito empobrecido, foi “o ritual de degradação de uma fração de classe, que demarca a fronteira entre os apropriadamente e os inapropriadamente motivados ao trabalho, os virtuosos (capazes) e os defeituosos (incapacitados) para o ofício”. (MAURIEL, 2011, p. 97). É assim que as práticas de combate à pobreza desenvolvidas nesse período “não são um mero reflexo de ideologias, mas um agente que, assim, as reforça”. (*ibidem*, p. 97).

Nessa direção, a ideia de superação da pobreza pelo aumento da ‘produtividade dos pobres’ ganhou força no período, juntamente com o argumento de que só vive em condição de pobreza aquele que não faz uso de sua mão de obra. Para Campos (2013), esse entendimento produziu tanto o apagamento do caráter desigual das formas de exploração do pobre, como também o isolamento da pobreza dentro do conjunto das relações sociais, fazendo com que ela fosse compreendida como um fenômeno em si mesmo, o que mais uma vez eximiu o modelo predatório capitalista como reprodutor da pobreza. Temos aí esboçado, mais uma vez, o silenciamento em torno das causas estruturais geradoras da pobreza, mediante a responsabilização do pobre por sua própria condição.

No contexto brasileiro, nesse período, a pobreza era compreendida como resultado de um insuficiente desenvolvimento econômico e/ou do estágio ainda não suficiente desenvolvido do país e, logo, como fenômeno não estrutural. Cabe destacar que no início da década de 1960 se acirraram as contradições do capitalismo periférico, trazendo consigo o golpe militar e a instalação do Estado autoritário no Brasil. Houve a implementação de novas estratégias de desenvolvimento concentradoras de capital, especialmente através de investimentos e empréstimos oriundos do exterior, intensificando a exploração da classe operária e a desigualdade social num contexto repressivo e autoritário. (YAZBEK, 2012).

Já no início dos anos 1970 houve o reconhecimento, por parte do meio acadêmico e de instituições que financiavam o desenvolvimento dos países, de que “as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultado do crescimento econômico” (ROCHA, 2012, p. 9). Mesmo nos casos de países ricos e em crescimento econômico eram visíveis as dificuldades em diminuir os redutos remanescentes de pobreza e marginalidade

social, bem como eram evidentes as crescentes desigualdades sociais, que resultaram do processo de expansão econômica nos países subdesenvolvidos.

Como consequência dessas constatações houve uma mudança de ênfase nos núcleos onde eram gerados o pensamento e as orientações políticas e econômicas dominantes. Assim, a questão central passou a ser o processo de crescimento econômico, levando em consideração os objetivos de redução da desigualdade e da pobreza. Esse enfoque passou a ser adotado como pressuposto político, em nível internacional, por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Banco Mundial, esse último passando a ser um dos protagonistas no combate à pobreza.

O Banco Mundial (BM), também conhecido como Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), nasceu como uma instituição do setor público, mesmo sendo também ligado ao setor e aos recursos privados. O surgimento do banco ocorreu na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, nos EUA, onde aliados se reuniram com o intuito de discutir formas de enfrentar a crise financeira da época. Na ocasião, também idealizaram um fundo para manter as taxas de juros mundiais em equilíbrio, o Fundo Monetário Internacional – FMI - e um banco para disponibilizar recursos para a reconstrução dos países destruídos pela guerra, bem como para o desenvolvimento de países pobres. (CAMPOS, 2013).

É interessante destacar que nos primeiros relatórios desenvolvidos pelo banco, ou seja, durante os 25 anos iniciais da instituição, a noção de pobreza foi praticamente ignorada. Esse período de silêncio contrasta com os últimos anos, em que afirmações de compromisso social e redução da pobreza surgem como marcas registradas.

[...] dois fatores contribuíram para a elasticidade das assertivas do banco sobre a pobreza. Uma é a função retórica de palavras-chave do gerenciamento interno, dado que a retórica é necessária para dar sentido, agregar valores e estabelecer um senso de propósito e significado. Assim, afirmações sobre a pobreza e outras questões relacionadas a ela legitimam e reforçam a instituição, ao mesmo tempo em que sublinham seus objetivos e funcionalidade. Outro fator é a forma como o banco lida com sua imagem externa. A mensagem do Bird sobre si mesmo para o mundo tem mudado ao longo das décadas, desde a ênfase à respeitabilidade financeira até a preocupação com questões sociais, não só em resposta às transformações políticas na comunidade de acionistas e nas relações internacionais, mas também de acordo com o seu próprio ciclo de vida. O ajuste de imagem, todavia, explica apenas em parte a alteração radical do discurso do banco ao enfatizar a pobreza. (MAURIEL, 2011, p. 132).

A preocupação do BM com a pobreza ao redor do mundo não teve como principal motivação o conhecimento da existência de alto grau de privações em países e regiões subdesenvolvidas³⁵; mas sim “as mudanças sociais e os processos políticos por que passavam os países subdesenvolvidos, especialmente os da África e a da América Latina, que se tornavam sujeitos políticos mundiais, com relativa capacidade de negociar seus interesses”. (MAURIEL, 2011, p. 132).

A partir disso houve o surgimento do constructo “pobreza absoluta” como categoria central por parte do Banco Mundial, o que permitiu ao banco dar suporte a uma espécie de “pobretologia”, como pontua Campos (2013, p. 59). Em outras palavras, o Banco Mundial passou a impor a pobreza como unidade legítima de análise e foco obrigatório para qualquer iniciativa na esfera da ajuda internacional. A temática da redução da pobreza foi assim institucionalizada e inserida na agenda internacional de desenvolvimento, o que possibilitou ao banco articular e difundir um projeto baseado na “ciência da pobreza” e na “ciência da gestão política da pobreza” pela via do crédito e não mais da filantropia.

Dessa forma, pesquisas em torno da pobreza e o desenvolvimento de políticas sociais para combatê-la foram desenvolvidas, sobretudo por economistas. Houve uma explosão de análises e “experimentos antipobreza”, como chama Mauriel (2011), tanto que no final da década de 70 já havia uma grande quantidade de literatura acerca do tema, a maioria produzida pelo *staff* das agências governamentais e por instituições de pesquisa norte-americanas. As análises enfocavam diferentes “soluções” para a pobreza, as quais focalizavam mais na renda do que nos serviços, bem como nos indivíduos mais que nas comunidades, favorecendo, assim, intervenções extramercado, ou seja, “igualmente importante foi estender a lógica do mercado para a produção do conhecimento em torno da pobreza, na procura de uma verdade objetiva, apartidária e desinteressada” (MAURIEL, 2011, p. 173)

Importante destacar, nesse contexto, que apesar do volume sem precedentes de pesquisas desenvolvidas nesse período em torno de estratégias para o combate à pobreza, estudos que possibilitassem uma redistribuição agressiva não foram realizados. Além disso, conforme ressalta Siqueira (2013), medidas como reforma

³⁵ A subnutrição das massas era algo difundido em grande escala, na época. Jornais noticiavam as crises de fome coletiva e a fome crônica, que nos países subdesenvolvidos atingiam de 50% a 60% da população, o que hoje se chama de miséria absoluta (Mauriel, 2011).

agrária, nacionalização de grandes empresas, criação ou aumento de impostos sobre renda e riqueza também foram aspectos não explorados, ou melhor, silenciados nessas pesquisas. Sendo assim, causas mais complexas e profundas, que envolviam diversas formas de manifestação da pobreza, como desigualdade de gênero e discriminações étnico-raciais, ficaram excluídas da agenda das pesquisas em torno do fenômeno nos anos 70.

Num cenário de crescente pobreza, “cujo avanço da ofensiva neoliberal imprime um papel para o Estado, mínimo para o social e máximo para o capital” (SIQUEIRA, 2013, p.117), as agências multilaterais se consagram, na década³⁶ de 1980, como as mais apropriadas para promoverem ações e políticas de alívio à pobreza, mediante transferência de capitais e tecnologia.

Já os nortes que conduziram ao realinhamento ideológico das políticas sociais em direção ao combate à pobreza presentes nas recomendações dos organismos multilaterais se originaram, sobretudo, de dentro do meio acadêmico e das pesquisas sobre pobreza realizadas nos Estados Unidos. O marco divisório do novo alinhamento ideológico é desencadeado a partir da eleição de Ronald Reagan, em 1980.

Em 1982 foi publicado, sob a chancela do tesouro americano, a avaliação do governo Reagan a respeito da atuação dos Bancos de Desenvolvimento ao redor do mundo. O relatório fazia três recomendações centrais que condiziam com a mentalidade neoliberal em voga. Primeiro, o apoio dos EUA aos Bancos de Desenvolvimento devia se desenhar de modo a acelerar a abertura dos mercados nacionais ao investimento privado no financiamento da atividade econômica; segundo, a alocação de empréstimos seria feita mediante a realização de reformas políticas nos governos receptores; terceiro, os EUA deveriam reduzir os seus gastos com os Bancos de Desenvolvimento. Tratava-se de deslocar o apoio ao crescimento ‘dirigido pelo Estado’ para o apoio ‘conduzido pela empresa privada’. Estava em curso a chamada ‘guinada neoliberal’ que levaria, sob a administração do governo Bush, a uma reavaliação do *modus operandi* do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais. (CAMPOS, 2013, p. 61).

No relatório de 1990, intitulado “Pobreza”, o Banco Mundial traz as estratégias para combatê-la, o primeiro elemento ressaltado para que um “progresso rápido e politicamente sustentável atrelado à pobreza seja alcançado [...] é a promoção do uso produtivo do bem mais abundante do pobre – a mão de obra. Para isso são necessárias políticas que angariem incentivos de mercado, de instituições políticas e

³⁶ Nesse período, a população na pobreza crescia jovem, feminina e mais concentrada em vizinhanças urbanas racialmente segregadas, refletindo o impacto econômico e a reestruturação familiar, bem como as iniquidades de gênero e raça historicamente denunciadas desde o segundo pós-guerra. (PEREIRA, 2008).

sociais, infraestrutura e tecnologia, todas com a mesma finalidade” (Banco Mundial, 1990, 3). O questionamento que traz Campos (2013, p. 66) acerca dessa parte do relatório é: “não será a mão de obra o bem mais abundante de qualquer pessoa, independente da classe social e econômica?”, ou seja, o que se evidencia nesse discurso do banco é o efeito de uma divisão do trabalho intelectual e manual e mais, “o pobre surge como uma mão de obra a ser qualificada”, sendo que essa qualificação depende, ainda, dos incentivos do mercado.

É interessante notar que mão de obra emerge como um pré-construído para patrimônio ou propriedade privada: a única coisa que pertence ao ‘pobre’ é o seu labor. Indo mais fundo, o efeito deste pré-construído é o de simulacro, já que dentro dos parâmetros da divisão do trabalho nos moldes neoliberais, a mão de obra do pobre só tem valor (agrega capital), quando colocada efetivamente a serviço do mercado. (CAMPOS, 2013, p. 68).

Outra estratégia do relatório de 1990 é medir “qualitativa e quantitativamente a pobreza” (Banco Mundial, 1990, p.4), contudo, a classificação de pobreza que aparece no relatório é realizada apenas através da situação econômica, sendo medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) nacional *per capita*, prevalecendo assim o conceito de pobreza baseado em indicadores econômicos como a renda.

Após uma década, o próprio Banco Mundial esclarece, no relatório de 2000, que não atingiu as metas de redução da pobreza, pelo contrário, o número de pobres aumentou na América Latina, no sul da Ásia, na África Subsaariana, como também em países da Europa e América Central. Com isso, algumas medidas do Banco se alteram, bem como seu conceito de pobreza se amplia, passando a abordar outros fatores, como ressalta Siqueira (2013, p. 120): “a estratégia apresentada pelo banco reconhece que a pobreza é mais do que renda, trazendo questões como vulnerabilidade, falta de voz dos pobres, poder e representação, incorporando uma visão multidimensional da pobreza, supostamente mais abrangente que a visão econômica”. Contudo, a “suposta novidade”, como enfatiza a autora, é que o Estado já não será o agente fundamental na proteção das “populações pobres”, mas as próprias comunidades vulneráveis também devem mobilizar seus recursos e capacidades para reverter a situação, numa espécie de “empoderamento”.

Apesar de admitir a precariedade dos seus métodos anteriores, as estratégias do Banco Mundial permanecem a focar na individualização da pobreza (ora como incapacidade do sujeito, ora como “vulnerabilidade” em relação ao contexto), na desarticulação da pobreza em relação à acumulação de riqueza, na crença na força do comércio/mercado e na gestão capitalista como premissas da sua atuação programática para erradicar a pobreza (SIQUEIRA, 2013, p. 120).

O Estado, desse modo, passa a ser caracterizado por estar a serviço do modelo econômico dominante. Essa tendência ganha força durante toda a última década do século XX, vinculada à filosofia neoliberal que defende uma doutrina econômica baseada na liberdade do mercado e, ao mesmo tempo, com um nível de intervenção mínimo do Estado. Nessa direção, os discursos sobre pobreza indicam que as estratégias de combate a ela devem se constituir e se basear em políticas de caráter “socioeconômico”, sendo que a regulação estatal passa a ser vista como uma forma de tirania sobre a liberdade individual. Isso fornece os alicerces para a defesa da “inovação voluntária e da responsabilidade individual, em que a promoção do bem-estar consiste na despolitização da vida cotidiana, substituindo direitos por deveres e a equidade por liberdade”. (CAMPOS, 2013, p. 71).

O mercado, assim, é colocado como o melhor ou o único caminho para se enfrentar a pobreza, essa, no contexto dos dilemas da globalização, segundo Mauriel (2011), passa a ser um risco mundial para o desenvolvimento e a consolidação dos próprios mercados. Desse modo, o interesse que está por trás dos organismos multilaterais no desenvolvimento de políticas sociais para combater a pobreza, não é o de encaminhar soluções para a construção de um mundo mais justo, mas sim de legitimar a globalização desorganizada e com isso, reduzir a “questão da pobreza” ao plano da filantropia ou ao do ético-social, no qual o Estado não precisa, necessariamente, ser o agente executor exclusivo, mas apenas um promotor. É nessa direção que Mauriel (2011) é enfática ao afirmar que as políticas desenvolvidas pelo Banco Mundial, por exemplo, não visam o fim da pobreza, mas sua manutenção.

A pobreza tornou-se um fator de risco mundial para o desenvolvimento e a consolidação da integração dos mercados. O Banco Mundial, por exemplo, criou o conceito de 'safety net' ou 'rede de regulação estática', a fim de assegurar o nível de pobreza e evitar o seu aumento porque não se cogita a ideia de sua erradicação, apenas a manutenção de um patamar aceitável. Isso serviu como base para o PNUD definir a pobreza como falta de dotação e condicionar a elaboração das reformas nos sistemas protecionistas em todo o mundo por meio de uma 'nova geração de políticas sociais' que não têm como resultado um 'bem público', mas um 'bem individual', nem a tarefa de produzir proteção social, mas autoproteção individual. Sob esse prisma, justiça social também adquire outro significado: o de oportunizar a todos se capacitar, se autocuidar e se inserir no mercado. (MAURIEL, 2011, p. 187).

Os discursos em torno da noção de pobreza, desse modo, se alteram no decorrer do século XX, a partir das pesquisas desenvolvidas para combatê-las, realizadas, sobretudo, por economistas, atrelados tanto ao meio acadêmico como aos organismos multilaterais. A tendência dessas pesquisas, como também das políticas sociais desenvolvidas a partir delas, continuaram, contudo, a não considerar ou considerar pouco os aspectos multidimensionais que envolviam o fenômeno, ocultando, assim suas causas geradoras estruturais, como também o quadro de extrema desigualdade social e profunda concentração de renda que se delineava no período.

3.3 Políticas sociais como discurso: o silenciamento em torno das desigualdades

Tendo em vista que as políticas sociais brasileiras são constituídas no interior da formação social capitalista, cabe iniciarmos pelas peculiaridades do processo de instauração do capitalismo no Brasil, bem como por sua dinâmica de classes, pois tais características influenciam diretamente no desenvolvimento das políticas.

Para Siqueira (2013), analisar o modo de produção capitalista, num país neocolonial/periférico como o brasileiro, exige compreender o lugar que este ocupa no concerto do capitalismo mundial e sua relação estrutural de dependência. Foi em sua fase imperialista que o sistema capitalista³⁷ passou a operar, entre os países centrais e periféricos, um desenvolvimento *desigual e combinado*.

³⁷ O que distingue a fase imperialista do capitalismo das fases anteriores é o início do controle da concorrência entre as empresas e o domínio da economia mundial por um pequeno número de monopólios e oligopólios, onde aparece o capital financeiro como articulação dos capitais bancário e industrial. (SIQUEIRA, 2013).

A superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e as relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituíram na essência 'combinada e desigual' do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos "coloniais" e "semicoloniais". (SIQUEIRA, 2013, p. 18).

Dessa forma, os países *atrasados* entravam na era industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas "democrático-burguesas" que os países *avançados* já desenvolviam. É por isso que a análise do capitalismo no Brasil deve ser feita levando em consideração a relação dependente entre a burguesia nacional e a burguesia dos países centrais, tendo em vista que o país se inseriu no capitalismo através de um mecanismo que combinou *progresso* (ao tentar se adaptar ao capitalismo dos países centrais) e *conservação* (por manter importantes elementos da antiga ordem).

Siqueira (2013) argumenta que foi em função de uma via 'não clássica' no processo de transição para o capitalismo, e da lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, que o Brasil teve uma complexa articulação de *progresso* e *conservação*, em suas palavras: "um processo constituído por alianças entre as burguesias nacionais e internacionais, marcaram particularmente o capitalismo nacional oligárquico e dependente" (SIQUEIRA, 2013, p. 19).

O capitalismo no Brasil (e nos países da América Latina) se desenvolveu, portanto, através do "arcaico" e do "moderno", que embora semanticamente opostos, não são elementos que traduzem duas realidades distintas nos países que chegaram com atraso na corrida industrial, ao contrário, pois constituem uma peculiar e dialética estrutura societal dos países periféricos, que por sua vez se encontram num espaço profícuo na esfera da acumulação capitalista mundial. É através desses traços históricos, que a economia brasileira se estabeleceu na sociedade capitalista mediante uma relação de dependência com a economia mundial, organizada e determinada pelos países centrais (SIQUEIRA, 2013).

É nesse sentido que, ao mesmo tempo em que trazem a luta política geral da sociedade, as políticas sociais também se caracterizam pela subordinação a interesses econômicos e políticos. Segundo Yazbek (2003), foi particularmente após 1964 (ano de instalação da ditadura militar) que uma matriz conservadora e oligárquica - e suas formas de relações sociais, atravessadas pelo favor e compadrio -

passou também a fazer parte da constituição e do desenvolvimento das políticas sociais brasileiras. Por outro lado, é através delas, com todas as suas características contraditórias e complexas, “que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada” (PEREIRA, 2008, p.165), ou seja, as políticas sociais também podem ser consideradas como importantes espaços de resistência.

Desse modo, a política social se mostra como um conceito complexo, não podendo ser compreendido por meio de um processo linear ou através de um sentido ou outro (bom/ruim, positivo/negativo)³⁸, sendo preciso o processo dialético da contradição para compreender suas potencialidades e limitações. E é por ser desenvolvida no interior da formação social capitalista, que a política social pode ser considerada tanto como uma forma de resposta às expressões da questão social³⁹, como também um espaço de disputa contraditório, pois reproduzem socialmente tanto os interesses dos trabalhadores como os interesses do capital.

Nessa discussão, cabe trazer o questionamento de Orlandi (2010) sobre o que é o *consenso*, ou o que seria preciso para formá-lo, tendo em vista que para a autora é a noção de consenso que vem sustentando todo um processo discursivo quando se trata de políticas sociais⁴⁰. Segundo Orlandi (2010), as políticas atuais consideradas democráticas estão fundamentadas numa lógica consensual, em que discursos como o da inovação, do acesso, do empreendedorismo e da capacitação dos sujeitos vão produzindo o consenso, quase sempre ligado à ideologia neoliberal, que por sua vez, tem no mercado (livre de interferências e no Estado mínimo) o condutor ‘natural’ para que os indivíduos conquistem seu bem-estar na medida de seus esforços e capacidades pessoais.

É a partir da noção de *consenso* das/nas políticas sociais que podemos pensar como ocorreu a prevalência de Programas de Transferência de Renda (PTR) - direcionados aos extremamente pobres - que hoje estão no cerne do combate à pobreza no Brasil.

³⁸ Pela ótica da AD, podemos dizer que não há um único sentido nas/das políticas sociais, pois os sentidos sempre estão em relação a, não há sentido em si, logo não há um sentido ou outro.

³⁹ Entendemos questão social como expressão das relações sociais, a qual se circunscreve num campo de disputas, dizendo respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista, o que envolve a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos como direitos, no âmbito da cidadania (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2012).

⁴⁰ Orlandi (2010) trabalha com o termo “políticas públicas urbanas” no livro em que discute a fabricação do consenso, já que o enquadramento dos fenômenos analisados pelos autores se dão no espaço urbano.

Simionatto e Costa (2014) trazem com base na categoria gramsciana de hegemonia, como o *consenso passivo* pode ser traduzido no que Gramsci chamava de “pequena política”, que leva a grande maioria das pessoas (as massas) a aceitar a ordem presente como algo natural. Os autores analisam o Estado, as políticas sociais e a hegemonia burguesa a partir das crises cíclicas do capitalismo cujas repercussões, desde 1970, atingiram não somente a esfera econômica, mas atuaram como “peça ideológica fundamental” na legitimação das novas iniciativas de refuncionalização do Estado e sua centralidade no apoio à tendência expansiva ao capital.

O empobrecimento brutal de extensas camadas da classe trabalhadora, derivado das medidas tomadas no contexto das crises, tornou necessário rever e ampliar as formas de intervenção do Estado na questão social, ainda que mascaradas por uma retórica sobre a liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal. Em sintonia com os interesses burgueses, os organismos internacionais e os Estados buscaram alternativas no âmbito das políticas sociais, preservando incólumes os princípios básicos do mercado. A reforma das instituições, o aumento de redes de seguridade social, as metas de superação da pobreza e os pactos anticorrupção foram algumas das medidas elencadas no Pós-Consenso de Washington, assumidas nos anos 1990 pela maioria dos países, especialmente na América Latina. (SIMIONATTO e COSTA, p. 4, 2014).

Desse modo, Programas de Transferência de Renda (PTR), ações como de microcrédito e outras voltadas ao ‘empreendedorismo’ começam a ser desenvolvidas em grande escala como forma de enfrentar a situação dramática vivida por países como o Brasil. A lógica privatizante, segundo Simionatto e Costa (2014), está implícita nesta concepção de ‘seguridade social’, pois apoiada na focalização nos ‘mais pobres dentre os pobres’, as agendas liberalizantes e do mercado seguem atuando de forma preponderante, sugerindo a privatização de bens e serviços e a supressão de direitos trabalhistas.

É em âmbito mundial, mas especialmente nos países da América Latina, com mais ênfase a partir dos anos 2000 que - através de uma ampla coalizão global das principais lideranças mundiais (G-8, G-20 e agências da ONU - Organização das Nações Unidas, etc.)⁴¹ - se arquiteta o convencimento acerca das ‘virtudes’ dos PTR

⁴¹ **G-8** é a sigla que denomina os oito países mais ricos e influentes do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia, esses países possuem economias consolidadas e suas forças políticas exercem grande influência nas instituições e organizações mundiais. **G20** é um grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. Criado em 1999, o G20 é uma espécie de fórum de cooperação e consulta sobre assuntos financeiros internacionais. Os países pertencentes ao G20 são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil,

destinados às camadas mais pobres, reduzindo a esta perspectiva focalizada o Sistema de Proteção Social. Esse *consenso global* e a consolidação das premissas neoliberais no desenvolvimento das políticas sociais não se deram apenas com o apoio do capital financeiro, mas, sobretudo, através do “*consenso ativo* das principais organizações do mundo do trabalho e do *consenso passivo* das massas trabalhadoras, por meio das políticas sociais compensatórias” (SIMIONATTO e COSTA, 2014, p. 5).

No Brasil, com mais ênfase a partir de 2003, a prevalência dos Programas de Transferência de Renda no contexto do Sistema de Proteção Social Brasileiro trouxe a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza. Mediante esse cenário foi se consolidando a ideia (e o *consenso*) de que política social é feita e destinada somente para o indivíduo considerado pobre (ou o mais pobre dos pobres), em outras palavras, o entendimento de política social como ‘assistencialismo’ ganha corpo, enquanto a associação dela como um direito social vai ficando cada vez mais distante.

Nessa direção, Pereira (2008) traz a discussão do princípio da menor elegibilidade⁴² como um dos pilares das atuais políticas sociais neoliberais, o que reforça o entendimento de política social como assistencialismo, já que o Estado se responsabiliza apenas pelo mínimo de proteção social e não pela concretização de direitos sociais. As políticas focalizadas, portanto, acabam por tratar a pobreza como “problema”, digamos, acidental e desvinculado da sociedade como um todo, contribuindo para a compreensão de que através de expedientes tecnicamente desenhados seja possível erradicá-la.

A estrutura das políticas sociais, fundamentada na descentralização, na focalização e na privatização, é consequência da correlação de força entre as classes sociais. Sob o argumento da saída da crise fiscal do Estado, as políticas sociais brasileiras são atacadas na sua concepção, sua gestão e seu financiamento, o que provocou a restrição de direitos pela via do Estado, que deve ser mínimo ao trabalho e máximo ao capital, em que as ações com a finalidade de materializar direitos sociais

Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, Países membros da União Europeia.

⁴² Menor elegibilidade significa que os benefícios, no caso, a renda transferida pelos PTR deve ser menor do que o pior salário pago no mercado, ou seja, o mesmo princípio da Poor Laws, do século XIX. O que está por trás tanto das atuais políticas sociais como da antiga Poor Law é a associação do pobre enquanto ‘vagabundo’ ou ‘preguiçoso’, que ao ter uma remuneração compatível com o do mercado não irá procurar se inserir nele.

devem ser pontuais e compensatórias (SILVA, 2012, p. 76). Sendo assim, o que prevalece na estruturação das políticas sociais brasileiras é projeto neoliberal concebido segundo princípios da privatização, focalização e descentralização das ações públicas sobre os segmentos mais necessitados da população.

Autores como Pereira e Stein (2010) e Zimmermann e Silva (2006) trazem a discussão da política social na perspectiva da universalidade *versus* a focalização, enfatizando que o princípio de universalidade, de conotação e sentidos eminentemente públicos e equânimes, estão perdendo terreno para um discurso focalista neoliberal, em que o ser humano é despossuído de direitos e vínculos universais.

Dessa forma, o debate em torno da pobreza, a partir da prevalência dos PTR tem se distanciado das concepções de democracia e transformado num objeto técnico em si, sendo que “esta transformação, que é discursiva e prática, isola a compreensão da pobreza da dinâmica territorial da riqueza” (RIBEIRO, 2005, p. 22), fazendo com que o fenômeno seja sistematicamente (res)significado pela ação instrumental que privilegia o economicismo.

Esta afirmação sustenta-se nos vultuosos investimentos em formatação técnico-instrumental das políticas sociais, que deixam intocada a apropriação da riqueza. [...] As leituras instrumentais da pobreza despolitizam a ação do Estado e o trabalho, possibilitando, ao término, que o pobre seja desapropriado da experiência da pobreza, cada vez interpretada por parâmetros que fogem aos lugares e, portanto, às orientações morais calcadas no compartilhamento de carência. Este plano de fuga, alimentado pelo excesso de informação e de cálculo, racionaliza necessidades, des-historizando-as. Ocorrem, assim, o ocultamento dos circuitos de riqueza, que atravessam a ação do Estado. (RIBEIRO, 2005, p. 22).

Nessa direção, o sentido das políticas sociais é reconduzido na direção do alívio da pobreza, sendo que este enfoque, mesmo que possua como objetivo a tentativa de responder aos processos de precarização generalizada da vida de milhares de pessoas, acaba não levando em consideração a dinâmica de acumulação de riquezas. Há, assim, um isolamento da discussão da riqueza quando se fala em pobreza.

Entramos aí num ponto fundamental: ao se focar na transferência de renda como principal base das políticas sociais, se deixa intocada toda uma lógica de acumulação, ocultando-se, assim, a própria existência da desigualdade social, ou

seja, diz-se sobre a pobreza para não se dizer sobre a riqueza e seu excessivo acúmulo por parte de alguns.

Dessa forma, consideramos as políticas sociais como discurso, ou melhor, como *efeitos de sentido*, mobilizando, assim, um deslocamento da noção de política social – entendida, *grosso modo*, como ações governamentais desenvolvidas para a garantia de direitos – passando a considerá-la, também, como discurso. Pensamos nesse deslocamento, tendo como base a noção de formação social para AD, cujo conceito também se refere ao espaço a partir do qual se pode prever os *efeitos de sentido* a serem produzidos (Ferreira, 2001). A ideia que subjaz esse deslocamento é que as políticas sociais, ao serem tomadas enquanto discursos, que se dão no interior da formação social capitalista, também acabam por (re)produzir as formações ideológicas dominantes dessa formação social, lembrando que as formações ideológicas são sempre heterogêneas, podendo fazer emergir discursos de resistências e sentidos outros. Um dos *efeitos* desse deslocamento seria o da compreensão de que as políticas sociais também estão sob a dominação da ideologia (da classe dominante), produzindo consensos e estabilizando sentidos em torno, sobretudo, dos princípios neoliberais.

Com isso, podemos pensar acerca dos silenciamentos em torno das desigualdades sociais no que tange o enfrentamento à pobreza no Brasil. Orlandi (2010) trabalha com o termo *política do silêncio* para designar o que seria o *silenciamento*. Em face de sua dimensão política, o silêncio é considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).

A relação dito/não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o 'poder- dizer'. Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. [...] se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma 'outra' formação discursiva, uma 'outra' região de sentidos. (ORLANDI, 2010, p. 73-74).

Nessa direção, muito vem sendo dito em torno da pobreza, de sua erradicação e formas de enfrentamento no Brasil, mas pouco se diz sobre a desigualdade social e seu contínuo aumento.

Apesar do otimismo frente às estatísticas que mostram a diminuição dos níveis de pobreza no país, o Brasil continua entre os dez países mais desiguais do mundo. O não enfrentamento das causas estruturais – políticas, históricas e sociais – que determinam a desigualdade no país, como a injustiça tributária e a desigual distribuição da terra, por exemplo, faz com que o Brasil continue sendo um país que discrimina e viola os mais essenciais direitos a uma vida digna. (STÉDILE, 2012).

Se considerarmos as principais economias da América Latina, o Brasil possui a terceira pior desigualdade, perdendo apenas para a Colômbia e a Bolívia. Segundo Barbosa (2012), em termos de índice de desenvolvimento humano, calculado pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), dos 129 países da amostra, para os quais existe cálculo do índice de Gini, poucos se encontram em situação pior que a brasileira, sendo eles Angola, Bolívia, Colômbia, Haiti e Honduras. Para Siqueira (2013, p. 22), trata-se da desigualdade num país que se aloca em posição periférica no capitalismo mundial, “onde boa parte da riqueza aqui produzida é transferida para os países centrais – seja pela transferência de capitais intrafirma, seja pelo pagamento dos juros da dívida externa, seja pela dependência tecnológica e financeira”.

No plano internacional, a desigualdade também cresceu ao longo do século XX, apesar de todos os programas políticos para reduzi-la. Entre 1960 a 2001, por exemplo, a diferença do *PIB* per capita entre os vinte países mais ricos e os vinte mais pobres saltou de 53 para 121 vezes. Quando se passa à análise da desigualdade entre as pessoas, os dados são eloquentes: “os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres”. (NETTO, 2007, p. 156).

Apesar desse panorama em torno da desigualdade, o que se consolidou como consenso mundial no desenvolvimento das políticas sociais foi o enfoque na pobreza, mais especificamente na pobreza extrema, sendo que o combate à desigualdade aparece, em grande medida, apenas como figura retórica no interior dessas políticas. Nessa direção, Netto (2007, p. 156) é taxativo: “o combate às desigualdades não faz parte do conjunto prático-ideológico do neoliberalismo”.

Ao considerarmos as políticas sociais como discurso, podemos pensar que o silenciamento em torno das desigualdades produz como *efeito* a ilusão de que estas não fazem parte da noção de pobreza, em outras palavras, se constrói um imaginário

de que pobreza e desigualdade não estão relacionadas, sendo que um dos *não-ditos* nessa dinâmica é que “pobreza e desigualdade são constitutivos insuperáveis da ordem do capital – o que pode variar são seus níveis e padrões, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos”. (NETTO, 2007, p. 166).

Na busca por compreender o processo de produção histórica dos discursos de enfrentamento à pobreza, mobilizamos, neste capítulo, a memória social, através do *efeito imaginário* de continuidade entre as épocas, o que nos revelou *efeitos de sentidos* ligados a uma questão moral para o sujeito empobrecido, como também a naturalização das causas da pobreza em diferentes conjunturas sócio-históricas. Além disso, mobilizamos a memória discursiva da pobreza, “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2012, p. 31), o que nos revelou a interdiscursividade, “o já dito, o repetível que está na base do dizível” (SCHWAAB e ZAMIM, 2014, p. 9).

Dessa forma, empreendemos a historicidade, como “o saber discursivo que foi se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição”. (ORLANDI, 2012, p. 34). Nesse movimento, a narrativa neoliberal emerge como dominante, tendo no mercado e na perspectiva economicista seu alicerce, através de políticas sociais desenvolvidas, sobretudo, pelos organismos multilaterais, os quais se tornaram protagonistas no combate à pobreza na contemporaneidade.

Podemos dizer que a cada mudança histórica, novos sentidos emergiram em torno da noção, mas alguns permaneceram silenciados: como as causas estruturais geradoras da pobreza, bem como sua relação com a desigualdade.

4 O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM PAUTA

O governo ouve somente sua própria voz; sabe que ouve somente a sua voz, entretanto, tenta convencer-se de que ouve a voz do povo, e exige a mesma coisa do povo. O povo, portanto, cai parcialmente na heregia política, ou isola-se totalmente da vida política, tornando-se uma *multidão privada*. (MARX, 1841).

Analisar a produção dos sentidos acerca da noção de pobreza no Discurso do Plano Brasil Sem Miséria é o objetivo deste capítulo. Iniciamos através das circunstâncias de enunciação dos dizeres do seu portal, bem como com as condições de produção do discurso em sentido amplo, ou seja, o contexto sócio-histórico, ideológico e político, as quais fazem parte das margens do dizer e são determinantes para o funcionamento da língua. A partir da materialidade discursiva elencada para a análise, identificamos a Formação Discursiva (FD) dominante no portal, como também diferentes posições-sujeito que coexistem e se relacionam no interior dessa FD. De que forma o discurso institucional funciona ao produzir sentidos em torno da noção de pobreza? Essa é uma das questões que norteiam este capítulo.

4.1 Discurso Institucional: a *língua de Estado* em movimento

Partimos do pressuposto que o portal *Brasil Sem Miséria* mobiliza um discurso institucional, o que nos remete à noção de instituição⁴³ e ao que Pêcheux (1993) formulou como sendo as condições de produção do discurso. Ao relacionar o campo da sociologia com o do discurso, Pêcheux (1993) mobiliza autores⁴⁴ que a definiam (a sociologia) como “a ciência das instituições”, e estas como um conjunto de atos e ideias instituídas, que os indivíduos encontram diante deles e que lhes são mais ou menos impostos. Para o autor, um dos resultados mais decisivos na área da sociologia foi distinguir a *função aparente* de uma instituição e seu *funcionamento* implícito, o que repercutiu na teoria dos processos discursivos, pois o discurso, pensado por essa perspectiva, passa a ser considerado como parte de um mecanismo em funcionamento, “como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que deriva da estrutura de

⁴³ Não estamos nos referindo aqui ao conceito de instituição enquanto sinônimo de organização.

⁴⁴⁴⁴ Pêcheux cita Mauss e Fauconnet (1901), a partir da grande Enciclopédia Francesa. Faz uma crítica ao conceito de instituição Saussuriano encontrado no *Curso de Linguística Geral*, dizendo que este autor é afetado pela ilusão do *não-sociológico*, que consiste em considerar as instituições em geral como funções com finalidade explícita.

uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

É assim que o autor introduz que um discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção dadas, ou seja, o funcionamento do processo discursivo “não pode ser apreendido sem referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” (PÊCHEUX, 1993, p. 78). Ao dizer que estamos lidando com um discurso institucional, já começamos a delinear algumas das condições de produção que constituem os discursos do portal. Uma delas seria demarcar que a instituição que está falando, ou melhor, o locutor do discurso é o governo federal, o que nos conduz ao entendimento de que o que está sendo mobilizado é também a *língua de Estado*, no caso, do Estado brasileiro, através da presidência da república, como traz o Decreto nº 7.492, que instituiu o plano:

Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.942, de **2 de junho de 2011**. A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art, 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, decreta:

Art. 1º **Fica instituído o Plano Brasil Sem Miséria**, com a finalidade de **superar a situação de extrema pobreza** da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

Parágrafo único. O Plano Brasil Sem Miséria será **executado pela União, em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios**. (BRASIL, 2011, grifos nossos).

A *língua de Estado*, pela perspectiva da AD, além de se apresentar como legítima, porque foi eleita, também pode ser considerada, segundo Orlandi (2012), como o modo pelo qual o Estado dá sentido a si mesmo. Com isso, podemos dizer que o *Portal Brasil Sem Miséria* traz à tona o(s) sentido(s) que o Estado dá às políticas sociais em desenvolvimento no país, mais especificamente, às políticas sociais de enfrentamento à pobreza, as quais ele mesmo desenvolve, não sozinho, mas é quem articula e determina um amplo conjunto de regulamentos e canais jurídicos para sua execução.

Importante retomar aqui de que língua trata a Análise de Discurso, já que ela se difere da língua da linguística, esta entendida – *grosso modo* - enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais. Orlandi (2012, p. 15) ressalta que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas sim com a língua no mundo, na “Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido,

enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Ferreira (2003, p. 196) aprofunda a questão ao dizer que a AD se pauta por uma teoria materialista dos sentidos, que considera a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia. É precisamente da língua e de seu encontro com a história que surge a possibilidade de trabalhar o equívoco, o qual emerge “como lugar de resistência à língua e à sua condição, isto evidentemente só se viabiliza se levarmos em conta uma noção de língua dotada de natureza instável, heterogênea por formação e contraditória” (FERREIRA, 2003, p. 196). É por essa perspectiva que a língua do analista do discurso se difere da língua do linguista, pois comporta em si (enquanto totalidade) o não - todo, fazendo dela um modo singular de produzir equívoco. Temos aí a noção de sistema, a qual foi decisiva para a concepção discursiva de língua.

A língua na Análise de Discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos. [...] A língua do analista de discurso tem um funcionamento ideológico e suas formas materiais estão investidas desse funcionamento. (FERREIRA, 2003, p. 196 e 197).

Ao considerarmos o discurso enquanto materialidade específica da ideologia e a língua como materialidade específica do discurso, ou seja, ao trabalharmos com a relação língua/discurso/ideologia, entendemos que a língua, assim como o discurso, não é uma estrutura fechada, estável, mas sim um sistema sujeito a falhas (FERREIRA, 2005). É através dessa perspectiva que a *língua de Estado* no portal em análise está sendo compreendida.

Nessa direção, é importante situar que o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) surge no interior das políticas sociais brasileiras (essas também sujeitas a falhas) e que os dizeres de seu portal se dão através de determinadas circunstâncias de enunciação.

Em 2003 houve a implantação do Programa Fome Zero⁴⁵ (PFZ), o que alavancou a agenda e a discussão em torno do combate à fome e à pobreza no país, movimentando uma série de atores sociais, entre eles, a mídia, a opinião pública,

⁴⁵ Considerado como antecedente do Plano Brasil Sem Miséria, já que muitos programas do Fome Zero foram alocados no novo plano.

especialistas de diversas áreas, lideranças locais e governantes. Nesse mesmo ano se iniciou o processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda, dando origem ao Programa Bolsa Família⁴⁶ (PBF), que foi incorporado a um dos eixos articuladores⁴⁷ do PFZ. Importantes processos foram iniciados a partir do desenvolvimento do Fome Zero, a inclusão da Alimentação como direito na constituição foi um deles (IBASE, 2012).

No decorrer dos anos de implementação do Fome Zero, inúmeros estudos e estatísticas foram divulgadas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em números absolutos, 28 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza nos anos que corresponderam aos dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010), o que para o IPEA se deu por um conjunto de fatores, entre eles a elevação do valor do salário mínimo e a incorporação de trabalhadores no mercado formal, tendo em vista o aumento na geração de empregos. Alterações de indicadores de vulnerabilidade como, por exemplo, a queda de 62% na taxa de mortalidade infantil, também passaram a ser divulgados, tanto por institutos de pesquisas como pela imprensa (POCHMANN, 2010).

Já o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 16,2 milhões⁴⁸ de brasileiros que ainda viviam abaixo da linha da extrema pobreza, considerado pelo instituto como aqueles com renda mensal inferior a R\$ 70,00, ou seja, um número significativo de pessoas, permanecia em condições de extrema pobreza⁴⁹, o que sugeriu que as políticas sociais desenvolvidas dos anos anteriores não haviam sido suficientes.

Foi a partir da divulgação dos números do Censo de 2010 - e com o processo de disputa eleitoral em andamento - que a então candidata pelo Partido dos

⁴⁶ A criação do PBF unificou os seguintes programas de transferência de renda que já existiam: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

⁴⁷ Os quatro eixos do Fome Zero eram: 1) Ampliação do Acesso aos Alimentos, onde se alocou o Bolsa Família; 2) Fortalecimento da Agricultura Familiar; 3) Geração de Renda e 4) Articulação, Mobilização e Controle Social.

⁴⁸ Este número foi determinado através da seguinte lógica: no mês em que foi realizada a entrevista do Censo Demográfico, 6,8 milhões de pessoas viviam em domicílios sem qualquer rendimento. Deste total, foram identificadas 4,8 milhões de pessoas com o perfil de extrema pobreza (além do critério da renda, o IBGE considera com perfil de extrema pobreza os domicílios sem banheiro ou sem saneamento básico, entre outros, como domicílios sem ligação à rede de distribuição de água, etc). Se a elas forem somadas as 11,4 milhões de pessoas com rendimento médio per capita entre R\$ 1,0 e R\$ 70,00, que também possuem perfil de extrema pobreza, atinge-se o total estimado de 16,2 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2010).

⁴⁹ No próximo item deste capítulo trataremos da questão das designações pobreza, extrema pobreza e miséria.

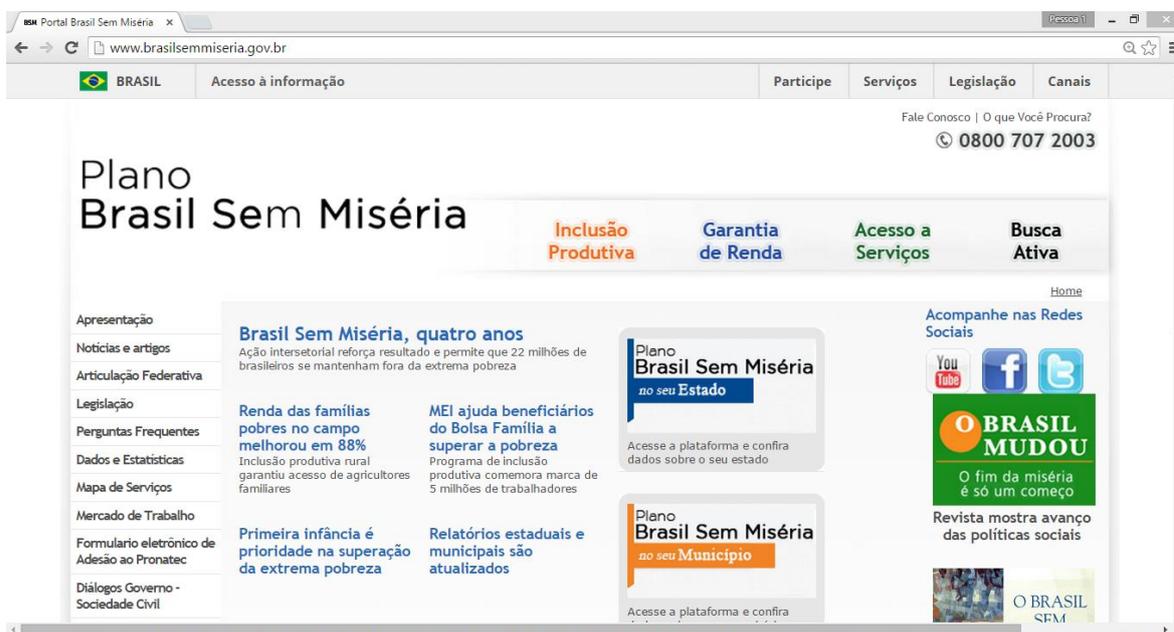
Trabalhadores (PT), considerada como sucessora do governo em vigência, Dilma Rousseff, baseou as principais propostas programáticas de seu governo no que se referiu às políticas sociais de enfrentamento à pobreza, sendo que em seu discurso de posse, já como presidente, em 1º de janeiro de 2011, enfatizou que seu governo seguiria na busca pela erradicação da pobreza extrema no Brasil⁵⁰.

Esse breve resgate histórico traz um panorama das circunstâncias de enunciação dos dizeres do portal. Havia, de modo geral, certa abertura para que um programa social da envergadura do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) fosse lançado, pois além do cenário e do ambiente político do país em junho de 2011 (lançamento do plano) serem diferentes dos atuais⁵¹, os números e as estatísticas divulgadas deram as bases necessárias para seu desenvolvimento e, de certa maneira, justificaram a sua criação e/ou continuidade (no caso de alguns programas que já existiam e foram incorporados). No mesmo mês de lançamento do plano surge o portal.

⁵⁰ A íntegra do discurso está disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff>. Acessado em 09 de junho de 2015.

⁵¹ A partir do final de 2014 se iniciou uma profunda crise política no Brasil, desencadeada por uma série de fatores que não cabem aqui especificar. O fato é que o ambiente político era distinto, acreditamos que nas circunstâncias atuais o PBSM não seria lançado (e se o fosse, teria sido sob grande oposição).

Figura 3. Portal Brasil Sem Miséria.



Fonte: *Printscreen* da página inicial do portal Brasil sem miséria⁵²

O PBSM possui três grandes eixos de atuação: 1) **garantia de renda**⁵³, que se refere às transferências de renda direta, realizadas mensalmente, via cartão bancário, às famílias consideradas extremamente pobres; 2) **acesso a serviços**⁵⁴, que prevê facilitar o acesso e a oferta de serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação e 3) **inclusão produtiva**⁵⁵, que visa aumentar as oportunidades de ocupação e renda do público alvo. Dessa forma, o Plano prevê três frentes de ações, as quais, segundo o MDS, devem ser executadas de forma integrada.

Considerando as condições de produção em sentido amplo, ou como traz Orlandi (2012, p. 30), “o contexto sócio-histórico, ideológico”, é importante ressaltar que o Plano Brasil Sem Miséria surge no bojo do chamado *neodesenvolvimentismo*, que, como pontua Alves (2014), é um “novo” modo de desenvolvimento capitalista, surgindo com mais ênfase a partir do início do século XXI, no Brasil, através de governos considerados de esquerda ou centro-esquerda.

⁵² Portal Brasil sem miséria - <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria> Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵³ Nesse eixo se alocam programas como Bolsa Família e a Ação Brasil Carinhoso (para famílias com crianças de 0 a 6 anos).

⁵⁴ Nesse eixo estão alocados programas como: Brasil Sorridente, Saúde da Família e Mais Educação.

⁵⁵ Esse eixo se subdivide em Inclusão produtiva urbana (que tem o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o MEI – Micro Empreendedor individual como principais ações) e em Inclusão Produtiva Rural (que tem os programas: ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, Água para Todos, Luz para Todos e PPA - Programa de Aquisição Alimentar como principais).

No que concerne ao debate atual em torno do conceito, cabe destacar que há, de um lado, os que defendem o *novo desenvolvimentismo*⁵⁶ como uma alternativa ao projeto neoliberal, e de outro, os que fazem a crítica a essa posição, na qual nos inserimos, tendo em vista que tal estratégia, apesar de se colocar como contrária ao puro monetarismo neoliberal, continua se baseando nas principais premissas do neoliberalismo⁵⁷. Independente dessa tomada de posição, o Plano Brasil Sem Miséria de fato surge na “década do neodesenvolvimentismo (2003-2013)”, como pontua Alves (2014, p. 5) ou “no contexto da frente política neodesenvolvimentista”, como denomina Boito (2014, p. 4).

Segundo Castelo (2012) os primeiros escritos sobre o *novo-desenvolvimentismo* aparecem ainda no primeiro mandato do governo Lula, através do economista Luis Carlos Bresser-Pereira que, em 2004, publica no jornal *Folha de São Paulo* um artigo intitulado “O novo-desenvolvimentismo”, defendendo uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. Já em 2005, um grupo de acadêmicos lança um livro com o mesmo título do artigo de Bresser, em que trazem textos de intelectuais alinhados ao Keneynsianismo, discutindo temas como a relação mercado-Estado. Os autores defendem que um Estado forte deve regular um mercado também forte, estimulando a concorrência e a inovação para, segundo suas palavras, “tornar o capitalismo dinâmico e revolucionário. [...] com a constituição de um mercado forte conseqüentemente haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado” (SICSÚ, DE PAULA e MICHEL, 2005, p. 513).

As explicações dos defensores do *novo-desenvolvimentismo* sobre o baixo crescimento dos países latino-americanos nas últimas décadas são alicerçadas em críticas ao neoliberalismo, ou seja, em constatações de que as reformas neoliberais não cumpriram suas promessas de desenvolvimento, vide o quadro de desemprego e de baixos salários legado aos diversos segmentos da classe trabalhadora, bem como a exclusão do empresariado produtivo local dos altos índices de rentabilidade. Essas

⁵⁶ Termo utilizado com mais frequência por economistas como Bresser-Pereira (2004, 2006, 2008, 2011) e Sicsú, De Paula e Michel (2007).

⁵⁷ Já o termo *neodesenvolvimentismo* vem sendo utilizado pelas linhas críticas, com autores como Alves (2012, 2013, 2014), Sampaio Jr (2012), Castelo (2012) e Boito (2012, 2013), os quais constataam a existência de um “novo” modelo de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo fazem a crítica a ele e à corrente teórico-político-econômica que o denomina de “novo-desenvolvimentismo”.

teses agradam amplos setores da sociedade brasileira, desde os empresários nacionais que não conseguiram atingir os níveis de crescimento e lucratividade desejados, até as classes trabalhadoras e pauperizadas que sofrem com as expressões da questão social.

Pfeifer (2013) analisa o *novo-desenvolvimentismo* através do pensamento do economista Bresser-Pereira, identificando que sua proposta apresenta elementos que, lançados na sociedade brasileira do século XXI, entra na disputa hegemônica, buscando construir um novo pacto social, que a autora denomina de Pacto Neodesenvolvimentista. As estratégias para esse pacto pressupõem a construção de um acordo nacional dirigido pelo segmento dos empresários industriais nacionais e firmado entre os diferentes segmentos de classe no país.

Enquanto proposta político-econômica, o novo desenvolvimentismo apresenta um receituário que engloba, por um lado, um conjunto de recomendações micro e macroeconômicas, e por outro, uma estratégia ideopolítica assentada em concepções relativas ao mercado, Estado, sociedade civil, classes, globalização, entre outros conceitos que lhe dão sustentação teórica e política e que evidenciam a existência de uma nova ofensiva burguesa no Brasil, agora alicerçada em outro bloco que disputa a direção da sociedade brasileira do século XXI. (PFEIFER, 2013, p. 11).

Sampaio Jr. (2012) faz uma crítica contundente às propostas neodesenvolvimentistas, ressaltando que a maioria das reflexões defendidas pelos teóricos/economistas se enquadram na pauta neoliberal. Para ele, a ausência de uma análise e perspectiva mais amplas da política econômica mundial não permite que os defensores do *novo-desenvolvimentismo* percebam a complexidade da teia institucional que ata, de forma preponderante, o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação - dependência externa e segregação social -, que sempre fizeram parte da história econômica e social do país.

A ausência de uma avaliação consubstanciada dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira não permite que se perceba que, por trás da aparente resiliência do Brasil aos efeitos da crise, existem transformações estruturais de grande envergadura que aprofundam e aceleram o processo de reversão neocolonial. Ao omitir as terríveis contradições geradas pela crise econômica mundial, o novo neodesenvolvimentismo não precisa explicar os nexos inexoráveis entre o crescimento econômico impulsionado pela bolha especulativa global, a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e no extrativismo, o avanço irreversível da desindustrialização e o espectro de uma crise cambial e financeira de dimensão cataclísmica como desfecho inexorável da farra especulativa financiada pela entrada indiscriminada de capital internacional. (SAMPAIO JR., 2012, p. 684).

É nessa direção que o autor considera o *novo-desenvolvimentismo* como uma “apologia à ordem” e também como uma “apologia do poder”. Ele resgata o chamado *desenvolvimentismo* (nacional-desenvolvimentismo) que entre 1930-1960 se articulou no Brasil, (e sobre o qual a estratégia *neodesenvolvimentista* se apóia, dizendo se adequar aos novos tempos e à realidade brasileira atual) ressaltando que a distância entre o *desenvolvimentismo* da metade do século XX e o *neodesenvolvimentismo* do início do século XXI é proporcional ao espaço que separa duas épocas históricas bastante distintas. Para ele, na época do *desenvolvimentismo* havia diagnósticos mais críticos⁵⁸, que traziam as implicações e a necessidade de mudanças mais profundas e também discutiam as causas do subdesenvolvimento dos países da América latina. A agenda política (apesar de não ter sido concretizada) passava pelo enfrentamento ao imperialismo, que submetia as economias periféricas aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado, como também por reformas estruturais que amenizassem as bases do regime de segregação social, como o latifúndio e os privilégios de burguesias dependentes.

Contudo, tanto a gênese como a falência do *desenvolvimentismo*, segundo Sampaio Jr. (2012) foram condicionadas pelo apogeu e declínio do processo de industrialização por substituições de importações. Assim, a construção da indústria nacional e a consolidação de projetos nacionais, que orientassem a ação política econômica e o *desenvolvimentismo* como expressão de uma consciência crítica sobre a natureza dos problemas nacionais sucumbiram, pois “faziam parte de um mesmo processo, cujo sentido histórico estava indissolivelmente relacionado com o desfecho da revolução burguesa no continente nas décadas de 1950 e 1960” (SAMPAIO JR.,

⁵⁸ A Comissão Econômica para América Latina – CEPAL – foi bastante influente nesse período na definição de um paradigma de desenvolvimento para a região.

2012, p. 676). Tal desfecho tem nos países latino-americanos - iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973 - os golpes militares, que definitivamente instauraram na América Latina o capitalismo dependente.

Apoiados pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. [...] Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. (SAMPAIO JR. 2012, p.676).

A partir do golpe militar o desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho se aprofundou drasticamente, se tornando na premissa fundamental do capitalismo no continente. Assim, se lançaram os fundamentos para uma ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento no interior das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista da época. Esse movimento revisionista, segundo Sampaio Jr. (2012), acabou por ocultar as contradições provocadas pelas relações de dependência, fazendo com que o capital internacional deixasse de ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se tornar em condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento.

Durante vinte anos o *desenvolvimentismo* tomou novos rumos sob o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia, hegemônica pelos monopólios internacionais, conforme destaca Castelo (2012, p. 621). Para o autor, o “milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora”.

É nesse contexto que o neoliberalismo surge na América Latina, especialmente a partir de 1980, momento em que a agenda política da região gira em torno do Consenso de Washington, o qual trouxe uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, com a estagnação econômica e com os altos índices inflacionários. Castelo (2012) argumenta que as medidas do Consenso representaram

a vitória político-cultural da burguesia rentista⁵⁹ no continente, fazendo com que a região se tornasse uma plataforma de valorização dos capitais estrangeiros, seja através de compras e expropriações maciças de bens públicos, como também mediante a especulação financeira. No país, Behring (2008) afirma que nesse período o Estado Brasileiro vivenciou um processo de *contrarreforma* marcado pela expropriação de direitos, principalmente os sociais, através de um intenso programa de ajuste estrutural, o qual possibilitou as privatizações e a alta concentração de renda.

Já na segunda metade da década de 1990, os danos sociais da agenda neoliberal são sentidos com maior intensidade: desemprego estrutural, aumento da pobreza e da desigualdade social, perda de direitos sociais básicos, precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação. É diante dos primeiros sinais do desgaste do neoliberalismo, no final dessa década e início dos anos 2000, que se percebe uma dupla movimentação na política regional da América Latina.

De um lado, as classes dominantes readequaram o seu projeto de supremacia, incorporando uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais explosivas da 'questão social', naquilo que se convencionou chamar de social-liberalismo. [...] De outro, uma mobilização política das classes subalternas antagônicas ao neoliberalismo levou à derrubada de governantes alinhados ao Consenso de Washington (Argentina, Bolívia, Equador, Peru) e à eleição de coalizações partidárias com posições antineoliberais (Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai). Em alguns casos, as lideranças não mantiveram a sua linha de resistência após a posse e aderiram ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo: o governo Lula é o caso mais emblemático dessa adesão. (CASTELO, 2012, p. 624).

É nesse contexto que autores como Alves (2013, 2014), Boito (2012), Castelo (2012) e Sampaio Jr (2012) situam o *neodesenvolvimentismo* e denominam de *neodesenvolvimentista* a frente política que se formou no país no início do século XXI, a qual deu a base ampla e heterogênea de sustentação política dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). Tal frente é composta por classes e frações de classes que, como pontua Boito (2012), agem como forças sociais ativas e são os

⁵⁹ A burguesia rentista é aquela que vive da especulação a partir da hegemonia do capital financeiro. "O modelo neoliberal promoveu a hegemonia do capital financeiro, sob sua forma especulativa. Não a que financia a produção, o consumo, a pesquisa, mas a que vive da compra e venda de papeis, a que não cria nem bens, nem empregos" (CASTELO, 2012, p. 622).

personagens que atuam na cristalização e na implementação dessa política de desenvolvimento.

Fazem parte dessa frente a grande burguesia interna⁶⁰, considerada pelos autores como a força dirigente da frente neodesenvolvimentista, a qual se encontra distribuída por diferentes setores da economia: mineração, construção civil, agronegócios, indústria de transformação e em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. Segundo Boito (2012) o que unifica essas grandes empresas é a reivindicação no que se refere ao favorecimento e proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista⁶¹ (BOITO, 2012), demarcamos assim, que o que predomina nesse processo, é uma Formação Ideológica de defesa do capital.

O operariado urbano e a baixa classe média ou a “velha classe operária” (proletários brasileiros), como pontua Alves (2014), também possui uma participação organizada na frente política neodesenvolvimentista por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT). Boito (2012) ressalta que foram essas forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que ocorreu é que esse partido - que ao longo das décadas de 1980 e 1990 lutava pela a implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil - foi atraído pela grande burguesia interna (que vinha fazendo uma crítica moderada ao neoliberalismo) e na virada para a década de 2000 acabou mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa e se converteu “de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do *neodesenvolvimentismo*” (BOITO, 2012, p. 8). Assim, o operariado atua na frente política, não como força dirigente, mas numa posição de base social, sendo que também ganha no interior desse contexto, como afirma Boito (2012, p. 9), já que foi beneficiado com algumas

⁶⁰ A burguesia interna é constituída pelos grandes grupos industriais brasileiros, como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correa, etc. e também por grandes grupos como Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantin, etc.,(ALVES, 2014)

⁶¹ A priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos últimos governos (2002-2014) pode ser percebida em inúmeros aspectos da política econômica. Um deles é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio (*agrobusiness*), a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. Outra é a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma instituição financeira estatal que passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990, priorizando um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais através dos programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados (BOITO, 2012).

políticas de reajuste do salário mínimo e com relativas reduções do desemprego e formalização do mercado trabalho⁶².

Os trabalhadores desempregados, subempregados e/ou que (sobre) vivem através de trabalhos precários representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista, tendo com ela uma relação bem particular. Segundo Alves (2014) se incluem nessa fração o subproletariado pobre, que reside em sua grande parte na periferia dos grandes centros urbanos do país e também no interior das regiões Norte e Nordeste, sendo incluído na frente desenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), o qual faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. Boito (2012) distingue essa fração de classe como a que menos intervém de forma organizada no interior da frente política neodesenvolvimentista (o oposto do que acontece com a burguesia interna), mas é ela que forma uma base eleitoral desorganizada e passiva, a qual é convocada a intervir no processo político por intermédio do voto. Essa fração de classe também obtém ganhos no interior do *neodesenvolvimentismo*, contudo, esses ganhos são muito limitados.

Alves (2014) parte da hipótese que nos últimos dez anos tivemos governos *pós-neoliberais* no Brasil, no sentido da programática política adotada por Lula e Dilma, a qual se centrou no crescimento econômico com aumento do gasto público e (alguma) redistribuição de renda, ou seja, seus governos não consistiram apenas na continuidade da ortodoxia neoliberal, o que os distingue dos governos que os antecederam. No entanto, isso não significa dizer que esses governos tenham rompido com o neoliberalismo, pois optaram por manter o metabolismo político do Estado neoliberal herdado da década de 1990, segundo o autor, “os governos pós-neoliberais em nome da governabilidade optaram por reproduzir o Estado neoliberal herdado da década anterior; e pior, preservar essencialmente o Estado brasileiro de feição oligárquico-burguesa oriundo da ditadura militar” (ALVES, 2014, p. 2). É por isso que o autor considera o *neodesenvolvimentismo* como um novo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil, apoiado numa frente política heterogênea e

⁶² O crescimento da economia, especialmente nos primeiros anos do *neodesenvolvimentismo*, permitiu uma significativa recuperação do emprego, além disso, segundo Boito (2012), as novas condições econômicas e políticas favoreceram a organização e a luta sindical, propiciando um aumento das reivindicações e das greves, o que permitiu novas conquistas salariais dos trabalhadores, evidenciando um contraste com o sindicalismo na década de 1990.

eivada de contradições. A expansão capitalista ocorrida no Brasil na era do *neodesenvolvimentismo* ocorreu no interior da macroestrutura do capitalismo neoliberal hegemônico no plano do mercado mundial – o que aponta para os próprios limites desse modelo.

Neodesenvolvimentismo não significa pós-neoliberalismo. Na verdade, o neodesenvolvimentismo expõe densas contradições orgânicas no interior da sua frente política quanto na relação do governo neodesenvolvimentista com o Estado neoliberal (sociedade política e sociedade civil) herdado da ditadura civil-militar e ‘modernizado’ pelos governos neoliberais (1990-2002). A preservação do Estado político-oligárquico adequado ao capitalismo neoliberal contribuiu para que se mantivesse (e ampliasse) a corrupção da coisa pública com tráfico de influências e propinas nos negócios operados pelas empresas públicas e grupos industriais da burguesia interna, vide operação lava-jato, etc. (ALVES, 2014, p. 3).

Boito (2012) também pontua os limites e as contradições do *neodesenvolvimentismo*:

Um capítulo à parte seria o exame das contradições existentes no interior da frente neodesenvolvimentista. Essas contradições estimulam movimentos centrífugos e, tanto à esquerda, quanto à direita, as forças que têm interesse em desagregar a frente exploram, com esse objetivo, as suas contradições internas. Uma reflexão sobre essa matéria permitiria conjecturarmos sobre a solidez e a provável duração dessa frente política. (BOITO, 2012, p. 10).

Consideramos, assim, o *neodesenvolvimentismo* como um fenômeno recente, calcado na Formação Ideológica do capital. É interessante observar que apesar de ampla, heterogênea e contraditória na sua composição de classe - já que abarca tanto os setores das classes dominantes como das classes dominadas - a frente política neodesenvolvimentista atua como tal dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal.

É nesse contexto sócio-histórico, ideológico, portanto, que surge o Plano Brasil Sem Miséria e o portal em análise, que como já dissemos mobiliza a *língua de Estado*, esta compreendida por Pêcheux como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência de relações de classes” (PÊCHEUX, *apud*, Orlandi, 2012, p. 130).

As Formações Discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em uma situação dada em uma conjuntura dada, ou seja, o dizer está ligado às suas condições de produção, há, portanto, um vínculo constitutivo que liga o que é

dito com a sua exterioridade. Se todo o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas e também produzido mediante uma Formação Discursiva (FD), a qual projeta determinadas ideologias, os enunciados⁶³ do *Portal Brasil Sem Miséria* também se inscrevem numa determinada FD, que chamaremos a partir de agora de **Formação Discursiva Neodesenvolvimentista (FDN)**. Foi levando em consideração as condições de enunciação específicas do sujeito do discurso, no caso o governo federal⁶⁴, e sua intrínseca relação com a(s) ideologia(s) da frente política neodesenvolvimentista⁶⁵ que realizamos esse gesto de interpretação. Entendido como resultado do olhar do analista e funcionando, portanto, como um princípio de organização metodológica. (CAZARIN, 2004).

É preciso ressaltar, no entanto, que é impossível caracterizar uma FD como um espaço fechado e homogêneo, sendo que esse gesto de interpretação pode ser considerado como um *efeito de fechamento*, como traz Indursky (2007), tendo em vista que não é possível cristalizar a FD, já que ela está submetida ao princípio organizador preconizado pela teoria, a ideologia, e que esta é uma unidade dividida em relação a si própria (INDURSKY, 2007). Assim como a autora, entendemos uma FD como um domínio de saber heterogêneo, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de se relacionar com a ideologia vigente, regulando o dizer, sendo através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso. O sujeito, quando enuncia, adere a uma formação discursiva, contudo, apesar da FD “determinar o que pode e deve ser dito, há ou pode haver, efeitos de contradição” (PECHEUX, 1981, p. 195).

Nessa direção, é preciso considerar a existência histórica do sujeito, ou seja, aquilo que Pêcheux (1988) designou como forma-sujeito⁶⁶. Este sujeito do saber, universal e/ou histórico, como é chamada a forma-sujeito, é responsável pela ilusão

⁶³ Compreendidos como social e historicamente determinados (PÊCHEUX, 1988).

⁶⁴ Este representado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão coordenador do PBSM, como também por 22 ministérios envolvidos na gestão do plano, tais como os ministérios: da agricultura, Pecuária, Abastecimento das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, de Minas e Energia, do Planejamento, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, de Direitos Humanos, de Igualdade Racial, de Relações Institucionais.

⁶⁵ Posto que foi essa frente política que deu a base ampla e heterogênea de sustentação política dos últimos governos (2002-2014).

⁶⁶ Segundo Pêcheux (1988), a expressão forma-sujeito foi introduzida primeiramente por Althusser: “Todo o indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 183, nota 31).

de unidade do sujeito. Ilusão porque esse sujeito histórico também pode ser pensado como um sujeito dividido entre as diferentes posições-sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta. É assim que Indursky (2007, p.169) traz a definição de Courtine:

chamar-se-á domínio da forma-sujeito o domínio de descrição da produção do sujeito como efeito no discurso; isto conduz a descrever o conjunto das diferentes posições-sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber, com os efeitos específicos que lhe estão ligados. (COURTINE, 1981, apud INDURSKY, 2007, p. 51).

Para a autora não se trata mais de uma forma-sujeito dotada de unicidade, já que podemos estar diante de um conjunto de posições-sujeito, sendo que é esse elenco é que vai dar conta da forma-sujeito. Com isso, acreditamos que através da FDN estamos lidando com a **Forma-Sujeito de defesa do capital**, visto que, embora se advogue a favor da erradicação da miséria, o que se enfatiza no discurso em análise é que é mediante o desenvolvimento econômico do capital que se chegará a tal objetivo. Importante destacar que é mediante uma forma-sujeito fragmentada que se abre espaço não somente para o semelhante, mas também para o diferente “o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva (INDURSKY, 2007, p. 169).

Não se trata apenas de pensar a heterogeneidade pelo fato de que ela é constitutiva de todo e qualquer discurso, mas, em especial, como traz Cazarin (2007, p. 113): “de compreender que a própria heterogeneidade resulta da coexistência de diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD”. A autora também considera a heterogeneidade no interior de uma mesma posição-sujeito, pois nela também há a possibilidade da contradição.

É a partir desse movimento de interpretação, que buscaremos observar (próximo item) como diferentes posições-sujeito coexistem e se relacionam no interior da FD que denominamos de *Formação Discursiva Neodesenvolvimentista* (FDN). Nosso enfoque, vale lembrar, é pensar como o discurso institucional funciona ao produzir sentidos em torno da noção de pobreza, de que forma ele retoma uma memória discursiva; pois os discursos sempre trazem em si outros, observando assim como a *língua de Estado*, articulada aí pelo governo federal (o enunciador do discurso), vem mobilizando *efeitos* de sentido acerca da pobreza.

4.2 Posições-sujeito: a prevalência do Economicismo e do Conservadorismo

Nosso ponto de partida é observar como as designações *extrema pobreza* e *miséria* emergem e se mesclam no interior do discurso institucional, produzindo *efeitos* de sentido em torno da noção de pobreza. A partir da análise da materialidade discursiva elencada para a constituição do *corpus*, percebemos que as duas designações aparecem quase sempre associadas, uma remetendo à outra, sendo consideradas pelo sujeito enunciador do discurso como sinônimas. Tal funcionamento discursivo pode ser percebido desde o discurso da presidente no lançamento do plano, em 2011, bem como nas revistas publicadas anualmente, vide as sequências discursivas (SD⁶⁷):

(SD1) Através de cada um dos três eixos – transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos, acesso a tudo que Estado pode dar -, nós pretendemos melhorar a vida de **16 milhões de brasileiros** que ainda estão **na pobreza extrema**. Mas o plano também tem um efeito: o de gritar, o de afirmar para todos nós que **a miséria ainda existe no Brasil**. Este, talvez, seja o grande mérito deste plano, porque é trazer para a pauta de todos os governos o objetivo, o compromisso, a determinação de lutar, a cada dia, para que o **Brasil não tenha mais miséria**. (DP1, 2011)⁶⁸.

(SD2) O **Plano Brasil Sem Miséria** reforça o compromisso com esse modelo e ousa ir além, com o ambicioso desafio de **superar a extrema pobreza**. O público prioritário do Plano, lançado em junho de 2011, são o cerca de **16 milhões de brasileiros identificados** pelo Censo 2010 que ainda estavam em **situação de extrema pobreza**, ou seja, com **renda mensal inferior a R\$ 70,00**. (R1 2012)⁶⁹.

(SD3) O Plano oferece assistência ao agricultor **extremamente pobre**, atuando nas regiões que mais carecem, ofertando mais e melhores serviços **a quem mais precisa**. [...] Um país que, por esforço conjunto vai deixar no passado a **extrema pobreza**, a partir de um plano que foca **nos que mais necessitam**. (R2, 2013).

(SD4) Um marco importante foi atingido pelo **Brasil Sem Miséria** em março de 2013, quando os últimos brasileiros do Programa Bolsa Família, **22 milhões de pessoas**, que ainda **viviam na miséria** transpuseram a **linha da extrema pobreza**. (CR, 2015)⁷⁰.

⁶⁷ Apresentaremos através da sigla SD, as Sequências Discursivas, em ordem numérica. Todos os grifos nas SDs são nossos.

⁶⁸ Utilizaremos a sigla DP1, como forma de abreviar o Discurso da Presidente na ocasião do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria.

⁶⁹ Utilizaremos a sigla R1, R2 e R3 para referenciar as três revistas acessadas para análise, nos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

⁷⁰ Utilizaremos a sigla CR para referenciar o Caderno de Resultados do plano, de 2015.

As expressões da SD3 “extremamente pobre”, “a quem mais precisa” e “nos que mais necessitam” estão se referindo às pessoas em situação de miséria, que pela perspectiva do discurso institucional são aquelas que possuem uma renda mensal de até R\$ 70,00. Para o desenho do PBSM, o MDS definiu, portanto, uma linha monetária de extrema pobreza, que além de servir como parâmetro para as ações do plano também delimitou seu público alvo/prioritário a partir de um critério exclusivo de renda.

Em artigo específico⁷¹, Tiago Falcão, secretário Extraordinário para Superação de Extrema Pobreza do MDS, traz os caminhos percorridos para o estabelecimento da linha, evidenciando a variedade e a complexidade dos tipos de abordagens para a definição de pobreza e as linhas existentes. É interessante observar que, apesar de haver uma preocupação do MDS em elaborar uma estratégia não apenas considerando o ponto de vista da renda, é justamente a partir dela que o plano se estrutura, já que o primeiro critério de seleção de quem será ou não um beneficiário é a renda. Falcão (2014) argumenta que, tendo em vista o tempo gasto em tentativas frustradas de estabelecer uma linha, o ministério optou em ser o mais pragmático possível, ou seja, deixou de lado a ideia de criar uma nova comissão técnica para a definição e mensuração da pobreza e concentrou seus esforços na definição da política pública para a superação da extrema pobreza.

Sendo assim, foram escolhidas linhas absolutas já adotadas no país, como as linhas já existentes do Programa Bolsa Família, que na época do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria eram de R\$ 140,00 mensais por pessoa para definir a pobreza e de R\$ 70,00 por pessoa para a extrema pobreza. A justificativa em torno da escolha da abordagem unidimensional gira em torno da transparência para a medição o que, segundo Falcão (2014), facilita o acompanhamento da evolução do Plano pela sociedade e também confere comparação internacional dos resultados. Cabe destacar que no desenho do Plano também foi considerada a linha do Banco Mundial, adotada pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁷², de US\$ 1,25 per capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC). Ainda no artigo de Falcão (2014) são

⁷¹ Intitulado: A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria, publicado no livro “Brasil Sem Miséria”, de 2014.

⁷² O objetivo nº 1 do ODM é: até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível registrado em 1990.

trazidos os reajustes das linhas, que em 2014 passaram para R\$ 77,00 mensais per capita para a linha de extrema pobreza e de R\$ 154,00 para a linha de pobreza.

Voltando à questão das designações, se *miséria* e *extrema pobreza* são sinônimos no contexto do discurso institucional, *miseráveis* são os *extremamente pobres*, mas então quem seriam os *pobres* e onde se situaria a *pobreza* pela perspectiva do governo? Na SD4, por exemplo, se diz que em março de 2013, 22 milhões de pessoas superaram tal condição (de extrema pobreza) desde o lançamento do Plano. Se levarmos em consideração “o que está dito na sua relação com o que não está e com o que poderia estar” (Orlandi, 2012, p. 141) podemos questionar: as 22 milhões de pessoas a que o governo se refere saíram da miséria e entraram na pobreza? Pois se uma parcela considerável da população saiu de uma condição, aquilo que não é dito, mas que significa, indica que essa mesma parcela se posiciona em outra condição diferente da que deixou para trás.

Nessa direção, cabe trazer a análise de Orlandi (2012) acerca do slogan que o governo adotou a partir de 2011: “País rico é país sem pobreza”, ressaltando que enunciados afirmativos declarativos estão quase sempre ligados ao efeito de pré-construído, nas suas palavras: “daquilo que fala antes, em outro lugar e diferentemente, sustentando o efeito do já-dito” (p. 136). Para a autora, o pré-construído de “País rico é país sem pobreza” é “Todo o país deve ser rico”, com suas paráfrases como “Não há país rico com pobreza”, onde a negação (de sem pobreza) fica explícita em “Não Há” ou ainda na equivalente “Todo o país rico não tem pobreza”. O que Orlandi (2012) apreende em torno desse jogo de paráfrases é que o governo faz uma eleição que fornece uma direção de sentido que relega os sujeitos a segundo plano, já que não diz: “País rico é país sem pobres”, mas sim “País rico é país sem pobreza”.

Essa diferença se apresenta como um deslizamento (sem pobres > sem pobreza), e distingue o sentido produzido neste processo de significação, assim, “o *logo* fala mais do que queria/deveria. Efeito da língua sobre a língua. [...] não se questiona a pobreza, ela aparece na formulação de um objetivo a ser alcançado: sem pobreza, para se ter um país rico” (ORLANDI, 2012, p. 137). Além disso, o pobre é apagado do enunciado e a pobreza se configura como uma nominalização, sendo suas causas incertas.

O sentido da pobreza não muda. Permanece na mesma formação discursiva. O que nos leva a concluir que o efeito de pré-construído se consuma e mais uma vez o que se evita falar é sobre o povo, é sobre o pobre, porque estes sim são lugares de litígio, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria uma possibilidade real de ruptura da estrutura, da divisão social. Que sempre é adiada (ORLANDI, 2012, p. 142).

Com isso, trazemos para análise o slogan que acompanha as publicações do Plano e que também deu o título ao trabalho: “O fim da miséria é só um começo”. De imediato questionamos: começo do que? Para quem? Seria o início da pobreza para os miseráveis/extremamente pobres do Brasil? Novamente o pobre é apagado desse enunciado e a miséria aí se configura na mesma posição da pobreza do slogan analisado por Orlandi, já que também aparece na formulação como um objetivo a ser alcançado, em outras palavras, é preciso o fim da miséria para o começo de algo indeterminado. Vejamos como estes slogans aparecem no discurso da presidente Dilma após dois anos de lançamento do plano:

(SD5) Eu vejo aqui nesta parede a frase que pedi que fosse colocada nesse painel. Ela diz – e eu acho que ela é extremamente feliz –, ela diz: **“O fim da miséria é só um começo”**. Para mim, esta frase é irmã do dístico do meu governo que afirma, **com coragem e ousadia**, que **país rico é país sem pobreza**. Essas duas frases resumem nossa disposição de **lutar com determinação e esperança** por uma mudança social profunda e pacífica no nosso país. Sinto hoje uma **grande emoção e uma imensa alegria** ao ver que, juntos, tornamos possível realizar a **grande meta de superação da pobreza extrema em nosso país**. (DP2, 2013)⁷³.

Interessante observar que na SD acima, os dois *slogans* aparecem entre as expressões “com coragem e ousadia”, “lutar com determinação e esperança” e “grande emoção e uma imensa alegria”, o que nos faz pensar que o sujeito do discurso produz um *efeito* de apelo emocional, o qual se movimenta e está entre as sínteses da mudança social que o governo diz buscar.

A partir desses recortes é possível dizer que o plano se dedica apenas à *extrema pobreza*, aos “mais pobres entre os pobres”, indo ao encontro da tendência das políticas focalizadas desenvolvidas na América Latina desde o início dos anos 90, as quais não consideram as estruturas geradoras da pobreza, limitando-se a mantê-la e a controlá-la, ao mesmo tempo em que potencializam a legitimação do Estado.

⁷³ DP2 é a sigla para referenciar o Discurso da Presidente, na ocasião do anúncio de novas medidas

Outro aspecto observado é que as designações *miséria* e *extrema pobreza* aparecem atreladas e associadas aos números, estatísticas e metas atingidas, ou seja, são sempre vinculadas para justificar e legitimar uma questão econômica, sobretudo a partir da perspectiva da renda, como demonstram os recortes:

(SD6) Com a ampliação e o fortalecimento do Bolsa Família nesses dois anos de Brasil Sem Miséria, **consequimos retirar 22 milhões** de brasileiros **da extrema pobreza**. Foi o **fim da miséria, do ponto de vista da renda**, entre os beneficiários do Bolsa Família (R2, 2013).

(SD7) Foi o **fim da miséria do ponto de vista da renda**, um fato histórico, que **superou prazos e metas**. Mas ao mesmo tempo foi só um começo – porque o Brasil Sem Miséria fez muito mais: **cumpriu todas as metas** a que se propôs (CR, 2015).

(SD8) Na **vertente da renda**, a Ação Brasil Carinhoso **retirou da extrema pobreza 8,1 milhões** de crianças e adolescentes (CR, 2015).

É importante considerar, nesse contexto, que - apesar das designações *miséria* e *extrema pobreza* aparecerem como sinônimo no discurso em análise - não é feita nenhuma diferenciação destas com a designação de *pobreza*, o que acaba por confundir e/ou sobrepor as designações, fazendo com que elas não sejam compreendidas como distintas.

No editorial da Revista 3 (SD9, abaixo), por exemplo, *pobreza* aparece associada a *miséria*, fazendo com que as denominações se misturem. Com isso, podemos observar uma instabilidade nas designações, visto que elas se dispersam nos textos, evidenciando uma dificuldade para identificar as diferenças entre *miséria* e *pobreza* ou entre *extrema pobreza* e *pobreza*. Neste sentido, podemos dizer que na ordem textual, as designações funcionam como “estações de cruzamento do sentido” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212), que sinalizam as diferentes posições a partir das quais o sujeito do discurso enuncia a *pobreza*.

(SD9) O Brasil mudou. Nos últimos anos, o lema que impulsionou o esforço por um país mais justo e igual dizia que “O fim da miséria é só um começo”. Neste fim de governo, podemos mudar o tempo do verbo e sustentar: “**O fim da miséria foi só um começo**”. O país é outro e a mudança será relatada aqui na voz de alguns brasileiros, como testemunho de suas vidas. **Os números atestam o sucesso de ações de combate à pobreza** e o compromisso do governo traduziu-se em decisão política firme, que **colocou o problema da pobreza no centro da agenda** de políticas públicas do Brasil. (R3, 2014).

Acreditamos que ao enunciar na mesma SD que “Foi o fim da **miséria**” e logo depois que os “números atestam o sucesso de ações de combate à **pobreza**” e “colocou o **problema da pobreza** no centro da agenda” há a associação e o entendimento de que também houve o fim da pobreza, o que é um *efeito de sentido*, pois a pobreza e nem a miséria acabaram.

Isso nos leva a questionar até que ponto as linhas oficiais de pobreza e miséria no Brasil não “tendem a se transformar numa espécie de ficção estatística que passa a ter vida própria, com relações muitas vezes remotas com a realidade” (PEREIRA e AMORIN, 2010, p. 138), pois o valor repassado, apesar de ser um importante adicional na renda dos considerados extremamente pobres, não altera, de forma significativa, a condição de pobreza. O que ocorre é que a família beneficiária, ao ultrapassar os ínfimos recortes estipulados pelas linhas, acaba por sair das estatísticas oficiais de cálculo da miséria e/ou da pobreza, como se estas situações tivessem sido superadas pelos indivíduos.

Pereira e Stein (2010) consideram que no âmbito da política social brasileira a lógica da fragmentação e do curto prazo prepondera, sendo que o trato com a realidade exige apenas conhecimento de pequeno alcance e as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda. Já para Yazbek (2012) as atuais políticas sociais apenas “aliviam” a pobreza, pois ao serem desenvolvidas ao largo de políticas econômicas que não consideram as estruturas geradoras da pobreza, acabam criando um estrato de pobres que se reproduz no nível da sobrevivência.

É mediante a ilusão de transparência de um discurso que reitera que “milhares superaram a extrema pobreza no país” que se esconde o sentido de uma política social integrada e dependente a uma política econômica, da qual o fim da pobreza não é e nem pode ser um objetivo. A ênfase em torno da lógica de que o desenvolvimento social se justifica pelo desenvolvimento/crescimento econômico é trazida em muitos enunciados no portal em análise, selecionamos alguns:

(SD10) O Brasil sem Miséria faz parte de uma cadeia em que os elos dessa corrente são o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, todos os programas da Saúde, para mencionar alguns. Estes elos são alimentados por uma **política econômica que tem por base o crescimento econômico sustentado, com equilíbrio fiscal, controle da inflação e forte geração de empregos**. Essa **política econômica, por sua vez, dá sustentação e é sustentada por uma política social que tem por base a distribuição de renda** e a diminuição da desigualdade entre as pessoas e as regiões. (DP1, 2011)

(SD11) O Bolsa Família **injetou R\$ 93, 5 bilhões na economia**. Esse programa tem a grande vantagem de buscar os mais pobres dos pobres, **e é um programa barato**, porque são poucos os recursos que você dá para quem precisa. Em **termos de crescimento econômico, o Bolsa Família é preferível** em relação a outros programas ou medidas, como o aumento do salário mínimo, porque tem **efeitos sobre a população mais pobre, que tende a gastar mais** esses recursos. **Se a questão é injetar mais dinamismo na economia, o Bolsa Família tem melhor custo-benefício, já que cada real investido movimentava mais as economias de base**. (R1, 2012).

(SD12) O **Brasil voltou a crescer**, e o que é interessante é essa combinação de crescimento com redução de desigualdade, essa **convergência do econômico com o social**. (R1, 2012).

(SD13) Há dois anos lançamos o Brasil Sem Miséria, reconhecido hoje como referência no combate à pobreza. Essa conquista resultou de dez anos **de um novo projeto de país, que provou ser possível crescer e manter a estabilidade econômica distribuindo renda e promovendo a inclusão social**. (R2, 2013,).

(SD14) Para cada 1 real investido no Bolsa Família, 1,44 reais retornam para o Produto Interno Bruto, - PIB, **graças a dinamização da atividade econômica**. (R3, 2014).

Nessa direção, identificamos uma das posições-sujeito predominantes no contexto do discurso institucional e da *Formação Discursiva Neodesenvolvimentista (FDN)*: **a posição-sujeito Economicista**.

Vale lembrar que uma posição-sujeito não corresponde nem a presença física, nem aos lugares objetivos da estrutura social, mas se produz no momento da constituição dos efeitos de sentido, ou seja, no momento em que “o sujeito enunciador do discurso recorre ao já dito, o ressignifica e se significa” (ORLANDI, 1993, p. 90). O sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de uma posição-sujeito, determinada ideologicamente. O modo como o sujeito ocupa esse lugar não lhe é acessível, da mesma forma que a língua não é transparente, a ideologia, podemos dizer, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. A AD permite desvendar quem fala e a partir de que posição ideológica, assume-se, assim, uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, na qual o sujeito não é o centro do discurso, pois

descentrado, ele cinde-se em diferentes posições-sujeito, que fazem soar em seu discurso o já dito, proveniente do interdiscurso (CAZARIN, 2007).

O interdiscurso da FDN é bastante heterogêneo, tendo em vista as diferentes Formações Ideológicas que a compõem, contudo, como já vimos, enquanto proposta política e econômica o *neodesenvolvimentismo*, adotado pelo governo federal (sujeito enunciador do discurso) na última década, traz predominantemente e engloba um receituário que possui um conjunto de recomendações micro e macroeconômicas, bem como estratégias ideopolíticas assentadas em concepções relativas ao mercado, o que caracteriza a posição-sujeito economicista.

Importante retomarmos aqui a noção de memória e com isso compreendermos a existência histórica dos enunciados em análise, tendo em vista que é através da memória discursiva que podemos observar “as retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos” (MARIANI, 1998, p. 42). A memória para a AD, enquanto disputa de interpretações, é uma memória que se atualiza no momento da enunciação, no caso do portal em análise, portanto, também há todo um movimento discursivo em que dizeres retornam, ou seja, há uma relação entre o já-dito com o que se está dizendo, como pontua Orlandi (2012).

Nesse sentido, os enunciados da posição-sujeito Economicista encontram ecos nos discursos provenientes da metade do século XX, momento em que o combate à pobreza se institucionaliza vinculado preponderantemente aos arranjos econômicos mundiais (MAURIEL, 2011). Para a autora, houve uma grande influência do padrão norte-americano de política social liberal nos anos do pós-guerra, a qual se expandiu por diversos países, disseminando a crença que era a partir do crescimento econômico e do investimento no capital humano individual que o “problema” da pobreza poderia ser resolvido.

Fincada na centralidade do mercado e na economia neoclássica, a nova política econômica para o combate a pobreza do pós-guerra retomou as antigas categorias de renda para sua definição do problema da pobreza, mas explicando-o como um indicador de crescimento econômico inadequado e de deficiências de capital humano ou aptidão individual, e não como algo relacionado à distribuição desigual de riquezas e oportunidades. Essa formulação do problema da pobreza refletia preocupações políticas e ideológicas e não prioritariamente analíticas. Os economistas das equipes da administração governamental americana fizeram um esforço consciente para afastar a menção ao termo “redistribuição”, sublinhando o poder do crescimento macroeconômico e o investimento no capital humano individual como formas de erradicação da pobreza. (MAURIEL, 2011, p. 100).

No Brasil, quando se iniciaram as primeiras discussões em torno dos Programas de Transferência de Renda (PTR), em 1975, já havia a prevalência pela busca do crescimento econômico, orientada pelo entendimento de que a redução da pobreza e o trato da questão social eram uma variável dependente apenas da economia, conforme destacam Silva, Yazbek e Giovanni (2012) ao trazerem as origens deste tipo de política no Brasil. Em outras palavras, desde o início, no país, não houve um diálogo horizontal entre a política social e a política econômica.

Além disso, vale lembrar ainda no que se refere à memória discursiva, que com mais ênfase a partir de 1990, o Banco Mundial vem agindo como um dos principais atores no cenário global no que tange o objetivo da erradicação da pobreza, incentivando políticas de incentivo ao mercado e conseqüentemente com foco em uma abordagem estrutural na economia como modo de combate à pobreza.

Embora tudo o que está sendo dito já tenha sido de alguma forma enunciado enquanto interdiscurso, cada vez que se fazem reformulações sobre o já dito, produzem-se novos sentidos, pois o contexto sócio-histórico não é mais o mesmo. É assim que, no interior da posição-sujeito Economicista, emerge a questão do consumo, do sujeito-consumidor, a qual vem ao encontro de uma das facetas mais cruéis dos atuais Programas de Transferência de Renda, que vinculados às políticas neoliberais, trabalham com a lógica do mercado e conseqüentemente do consumo. Vejamos como essa questão aparece no portal:

(SD15) O plano tem **forte impacto econômico** porque incorpora uma parcela da **população que agora passa a consumir**, gerando um novo dinamismo. **Não podemos prescindir da participação dos mais pobres**. Tudo isso é **bom para o comércio, para a indústria, os transportes, para toda a economia**. (R2, 2013).

(SD16) Também **compramos um carro** – um corsa Sedan – e, em outubro deste ano, pagamos a última prestação. Tínhamos um outro carro tão velho que nem funcionava. (R3, 2014).

(SD17) Antigamente, você contava nos dedos quem tinha carro. Moto nem existia 12 anos atrás, **ninguém tinha dinheiro para comprar**. Hoje você pode ir na zona rural, em qualquer bairro da cidade, e vê as motos. (R3, 2014).

(SD17) Se não tivesse a ajuda do governo federal, não existia comerciante. O pessoal recebe o Bolsa Família e **vem comprar**. **Compram fiado** também, mas depois pagam. (R3, 2014).

(SD19) Agora eu **posso comprar**, no mesmo mês, roupas para os três guris, todos eles. Cada dia a gente está melhorando e quero **comprar um carrinho** pra andar. (R3, 2014).

A SD15 foi retirada da Revista de 2013, mais especificamente de uma entrevista com Tiago Falcão (Secretário Extraordinário para a Superação da Extrema Pobreza). O enunciador do discurso deixa transparecer o “jogo econômico” que é realizado pelas políticas, especialmente na frase “Não podemos prescindir da participação dos mais pobres”, se referindo, no caso, à participação dos beneficiários na lógica do consumo, o que faz, segundo ele, que o plano tenha “forte impacto econômico”, tendo em vista que incorpora uma parcela da população que antes não consumia, evidenciando aí sua posição-sujeito economicista.

Já as SDs 16, 17, 18 e 19 trazem partes de falas de alguns beneficiários, ou seja, as revistas também publicam reportagens, citando os nomes dos usuários, a cidade onde moram e de que forma se beneficiaram. Do ponto de vista discursivo, essa prática remete ao *efeito de veracidade* do discurso, mostrando que essas pessoas realmente “existem” e foram beneficiadas. Acreditamos que ao dar voz aos usuários das políticas, o enunciador do discurso usa da condição de “autoridade” do beneficiário (já que ninguém melhor do que ele para relatar tais mudanças) para referendar e sustentar seus argumentos em relação aos números e estatísticas que estão sendo divulgados. Nesses recortes, grifamos apenas as expressões que trazem o verbo *comprar*, como forma de mostrar que, no interior da justificativa do investimento social a partir do crescimento econômico, se traveste a ideia do poder de

compra da população e da lógica do consumo, o que vai ao encontro da Formação Ideológica capitalista.

Cabe destacar aqui que, assim como Couto (2015), consideramos que ter acesso à renda é parte dos direitos sociais a serem defendidos e que são inegáveis as mudanças ocorridas no cotidiano de milhares de brasileiros através dessas políticas. Contudo, elas serem justificadas porque incluíram as pessoas mediante o consumo é bastante perverso.

O fato de isso ser apropriado pelo sistema bancário, pela lógica do consumo, é mais uma das artimanhas da exploração capitalista. [...] nesse debate precisaríamos pontuar mais claramente o campo das políticas sociais nas sociedades capitalistas, considerando-as como um espaço contraditório de lutas, onde é possível a cooptação da classe trabalhadora para os ditames do capital, mas também é um espaço de luta dos trabalhadores por verem reconhecidos seus direitos, pelo acesso à parte da riqueza socialmente produzida. A relação de mercado introduz no debate a meritocracia, a competição e nega o direito social. Trabalha perversamente a ideia de que ser explorado pelo mercado, pelo sistema bancário, pelo acesso ao consumo deve ser desejado pela população. (COUTO, 2015, p. 2).

Segundo Alves (2014, p. 29) uma das bases do *neodesenvolvimentismo* no Brasil é a inclusão social pela via do consumo, instigando, em suas palavras: “a religião do consumo, principalmente nas camadas populares historicamente carentes de modernização”, sendo assim a própria ideia de cidadania se reduz à ideia de acesso ao mercado de consumo de massa. Couto (2015) reforça esse argumento dizendo que essa engrenagem é uma das “sacadas” mais perversas do capitalismo em relação às populações pobres, pois a exploração por meio da relação de mercado transforma os pobres em consumidores, trabalhando na perspectiva de que isso sim é uma forma de cidadania. Com isso, através da Formação Discursiva Neodesenvolvimentista foi se proliferando a ideia da inclusão social mediante o consumo como meio de afirmação da identidade social.

A questão do consumo, portanto, surge no bojo deste novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, baseando-se também na exacerbação do crédito capaz de incrementar o mercado interno de consumo, já que de 2003 a 2013 a oferta de crédito aumentou cerca de 140% no país (ALVES, 2014).

Nesse contexto, temos no Brasil o que Lavinias (2015) denomina de *financeirização da política social*. Para a autora a inclusão financeira é o novo mantra do credo neoliberal, sendo que os empréstimos individuais vinculados à renda é a

modalidade elegida para a explosão do consumo de massa. A política social, portanto, que teria por finalidade equalizar oportunidades e, sobretudo, desmercantilizar o acesso, garantindo direitos, conforme sustenta Lavinias (2015), acaba ganhando centralidade como colateral para dar acesso ao sistema financeiro e potencializar um consumo represado por salários relativamente baixos.

O processo de incorporação em massa ao mercado do consumo não teria como se viabilizar sem o impulso do crédito e das diversas modalidades que surgem e se acoplam à política social para financiar acesso a bens e serviços – por lógicas e mecanismos distintos -, levando a que o consumo das famílias brasileiras crescesse mais celeremente que o PIB. Hoje, o mercado abarca praticamente todas as famílias brasileiras. E essa novidade que, não por acaso, ganha musculatura em meio ao processo de financeirização global, é de iniciativa do Estado brasileiro. (LAVINAS, 2015, p.1).

O acesso ao mercado financeiro foi a grande novidade na explosão do consumo de massa e na busca de mais capital humano numa sociedade que mantém suas debilidades estruturais e profundas desigualdades (LAVINAS, 2015). A autora ressalta que essa é uma das principais marcas do que se convencionou chamar de social-desenvolvimentismo.

Outra discussão bastante polêmica, que teve grande ênfase no Brasil nos últimos anos e que se relaciona com a questão do consumo é a tão falada (inclusive pela mídia) ascensão das “classes médias” ou o surgimento de uma “nova classe média brasileira”. Vejamos como esse assunto aparece no discurso institucional em análise:

(SD20) Foi assim, foi com esse sonho e com essa determinação que o Brasil tirou 28 milhões de pessoas da pobreza e **elevou a 136 milhões as classes médias**. (DP1, 2011).

(SD21) É este o modelo que eu comecei a construir junto com o presidente Lula, e que tenho energia e força para – como presidente – continuar aperfeiçoando e ampliando. O modelo, eu faço questão de repetir, que tem um **compromisso profundo** com os mais pobres e com **a classe média**. (DP1, 2011).

(SD22) Nós temos certeza que a educação é o melhor caminho para fazer as pessoas saírem, de forma definitiva da pobreza, e para que a **classe média melhore seu padrão de vida**, e que o Brasil continue **crescendo economicamente**. (DP2, 2013).

(SD23) Essa consolidação da **chamada nova classe média** é fruto da combinação de **crescimento econômico** com redução de desigualdades, da melhora trabalhista e dos programas sociais. Daqui por diante, vamos ter que pensar em políticas menos compensatórias para essa **nova classe média**. (R1, 2012).

(SD24) Todo mundo ganha: programas sociais impulsionam a economia das cidades. O Brasil cresce com distribuição de renda, são **milhões ascendendo à classe média**, o que provou ser possível **crescer e manter a estabilidade econômica** distribuindo renda e provendo a inclusão. (R2, 2013).

Como podemos perceber, há um otimismo, por parte do enunciador do discurso, com relação ao aumento da classe média no Brasil e a melhora de sua qualidade de vida, vinculado a sua posição-sujeito Economista. Esse discurso se apoia em pesquisas realizadas pela SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República⁷⁴) juntamente com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Caixa Econômica Federal – através do projeto “Vozes da Classe Média” – o qual visa estudar e traçar o perfil das classes brasileiras para servir de base para o desenvolvimento de políticas. Segundo pesquisa divulgada no site da SAE/PR, em termos numéricos, houve um aumento da classe média de 37 milhões de pessoas em uma década, sendo que em percentuais a classe média⁷⁵ representava 38% da população em 2002, passando a representar 53% em 2012.

Para Souza (2013) o discurso sobre a “nova classe média” ou “ascensão da classe média” é controverso. Para ele há uma visão irremediavelmente economicista no trato com essa questão, pois considerar apenas a ascensão econômica a partir do aumento salarial ou dos ínfimos recursos destinados aos mais pobres acaba por encobrir conflitos sociais. Segundo o sociólogo, a dimensão econômica das classes sociais não pode ser dissociada de todos os outros fatores.

⁷⁴ Essa secretaria foi criada em 2007 e extinta em outubro de 2015, como parte da reforma ministerial e administrativa destinada a reduzir gastos da administração pública federal. Em 2012, contudo, a SAE/PR divulgou um estudo que estabeleceu novos critérios para a identificação da classe média brasileira, definindo-a como o grupo composto por famílias com renda *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019. A proposta aqui não é aprofundar a definição de classe média, pois além do conceito ser amplo e complexo, existem diferentes instituições, como o Banco Mundial, Fundação Getúlio Vargas, Confederação Nacional das Indústrias e IBGE que tratam de medi-la e defini-la através de diferentes aspectos, fazendo com que nem sempre se esteja falando da mesma coisa. Nosso enfoque é trazer a discussão a partir do que o a SAE/PR divulgou em 2012 e como a repercussão do novo critério para a identificação da classe média brasileira associada, sobretudo, a renda, por parte do governo, acabou por criar um amplo debate em torno da questão.

⁷⁵ De acordo com o estudo apresentado pela SAE/PR, dentro dos pertencentes à classe média como aqueles que possuem renda de R\$ 291,00 a R\$ 1.091, 00, a comissão dividiu a classe média em três grupos: a *baixa classe média*, composta por pessoas com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 441, a *média classe média*, com renda compreendida entre R\$ 441 e R\$ 641 e a *alta classe média*, com renda superior a R\$ 641 e inferior a R\$ 1.019.

O discurso sobre a “classe média” ter aumentado no Brasil ou de uma “nova classe média” é falso. [...] Primeiro porque esse uso oportunista do conceito de classe média faz parte de um discurso mais geral no qual se nega a “luta de classes” ou – para os espíritos sensíveis que desmaiam ao ouvir este nome -, que negam todo o tipo de reprodução do privilégio social injusto. Esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo o tipo. Para essa versão dominante: classe média é apenas um amontoado de indivíduos que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos. (SOUZA, 2013, p.1).

O ponto decisivo, para o autor, é o acesso ao consumo, que não só no Brasil, mas em muitos países se logrou como “crença coletiva” para a ideia de sucesso, mediante o “sentimento” de ilusão que ele proporciona. Além disso, ele defende que assim como a invisibilidade da divisão entre privilegiados de um lado e humilhados do outro, o economicismo, considerado como o aspecto mais importante da dominação social nas sociedades contemporâneas, também é apenas uma parte de um processo de violência simbólica que fragmenta a realidade de tal maneira que se torna impossível visualizar questões mais importantes. Quando se fala em classes sociais, no país, sempre ligada à renda das pessoas não se trata de uma “mentira completa”, ressalta Souza (2013), pois existem diferenças também de renda entre as classes, mas essa associação acaba por encobrir o principal, a “causa última dos privilégios injustos nunca pode ser efetivamente percebida” (SOUZA, 2013, p. 2), e é disso que os privilégios precisam para se perpetuar, afirma o autor.

A “fabricação” diferencial de indivíduos, pelo pertencimento a distintas classes sociais, nunca pode vir à tona posto que ela mostra a mentira da meritocracia como “milagre do talento individual” e como justificativa da desigualdade. Portanto, tem-se que se arranjar um jeito de se fazer de conta que se fala de classes para não se falar realmente delas. A associação de classe à renda serve precisamente a isso. (SOUZA, 2013, p. 2).

Quando se percebem as classes economicamente, pelo salário, pelo resultado do processo e esquecendo, portanto, a “gênese social das diferenças individuais” (SOUZA, 2013, p.2) o que se faz é encobrir conflitos sociais e justificar, muitas vezes com pesquisas e dados estatísticos o mundo injusto como ele é. No caso do Brasil, segundo Souza (2013, p.2) isso equivale a um crime social: “o de ajudar no abandono secular de dezenas de milhões de pessoas sem culpa pela própria miséria, que foi socialmente construída e legitimada”.

Pochmann (2014) faz uma crítica aos que defendem que há uma nova classe média no país no livro “O mito da grande classe média”. Embora o autor destaque a importância dos avanços sociais obtidos pelos grupos que ocupam a base da pirâmide social, ele afirma ser um equívoco considerar a elevação de renda como mudança de classe social. Nessa direção, Barbosa (2012, p. 48) também considera inapropriado chamar de classe média a nova legião de trabalhadores que obteve ampliação dos níveis de consumo, mas continua sem acesso a emprego digno, políticas sociais de qualidade e direitos de cidadania, “pois as mudanças observadas no período recente não impactaram de maneira substantiva na estrutura social e repartição de renda do país”, em outras palavras, não mexeu num dos principais alicerces do capitalismo brasileiro, que é a sub-remuneração de grande parcela da população, que continua com inserção social precária, tanto em termos de emprego como de acesso a saúde, educação e moradia.

Com isso, podemos pensar que ao dizer que “milhões ascenderam às classes médias” ou que há “uma nova classe média” o sujeito enunciador do discurso em análise também acaba por corroborar para a reprodução de um discurso falacioso em torno da questão, já que a “nova” classificação dos pertencentes à classe média⁷⁶ foi determinada pela própria Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e posteriormente usada na formulação das políticas, bem como por diferentes ministérios. Embora na ocasião da divulgação do estudo por parte da SAE/PR tenha sido justificado que a criação da classificação tenha sido feita devido à diversidade de definições existentes e que a definição única teve como objetivo mostrar os movimentos de ascensão da população brasileira, consideramos que ao se focar, sobretudo na renda, não se pondera acerca das condições sociais e culturais, por exemplo, que envolvem o fenômeno⁷⁷.

Para Souza (2013, p.3) o “economicismo” não consegue por si só dar conta de fenômenos desse tipo, pois, no seu esquema, os pertencentes à “nova classe média” se distinguem apenas pela renda e são descritos mediante sua força como novos

⁷⁶ Segundo a comissão da SAE/PR para chegar a definição a secretaria levou em consideração o padrão de despesa das famílias e os gastos com bens essenciais e supérfluos. Também foi usado como critério o grau de vulnerabilidade, ou seja, da probabilidade de retorno à condição de pobreza, desenvolvido originalmente pelo Banco Mundial e adaptado às bases de dados disponíveis no Brasil. Informações retiradas do link: <http://www.sae.gov.br/imprensa/sae-na-midia/governo-define-que-a-classe-media-tem-renda-entre-r-291-e-r-1-019-cidade-verde-em-24-07-2013/>

⁷⁷ De maneira geral, o conceito de classe social implica uma forma específica de perceber e atuar no mundo em todas as dimensões, ou seja, o pertencimento de classe constrói uma “condução da vida” muito singular, o que não pode ser inferido somente a partir da renda. (SOUZA, 2013).

consumidores. A principal questão seria compreender a reprodução das classes sociais, mas é justamente esse o *não-dito*, é disso que não quer se falar, como ressalta o autor: “o mistério da produção e reprodução das classes sociais, ou seja, a produção e reprodução de indivíduos desigualmente aparelhados para a competição social é o segredo mais bem guardado de toda a sociedade moderna”, isso acaba por explicar porque essas “meias-verdades”, como diz Souza (2013), são repetidas exaustivamente por tudo e por todos.

Como estamos lidando com um discurso institucional, que mobiliza *a língua de Estado* cabe bem aqui a definição de Pêcheux sobre seu funcionamento como:

uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência de relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer. Essa língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente (PÊCHEUX, 1975, *apud* ORLANDI, 2012, p. 130).

Com isso, *a língua de Estado*, também compreendida aqui como o modo pelo qual o Estado dá sentido a si mesmo e às políticas sociais de enfrentamento à pobreza, mobiliza um consenso de igualdade social, de acesso e de oportunidades para “todos”, articulando um discurso que visa a uma conciliação de classes, exercendo, como bem pontua Dias (2010, p.8): “um poder regulador sem tensão, através da retórica da construção de uma nova sociedade, uma sociedade que se quer sem margens”.

Nessa direção, o que pode e deve ser dito no interior da *Formação Discursiva Neodesenvolvimentista* (FDN), na qual o sujeito do discurso em análise se insere, é tudo aquilo que deve contemplar não somente uma, mas as diferentes frações de classes que fazem parte da frente política neodesenvolvimentista. É assim que podemos observar no funcionamento desse discurso ideologias que visam a ‘servir’ tanto aos que “ascenderam às classes médias”, aos “mais pobres entre os pobres”, como também ao “grande empresariado” ou a “grande burguesia interna”, que com o discurso de que o Brasil cresceu economicamente, aumentando o poder de compra da população e o acesso ao crédito também se sentem contemplados. Vale frisar que, em termos das forças que integram a frente neodesenvolvimentista, é essa última que mais tem seus interesses atendidos, posto que um dos traços principais dos governos neodesenvolvimentistas (2002-2014) foi se posicionar no combate à miséria, através

de um “reformismo fraco e sem confronto com o bloco de poder hegemônico do capital” (ALVES, 2013, p.3). Na SD abaixo, retirada do discurso da presidente Dilma, durante o lançamento do plano⁷⁸, podemos observar como há essa busca por incluir “todos” ou “quase todos”:

(SD25) Eu sei da **importância do microcrédito**, do **micro empreendedor individual** e da **economia solidária** em um plano desses. E nós sabemos que um país que tece uma **rede de empreendedores**, é um **país de grandes empresários**, que tem um corpo estável e tem todas as condições para ter cidadãos participantes. **Para os que têm Bolsa Família nós vamos oferecer crédito, capacitação profissional.** [...] Quero dizer do papel importantíssimo **da sociedade como um todo**. Eu já disse que combater a miséria é, antes de tudo, **um dever do Estado**. O Estado deve dar o exemplo. Mas, também, como **tarefa de todos**, nós vamos fazer uma campanha de mobilização sem apelos emocionais gratuitos e sem dramatizar a miséria. Porém, nós vamos oferecer propostas concretas de **engajamento de vários setores da sociedade, como, aliás, já estamos fazendo**. É por isso, que mais uma vez, eu quero **agradecer aos empresários da construção civil e dos supermercados**, em especial, por suas iniciativas **na viabilização de um plano de tamanha envergadura**. (D1, 2011).

Temos aí um importante aspecto que se refere à rede discursiva que está sendo mobilizada pelas políticas sociais, o qual é trazido por Campos (2013, p.166) “como o eixo organizador dos discursos sobre a pobreza: as políticas e seus discursos operam a partir de um imaginário de uma democracia plena”, em que Mercado e Estado funcionam em perfeita harmonia. Para o autor, estes discursos, ao promoverem um apagamento da tensão e da contradição inerente das relações entre Mercado e Estado, também estão deslocando questões estruturais para a alçada individual, naturalizando neste processo a posição-sujeito pobre e significando a pobreza como resultado de sua (in) capacidade de agir. Campos (2013) parte do princípio que, independente do modelo democrático, se estiver inscrito em um discurso neoliberal, o mercado sempre terá a última palavra e o indivíduo sempre será “livre” para escolher.

O discurso neoliberal, por sua vez, apesar de considerado enfraquecido na América Latina, não esmoreceu na capacidade de ditar regras e saídas para o combate à pobreza (GUIMARÃES, ORTH e REIS, 2013). Segundo as autoras, através de pressupostos de liberdade e de diminuição da intervenção do Estado, o

⁷⁸ Na ocasião do discurso da presidente, durante a cerimônia de lançamento do plano, que ocorreu no Palácio do Planalto, no dia 02 de junho de 2011, havia diversos representantes públicos, prefeitos, governos, ministros, deputados como também empresários. Esse recorte foi retirado da parte final do discurso em que ela tece agradecimentos aos presentes.

ideário neoliberal continua a ser seguido pela maioria dos governos dos países latino americanos, os quais acatam o receituário dos países centrais e desenvolvem políticas que, embora favoreçam de maneira pontual a população empobrecida, não acarretam mudanças na estrutura de poder e na distribuição da riqueza socialmente produzida.

É também nessa mesma lógica que Alves (2014) ressalta que, apesar de ter havido mudanças internas na morfologia das classes e camadas sociais no Brasil, nos últimos dez anos, essas mudanças se deram “no interior do padrão histórico de desenvolvimento do capitalismo, caracterizado no Brasil pela modernização conservadora e passivização histórica, como diria Tomaso Di Lampedusa: tudo deve mudar para que tudo fique como está” (ALVES, 2014, p. 4).

Nessa direção, identificamos outra posição sujeito dominante no interior do discurso institucional, a **posição sujeito Conservadorista**. As marcas discursivas que revelam essa posição (as quais veremos nas próximas SDs), por parte do enunciador do discurso, remetem basicamente, a uma questão, a qual se perpetua na dinâmica do combate à pobreza desde muito tempo: o controle do sujeito empobrecido.

No que tange os Programas de Transferência de Renda (PTR) uma questão que vem sendo discutida são as condicionalidades, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) o principal exemplo desse debate. Idealizado em 2003 e institucionalizado em 2004 pela Lei 10.836, como um dos eixos do programa Fome Zero, e em 2011, realocado no Plano Brasil Sem Miséria, seu princípio elementar é a garantia de segurança alimentar por meio da distribuição de renda. Trata-se de um programa de transferência direta de renda na forma de um pagamento mensal, que varia de acordo com a composição familiar⁷⁹. Um dos eixos estruturantes do programa é a exigência de contrapartidas, ou seja, para permanecerem no programa, as famílias beneficiárias devem cumprir uma série de compromissos chamados de condicionalidades. As contrapartidas exigidas se referem à obrigatoriedade do exame pré-natal, acompanhamento nutricional e de saúde para as gestantes, cumprimento de um

⁷⁹ De acordo com o site do MDS, atualmente, os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. Há o Benefício Básico, no valor de R\$ 77,00 e os Benefícios Variáveis, no valor de R\$ 35,00 cada um (até cinco por família), que são: benefício variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos, benefício variável vinculado à gestante, benefício variável vinculado à Nutriz e o benefício variável vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 42,00 (até dois por família).

calendário de vacinação e de crescimento e desenvolvimento para crianças de até sete anos de idade, frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de até quinze anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos (PEREIRA, 2012).

Ao analisarem os Programas de Transferência de Renda (PTR) na América Latina, Nascimento e Reis (2009) consideram que as condicionalidades estabelecidas pelos programas no México, na Argentina, no Chile e no Brasil possuem como ponto em comum contrapartidas que se relacionam com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁸⁰ (ODM), como por exemplo, a frequência escolar, que se refere ao ODM 2 (tornar o ensino fundamental completo universal a toda a população).

No que se refere às condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), tanto no plano teórico, como no interior do governo, o debate tem gerado diversas polêmicas. Conforme Bueno (2009) ressalta há, de um lado, os que defendem que o Bolsa Família avance em direção à universalização e à incondicionalidade, transformando-se em um mecanismo efetivo de garantia de direitos, sendo que para isso seria preciso que ocorressem algumas reformulações de seus princípios legais, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento das contrapartidas. De outro, a abordagem que se tornou senso comum e compartilhada por diversos setores da sociedade é a que pretende reforçar as condicionalidades, acreditando que programas com este perfil fomentam um desestímulo para o trabalho, defendendo, portanto, que a transferência de renda, embora tenha sido pensada com o objetivo de aliviar a pobreza (o que dispensaria a necessidade de contrapartidas) seja associada ao cumprimento de determinados compromissos pelos beneficiários.

No escopo do programa, as condicionalidades aparecem como um mecanismo de garantia do acesso aos direitos básicos, como os de educação e saúde. Contudo, como afirma Bueno (2009), além desta abordagem se contrapor aos próprios objetivos do programa, já que o não cumprimento das contrapartidas pode excluir seu próprio público alvo, também guarda forte relação com uma cultura de controle dos pobres. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o Programa Bolsa Família pode ser entendido como um importante instrumento de garantia de direitos ele também pode configurar como um mecanismo de controle (sobretudo do pobre), por

⁸⁰ Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza a nível mundial através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com isso foram criados 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o primeiro deles se refere a redução da pobreza.

meio da imposição das condicionalidades. Temos aí esboçado a contradição dos Programas de Transferência de Renda condicionados, a qual faz parte da própria constituição e desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, que ao mesmo tempo podem incluir e excluir, ou seja, que tendem tanto a reproduzir desigualdades, como também a efetivar direitos sociais. Conforme ressaltam os autores:

[...] as condicionalidades presentes nos programas sociais dos países da América Latina dizem respeito, basicamente, à saúde e à educação, constituindo, portanto, direitos sociais que obrigatoriamente deveriam ser cumpridos pelos Estados nacionais. No entanto, essa não é a realidade latino-americana, pois o gasto público social em saúde e educação como percentagem do PIB não chega a 5% nesses países. A exigência de condicionalidades para a manutenção nos programas termina por “desmanchar” a noção de direito, perspectiva que marca a trajetória de luta no campo social, podendo tornar-se não mais do que uma forma de controle dos beneficiários. No entanto, diante de gastos sociais insuficientes dos países, as exigências de contrapartidas tornam-se, de certo modo, vinculações necessárias para que as famílias possam, efetivamente, acessar as políticas sociais, o que, contraditoriamente, deveria ser-lhes garantido por direito. (NASCIMENTO e REIS, 2009, p. 190).

Há de se considerar, nesse contexto, as condições de acesso às políticas de saúde e educação vigentes, como por exemplo, a falta de profissionais e equipamentos nos hospitais, as filas intermináveis, a violência urbana que muitas vezes impede o funcionamento das escolas, as precárias instalações das mesmas, bem como professores qualificados e justamente remunerados, ou seja, a crítica às condicionalidades diz respeito, também, à sua exigência em uma conjuntura que, muitas vezes, não oferece acesso a serviços básicos. É nessa direção que Bueno (2009, p. 41) considera “perversa a articulação feita entre acesso a serviços básicos com acesso a programa de transferência de renda, posto que tal articulação acaba por escamotear outros problemas que carecem de soluções”. As questões da redução da evasão escolar e infrequência escolar deveriam ser pensadas a partir da garantia de serviços públicos de qualidade, mas o que ocorre é o contrário disso, pois os programas condicionados, mesmo ampliando o acesso educacional, não modificam a situação do aproveitamento escolar, sendo ainda grande o número de pessoas que se formam e são analfabetas funcionais.

Além disso, para Bueno (2009) o estabelecimento de condicionalidades possibilita práticas de manipulação política, já que os gestores públicos são avaliados por indicadores de resultados (como, por exemplo, a redução do índice de infrequência escolar), sendo que a melhora nos indicadores pode apontar evidências

de um falso sucesso. Existe também o fato dos domicílios dos beneficiários apresentarem diferentes níveis de dificuldades de acesso aos serviços, fazendo com que o cumprimento das condições seja mais difícil para uns do que para outros. O princípio de se considerar as singularidades dos diferentes territórios não acontece, uma vez que todos são tratados com a mesma rigidez.

A obrigatoriedade de contrapartidas⁸¹ introduz, assim, um caráter autoritário para as políticas sociais, estimulando o controle da vida privada das pessoas, em particular do sujeito empobrecido. Nessa direção, Paiva e Mattei (2009, p. 186): consideram que Programas Sociais como o Bolsa Família oscilam entre o apelo humanitário e uma versão ainda estigmatizadora da pobreza, havendo para os autores “uma reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares por meio de medidas conservadoras e coercitivas, continuamente requisitadas e implementadas”.

Com isso, o risco de se atuar na lógica do ajustamento de comportamentos individuais não é pequeno, pois segundo Paiva e Mattei (2009) há uma espécie de moldagem de condutas e de subjetividades no desenvolvimento dos programas condicionados, que se apossa da dinâmica privada das famílias e acaba por contribuir para que se abandone a perspectiva da participação popular protagônica⁸².

⁸¹ Se for verificado o não cumprimento das exigências, as famílias recebem primeiramente uma advertência, via extrato bancário. Posteriormente, se as condicionalidades continuarem a não serem cumpridas há o bloqueio/suspensão por um mês do valor. Após a segunda advertência, a família é cancelada do programa, ou seja, excluída, independente de sua situação de pobreza (MDS, 2015).

⁸² Existem experiências não baseadas em regras tão rígidas, como o programa *Progressa no México*, que além de distribuir renda, desde 1997, também oferece outros suportes e as contrapartidas são realizadas de forma diferente, no caso da frequência escolar, por exemplo, a mesma deve ser informada pela família, com a importante diferença de ser auto declarada, não impedindo o recebimento do benefício mesmo em caso de infrequência escolar, ou seja, apesar de se exigir contrapartidas, na prática, o direito à renda se dá mesmo sem a exigência de nenhum requisito que deva ser comprovado. Já na Alemanha e em diversos países europeus, os PTR já existem há bastante tempo e em sua grande maioria são concebidos como um direito, sendo acessíveis a todas as pessoas e famílias que dele necessitam. Claro que estamos citando como exemplo países que possuem estruturas e desenvolvimento social diferentes do Brasil, mas o ponto aqui é a questão de renda ser pensada através da perspectiva dos direitos, em que as pessoas podem usufruir deles quando não encontrarem outra possibilidade que julgarem mais digna. Segundo Zimmermann (2008), assim como no Brasil, existem pessoas na Alemanha que se recusam a determinados trabalhos, sobretudo os de caráter degradante e preferem viver dos benefícios do programa denominado de Auxílio Social (Sozialhilfe), sendo que cerca de um terço da população alemã se favorece desse tipo de apoio financeiro em algum período da sua vida. A diferença do Brasil é que a transferência monetária coberta pelo Estado alemão garante o direito à alimentação adequada, moradia, vestuário e demais custos necessários à sobrevivência física. O que não ocorre no Brasil, tendo em vista que os valores repassados são muito baixos.

Pelo olhar discursivo podemos pensar em como essa dinâmica em torno das condicionalidades se reflete nas formas de individualização do sujeito em relação ao Estado.

Se pensarmos a relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos [...] o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem, mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado. (ORLANDI, 2007, p. 12).

No discurso em análise, a discussão das condicionalidades aparece quase sempre associada a uma questão moral, no sentido de que os beneficiários estão fazendo “bom uso” da renda que estão ganhando e “cumprindo à risca as condicionalidades”, conforme o recorte abaixo:

(SD26) Os R\$32,00 que Sônia Marcia Silva, também de Juazeiro do Norte, recebe durante a gravidez **são bem investidos em leite e frutas**. “Procurei o posto de saúde desde o primeiro mês de gravidez”, explica Sonia, **que cumpre a condicionalidade à risca**: para receber o benefício, é preciso passar pelo acompanhamento pré-natal, que ajuda a garantir uma gestação saudável. No caso dos nutrízes, **o benefício começa a ser pago quando a família inscreve seu novo membro, o bebê, no Cadastro Único**. (R1, 2012).

Na SD acima é trazido que a beneficiária “investe bem” a renda adquirida com o programa comprando frutas e leite, mostrando que se trata de um “pobre bom”, pois utiliza de forma adequada os R\$ 32,00 mensais que lhe são fornecidos. Tal discurso remonta do século XV quando se constituiu duas posições-sujeito distintas para os pobres, de um lado o “pobre bom” (que não se rebelava e aceitava sua condição de necessitado) e de outro o “pobre ruim” (que descumpria ordens e cometia delitos). Segundo Castel (2008) a categorização do “pobre ruim” proveio, sobretudo, da formação ideológica religiosa da época, a qual tinha os dizeres da igreja como dominantes e em que não aceitar a condição de pobreza era considerado como um ato de contestação da criação, pois se opunha aos “desígnios da Providência”.

Com isso, a moralização da questão social, a partir do cumprimento das condicionalidades, aparece de forma velada no discurso em análise, querendo

demonstrar que as pessoas que utilizam dos benefícios são “pobres comportados”, que “merecem” receber a quantia mensal, fazendo justo uso da mesma. Essa lógica também pode ser percebida nas SDs abaixo, em que nas duas primeiras são descritos como se comportam “bem” os beneficiários que já deixaram o programa e na última, como uma beneficiária está “fazendo valer cada centavo” do valor adicional que ganhou.

(SD27) Fiz **questão de pedir que eles passassem o benefício para uma pessoa mais carente aqui da comunidade**. A agricultora conta que não teria saído do lugar se não fosse o Bolsa Família. (R3, 2014).

(SD28) Simone Nunes Vieira, 30 anos, **é ex-beneficiária do programa Bolsa Família e, hoje, um exemplo de que, com a ajuda de ações e programas sociais do governo federal e muita força de vontade, é possível crescer e ainda ter a expectativa de ir mais longe**. (R3, 2014).

(SD29) Até março deste ano, Marli Ferreira Veloso, piauiense que vive no Distrito Federal com o marido e filhos recebia R\$ 230 do Bolsa Família. Em abril, na hora de sacar o benefício, **uma grata surpresa: lá estavam R\$ 400 disponíveis. Precavida, telefonou para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**. E soube que agora tem direito a R\$ 32 do benefício nutriz, por estar amamentando o caçula, e à complementação do Bolsa Família paga pelo governo local, graças a parceria assinada com o Governo Federal.[...] **“Mas é tudo meu?”**, insistiu dona Marli, **antes de correr pro supermercado e fazer a feira como nunca antes na história da família**. Assim como milhões de famílias brasileiras extremamente pobres beneficiadas pelas complementações estaduais ao Bolsa Família, **dona Marli faz valer cada centavo extra**. “Moço, sabe o que eu fiz quando recebi pela primeira vez os R\$ 400,00?”, lembra ela. **“Comprei até carne seca e um franguinho assado”**. (R1, 2012).

Já a última parte que grifamos na SD26, há a referência ao cadastro do recém nascido⁸³, em outras palavras, o pobre já nasce cadastrado, o que também encontra ecos e tem sua memória nas formas de enfrentamento à pobreza desde a idade média, em que para acessar os auxílios as pessoas tinham que estar “matriculadas” nas instituições, leigas ou religiosas da época.

É interessante observar que, embora na normatização do Programa Bolsa Família, a justificativa para a existência das condicionalidades seja o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza (conforme SD abaixo), isso de fato não acontece, pois os PTRs, como ressalta Medeiros (2009), possuem um caráter de minimização

⁸³ O Benefício Variável à Nutriz, ou Bolsa Nutriz, é pago às famílias do Programa Bolsa Família que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. O valor pago corresponde a seis parcelas mensais consecutivas de R\$ 32,00 (atualizados para R\$ 35,00 em 2013), a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida (MDS, 2011).

da miséria e não de sua prevenção ou superação, visto que vacinar em dia as crianças ou realizar o pré-natal não são suficientes para tal ruptura.

(SD30) Os resultados expressivos do Bolsa Família são fruto da transferência de renda e também do **acompanhamento das condicionalidades do programa nas áreas de educação, saúde, que contribuem de maneira decisiva para romper o ciclo da pobreza**, reproduzida geração após geração (R1, 2012).

O próprio cadastro do “bebê pobre” referenciado anteriormente revela que esse ciclo não está totalmente rompido e que o controle do sujeito empobrecido se dá, muitas vezes, desde o nascimento.

No interior da posição-sujeito Conservadorista emerge, portanto, a questão do cadastro do pobre, a qual traz também as contradições dos mecanismos de combate à pobreza, pois ao mesmo tempo em que o cadastro⁸⁴ é a uma forma de se efetivarem as políticas sociais é também uma maneira de controle do pobre.

No discurso institucional, uma das ações mais reiteradas é a “Busca Ativa”, que se refere a uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria para encontrar e cadastrar famílias extremamente pobres que ainda não foram localizadas. É importante ressaltarmos que, em todos os materiais analisados, a estratégia possui destaque e é associada ao discurso de que o Estado está fazendo a sua parte, indo ao encontro das teses do *novo-desenvolvimentismo*, encabeçado por Bresser Pereira (2004), que enfatizam que um Estado forte deve regular um mercado também forte. Vejamos como a estratégia “Busca Ativa” aparece em alguns recortes discursivos:

(SD31) **Nós não vamos mais esperar que os pobres corram atrás do Estado Brasileiro. O Estado deve correr atrás da miséria e dos pobres deste país [...] Nós vamos a partir de agora, através do cadastro, através de todos os elementos, buscar incluir de forma ativa e sistemática, através da estratégia Busca Ativa. O Brasil Sem Miséria é, pois, o Estado Brasileiro chegando, o Estado brasileiro dizendo que está pronto** para combater a pobreza (DP1, 2011).

⁸⁴ Cadastro Único para Programas Sociais, CadÚnico, como é chamado no Brasil é o instrumento de coleta de dados e informações que tem por objetivo identificar as famílias de baixa renda para acessar benefícios e serviços públicos. Sua base de dados e informações podem ser usadas pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Segundo o MDS, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas sociais (MDS, 2015).

(SD32) Infelizmente ainda existem pessoas extremamente pobres no Brasil, **nós sabemos** disso. **E é necessário encontrá-las e incluí-las** para que recebam o benefício. **Por isso, a gente sempre fala em Busca Ativa. É necessário encontrá-las.** E esta é uma diferença substantiva que **nós aprendemos**: o **Estado deve ir atrás**, não devemos esperar que esses brasileiros batam à nossa porta para que o encontremos (DP2, 2013).

(SD33) Um dos **conceitos centrais do Plano Brasil Sem Miséria é a Busca Ativa**. Com ela, **nós não esperamos mais** que os pobres corram atrás do Estado. **É o Estado que está buscando os pobres**, para incluí-los em uma série de programas que irão melhorar suas vidas. (R2, 2013).

O primeiro ponto a destacar é que o sujeito enunciador do discurso se coloca numa posição distinta da dos pobres, pois o uso da primeira pessoa do plural “nós vamos”, “nós aprendemos”, “nós sabemos” e “nós não esperamos mais” demonstra que de um lado está o “nós - Estado” e de outro “eles - os pobres deste país”, ou seja, se estabelece uma distância que separa o Estado (como onipresente) e os pobres (que devem ser buscados). Além disso, é preciso considerar nessas SDs a repetição em torno de expressões que trazem “o Estado”, como podemos ver nas partes que grifamos: “o Estado Brasileiro está chegando”, “o Estado deve ir atrás”, “o Estado que está buscando” e “é o Estado brasileiro dizendo que está pronto” (além das SDs selecionadas acima há muitas outras no arquivo que trazem essa mesma lógica de repetição quando se referem à estratégia Busca Ativa).

Orlandi (2005, p. 77) ressalta que a paráfrase⁸⁵ não se restringe somente a uma repetição do mesmo dizer, mas pode ser pensada a partir da consideração de que a língua consiste em uma forma material que, como tal, possui o equívoco como constitutivo de sua materialidade. Compreender a língua dessa forma implica em não se desconhecer que “a língua, tendo sua ordem própria, ainda que capaz de falha, está investida de um poder nos processos de subjetivação que darão forma aos modos de significar”. Assim, a noção de equívoco, entendida em sua dimensão linguística e histórica, pode ser considerada como “o que intervém no funcionamento discursivo da paráfrase, fazendo com que esta, contraditoriamente, afirme o mesmo, mas se abra ao diferente, no jogo com a polissemia”.

⁸⁵ Na produção do discurso ocorre uma tensão entre a repetição e a inovação, o que para a autora pode-se chamar de tensão entre a paráfrase e a polissemia. Os processos parafrásticos funcionam como uma memória, um arquivo, que proporciona a estabilização. Em AD, ela “é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2012, p.38) Já a polissemia joga com a inovação, pois é baseada no que está esquecido, permitindo assim, a ruptura nos processos de significação. Ela está ligada à criatividade ao rompimento, surgimento do diferente, “pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2012, p. 38).

Os processos parafrásticos se encontram relacionados à memória, enquanto aquilo que permanece em todo o dizer, tendendo à estabilidade dos sentidos, possibilitando o constante retorno aos mesmos espaços de dizer, já a polissemia marcaria um deslocamento de sentidos. Porém, toda a vez que falamos, segundo Orlandi (2012, p. 38), ao tomarmos a palavra, produzimos uma mexida na filiação dos sentidos e é nesse jogo de força que a autora afirma que “o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. [...] Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder”. Com isso, podemos considerar que a própria repetição instaura a diferença, sendo possível pensar a paráfrase como um retorno aos mesmos espaços de dizer para re-significá-los.

Esse movimento de retorno e de re-significação pode ser compreendido como o modo de funcionamento da memória discursiva, enquanto rede de sentidos que constituem o discurso do sujeito em análise, tendo em vista que:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentidos por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2012, p. 53).

Para Pêcheux (1999), a memória é condição *sine qua non* para a constituição dos sentidos, é por ela que o dizer se atualiza, enquanto legível, enquanto interpretável, pois eles (os sentidos) se compõem amparados em uma exterioridade que os precedem. O discurso tem, pois, uma memória, como traz Mittmann (1999, p. 272), ele nasce de um trabalho de outros discursos que ele repete, ou modifica, sendo que “esta repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata, podendo ser oculta ao sujeito enunciador”. A autora enfatiza que esse movimento se dá através de dois aspectos: o *pré-construído*, que seria uma construção anterior, exterior e independente, por oposição ao que é construído na enunciação, e pela *articulação* de enunciados do interdiscurso que atravessam o discurso, sob a forma de discurso transversal, ou seja, “o pré-construído e a articulação são duas formas de o interdiscurso (definido por Courtine como um todo complexo e intrincado de FD) manifestar-se no intradiscurso” (MITTMANN, 1999, p. 273). O intradiscurso representa o eixo horizontal da formulação, ou seja, aquilo que

estamos dizendo num determinado momento, em condições dadas. Já o interdiscurso representa o “eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível”. (ORLANDI, 2012, 33).

Nessa direção, podemos pensar que o sujeito do discurso ao reiterar, juntamente com a estratégia “Busca Ativa” que o Estado, agora, está indo atrás dos pobres, mobiliza sob a forma de discurso transversal que antes (leia-se nos governos prévios) não se olhava para pobreza. Esse seria o efeito da evidência, “o que todos sabem e podem ver”, como sustenta Mittmann (1999, p. 274), que surge do *pré-construído* e da *articulação* e que aparece no discurso da presidente no lançamento do plano:

(SD34) Por isso, meus queridos amigos e amigas aqui presentes, **a pobreza levou muito tempo, mais de três séculos, para ser tornada um tema no Brasil, para entrar na pauta política** ou para fazer parte do debate nas nossas universidades e academias. Foram precisos **mais de quatro séculos** para que **seu combate se convertesse de fato em uma política prioritária de governo**. A população pobre, a **nossa população pobre, os nossos pobres já foram acusados de tudo, inclusive de serem responsáveis pela sua própria pobreza**. Já disseram que, se nós **déssemos Bolsa Família, eles se conformariam** com a pobreza. **Já disseram**, de forma absurda, que as causas da pobreza eram o clima, o clima tropical, o nosso sol, e a miscigenação. **Já disseram**, e em parte tinham razão, se a gente fosse olhar a raiz, que uma das causas da nossa pobreza era a escravidão. Mas **a escravidão passou há muito tempo e a falta de vontade política ultrapassou a escravidão**. (DP1, 2011).

(SD35) Nós **vimos pessoas bem-intencionadas, mas equivocadas, reverenciarem a tese muito fatalista** de que haveria uma predestinação à exclusão nas populações dos países não-desenvolvidos. **Acreditaram que milhões de seres humanos nasciam condenados a serem párias eternos, porque a economia mundial não tinha como incorporá-los**. (DP1, 2011,).

(SD36) **O pobre, no Brasil, foi sempre o grande invisível, o desnecessário, o jamais incluído**. Assim como, no passado remoto, muitos olhos ficaram cegos para o grande tráfico negreiro que manchou o Atlântico, **outros olhos também estiveram cegos, por décadas e décadas, para milhões de brasileiros** que morriam de fome e sede, que se atiravam em caravanas de milhões para o Sudeste ou em multidões ainda mais desesperadas para os seringais do Norte, para as margens da Transamazônica. **Era a pobreza se ampliando** e, vamos reconhecer, redesenhando o nosso mapa nacional, com seus traços de tristeza, de angústia, de desespero, **enquanto muita gente virava o rosto para ela**. (DP1, 2011).

É trazida nesses enunciados uma memória de outras épocas, quando se expressa que a “pobreza levou mais de três séculos para entrar na pauta política” ou “que o pobre sempre foi o grande invisível”, fazendo alusão a um período em que supostamente, a pobreza não era considerada no país. Esses recortes articulam um discurso que visa a ressaltar que a política anterior não se preocupava com essa temática, pois ao repetir: “já disseram que, se nós déssemos Bolsa Família, eles se conformariam”, “já disseram que as causas da pobreza eram o clima”, “já disseram que uma das causas da nossa pobreza era a escravidão” ou “outros olhos estiveram cegos” para a pobreza, está se referindo aos governos anteriores e às políticas desenvolvidas por eles. Ora, o sentido que esse discurso objetiva evocar é justamente esse: antes, não se olhava para a pobreza, já hoje, isso não ocorre mais, pois uma das prioridades do governo é a busca por cadastrar “todos” os pobres e extremamente pobres do Brasil. O sujeito enunciativo do discurso tem, assim, a ilusão de um sentido único e de ser ele a única fonte deste, mas como traz Orlandi (2012, p. 89), “não há discurso que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade”, o discurso não provém de um só lugar, mas de vários.

Nesse funcionamento discursivo podemos observar o que Pêcheux (1993, p. 176) chama de efeito de ocultação parcial, ou esquecimento nº2, que é da ordem da enunciação e identificar, assim, “a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’)”, pois é *na* e *pela* língua, enquanto base material do discurso, que são produzidas as ilusões que colocam o sujeito no centro e origem de seus pensamentos e de suas intenções. Pode-se adentrar conscientemente nessa zona de esquecimento, por isso esse esquecimento também pode ser chamado de “estratégias discursivas”, sendo que o sujeito “o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito” (PÊCHEUX, 1993, p. 177). É nessa direção que o sujeito do discurso em análise, ao mesmo tempo em que diz (e repete) que hoje o “Estado está indo atrás dos pobres”, esquece semi-conscientemente que esse mesmo “Estado” não rompeu com o “sócio metabolismo” de reprodução da pobreza, preservando, como diz Alves (2014, p. 14), “o Estado político-oligárquico adequado ao capitalismo neoliberal” e conservando, assim, as estruturas de um sistema que possibilita a garantia e a ampliação da acumulação por parte de alguns e o contínuo empobrecimento por parte de outros.

Temos aí a *língua de Estado* em movimento, que busca homogeneizar as relações de classes, estabilizar conflitos e manter a ordem. É também nessa direção que Siqueira (2013) demarca o papel do Estado no capitalismo.

Para além das diversas funções de transferência de fundos ao capital, ao consumo e estímulos gerais à acumulação capitalista, ideologicamente, o Estado na sociedade capitalista é apresentado como uma instituição desvinculada dos interesses de classes, sendo supostamente responsável por responder a “todos” os cidadãos. Esse mesmo Estado, ao responder às manifestações da “questão social”, sem supostamente contrariar os interesses da burguesia, conciliaria a gratidão de ambas as classes, naturalizando interesses de uma maioria como interesse comum a todos. Tem assim um papel de engajamento da classe trabalhadora no processo de produzir valor (mais-valia) e no processo de legitimação e reprodução da ordem. Assim, a política social por ele desenvolvida deve ser entendida como fenômeno ou instrumento de intervenção estatal nas refrações da “questão social”, visando a ampliação da acumulação e a legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por algumas conquistas da classe trabalhadora. (SIQUEIRA, 2013, p. 19).

Embora na última década, o Estado tenha a partir dos programas de governos se dedicado à população empobrecida de uma forma mais pontual e articulado e desenvolvido políticas sociais (focalizadas e contraditórias, como já vimos) que alteraram, de certa maneira, as condições de vida de uma parcela considerável da população brasileira, ao mesmo tempo, elas não promoveram uma ruptura no ciclo geracional da pobreza, conforme se argumenta ao justificar as condicionalidades, por exemplo.

A “Busca Ativa”, o cadastro por si só, não garante a não reprodução de novos pobres, pois a condição de pobreza não é superada mediante um cadastro, que possibilita o acesso a uma renda (extremamente baixa) e a serviços públicos (em geral de condições precárias). Tanto que, ainda no final de 2014, quando - segundo o Caderno de Resultados do PBSM - foram superadas todas as metas do “Busca Ativa”, tendo sido cadastrados mais de “1,42 milhões de famílias”, aumentando em “643% de julho de 2011 para agosto de 2014, a porcentagem de pessoas identificadas no CadÚnico”, ainda se fale que é preciso continuar buscando os que ainda não estão cadastrados.

Retomamos aqui a noção de *facticidade*, trazida por Decca (2007), quando analisa a história e a memória, pois nos parece que o discurso em análise tem uma “ambição de facticidade”, utilizando o termo do autor, principalmente através da divulgação de estatísticas, buscando demonstrar, mediante números de cadastrados,

de porcentagens e pesquisas um *rigor positivista*, como traz Pêcheux (2012, p. 36), que se apoia e faz referência às “ciências exatas”, e que procura “homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo experimental e de técnicas de administração de prova”. Em outras palavras, o discurso institucional se mobiliza em busca da *facticidade*, ou melhor, ele disputa a *facticidade*. Para Decca (2007) o embate entre história e memória ocorre no território de estabelecimento dos fatos.

[...] qual a facticidade que uma cultura deve admitir para si mesma, quais os fatos que devem ser banidos, quais os fatos que deve ser silenciados, quais os fatos que devem ser esquecidos, e quais os fatos que uma comunidade cultural considera fatos que são pertinentes para si mesmo. É por isso que a *verdade é por adequação*. É quando se torna adequado a todos os sujeitos o estabelecimento deste território de fatos (DECCA, 2007, p. 54).

Nessa direção, podemos pensar que, ao disputar o território da *facticidade*, ao buscar estabelecer fatos acerca da pobreza no Brasil, o sujeito enunciativo em análise acaba por produzir *efeitos de sentidos* em torno da noção de pobreza fundamentados nos fatos por ele estabelecidos e o que não podemos perder de vista nesse funcionamento discursivo é que todo o fato já é uma interpretação (PÊCHEUX, 2012), ou seja, o fato não existe fora do sentido que atribuímos a ele, todo o fato é uma versão sobre um fato. É nesse movimento, portanto, que a *língua de Estado* - que se apresenta como legítima porque foi eleita e que se diz promotora de direitos e eficaz em suas ações - falha; sobretudo porque, tanto os fatos por ela construídos, como também o sujeito do discurso estão interpelados pela ideologia.

A ideologia, portanto, interpela os indivíduos em sujeitos, lembrando que para Pêcheux ideologia não é entendida como deformação, mas como produção de evidência de sentidos da qual o sujeito não pode fugir. Assim, o sujeito, na ilusão de estar no controle e de nem mesmo estar sujeito, se coloca na posição de centro, de fonte daquilo que diz e do que mais pratica.

As formações ideológicas são as responsáveis por determinarem aquilo que os sujeitos podem e devem realizar, praticar, saber. A ideologia, desse modo, não é mero conjunto de ideias abstrato, mas um conjunto complexo de práticas e gestos materiais, que incidem sobre a construção dos aparelhos dum Estado. E há, segundo o aparato teórico da AD, uma materialidade dominante, em que a ideologia se atualiza: o discurso. O discurso é a base material da ideologia, e possui em si mesmo outra materialidade basilar: a própria língua, que funciona como lugar em que se desenvolve a luta por sentidos, o encontro com a heterogeneidade. (ESTEVES, 2014, p. 30).

É nessa direção que a língua não significa por si mesma, mas ela recebe sentidos inseridos numa formação discursiva, que por sua vez, se encontra no âmbito das formações ideológicas, determinando aquilo que pode e deve ser dito. A *Formação Discursiva Neodesenvolvimentista* (FDN), comporta uma série de formações ideológicas, as quais se apóiam predominantemente na **Formação Ideológica capitalista**, que como vimos, se desdobra em duas posições-sujeito dominantes.

Na **PS Economicista**, o principal sentido que se traveste, ou melhor, que fica opaco, é a de que a política social é dependente da política econômica, sendo que os investimentos na primeira só se justificam mediante o crescimento e o desenvolvimento da segunda. Não há e nunca houve uma relação horizontal entre as duas. As lógicas do consumo e do crédito individual entram em cena no cotidiano da população empobrecida, transformando a política social, ou melhor, dando a ilusão de que ela seria uma espécie de mola propulsora para se ascender a uma “classe média”, que tudo abrange e com isso, se encobrem conflitos sociais. Na **PS Conservadorista** há resquícios de um combate à pobreza com características punitivas e de controle dos pobres. A imposição das condicionalidades e de um cadastro acabam por reforçar o estigma da subalternidade do sujeito empobrecido, fazendo com que a política social continue a ser relegada e entendida como não pertencente ao campo do direito.

A figura abaixo traz uma síntese da análise até agora realizada, tendo como enfoque a FDN e as posições-sujeito.

Figura 4. Formação Discursiva



Fonte: Elaborado pela autora

Se pensarmos para quem o discurso institucional fala, ou melhor, para quem ele imagina estar fazendo a interlocução, temos aí uma série de Formações Imaginárias (FI), que dizem respeito às condições de produção do discurso. Tendo em vista que discurso é também *efeitos de sentidos entre interlocutores*, como traz Pêcheux (1993), o sujeito do discurso tende a antecipar ou de certa forma se colocar imaginariamente no lugar do ouvinte antes de falar. Não se fala, na materialidade discursiva analisada, diretamente com os beneficiários/usuários, embora eles sejam citados em muitos textos e tenham sido entrevistados para compor as reportagens das revistas. Em outras palavras, se fala *sobre* os pobres/miseráveis, mas não para eles. Nesse esquema, em que de um lado temos o elemento A e de outro o elemento B, que designam lugares determinados na estrutura da formação social, há todo um

jogo de regras de projeção (em que imagens são projetadas no discurso), que interagem com as relações de força e de sentido, como traz Pêcheux (1993), as quais são constitutivas de qualquer discurso.

Nessa direção, acreditamos que o sujeito do discurso imagina estar fazendo a interlocução com as diferentes frações de classes que compõem a frente política neodesenvolvimentista, mas especialmente e, sobretudo, com o bloco dominante e mais influente dela, que é a burguesia rentista, a qual se manteve intacta e obteve inúmeros ganhos nos últimos anos.

O amesquinamento do reformismo hipertardio brasileiro, sob o nome de neodesenvolvimentismo, é a expressão da miséria social e política da sociedade brasileira incapaz de ir além da ordem burguesia senhorial. Enfim, nas condições históricas adversas de enfrentamento social com a ordem do capital, optou-se irremediavelmente pela trágica linha do menor esforço, preferindo-se operar, em nome da governabilidade, “o reformismo fraco” nas margens estreitas do Estado neoliberal (ALVES, 2013, p.3).

Alves (2013) salienta que um dos traços “virtuosos” do estilo político dos últimos governos foi combater a miséria sem confronto com o bloco de poder hegemônico do capital. O que expõe os próprios limites do neodesenvolvimentismo (e o próprio limite da FDN) e a incapacidade orgânica dessa frente política em promover investimentos sociais de amplo espectro na educação e saúde, por exemplo, que efetuem reformas sociais capazes de resgatar a dívida social secular em torno das classes subalternas, pois, em última instância, o que ocorreu foi a manutenção e a preservação da forma política do Estado neoliberal no Brasil.

5 PORTAIS G1 e CARTA MAIOR: O *MAIS DO MESMO* EM CIRCULAÇÃO

O espaço social do discurso jornalístico, as lacunas que ele preenche com seus sentidos de evidência, de transparência, de naturalização para o enquadramento dos fatos noticiados. Ou seja, as notícias veiculam o fato como fato, como se a própria prática de editoração não se desse, essencialmente, por gestos de interpretação. O imaginário de evidência faz sombra a heterogeneidade discursiva e ideológica, produzindo efeitos de sentidos revestidos de credibilidade. (SCHWAAB e ZAMIN, 2014, p.9).

Interpretar as relações dos sentidos produzidos entre o discurso institucional e o discurso jornalístico sobre o Plano Brasil Sem Miséria nos portais G1 e Carta Maior é o objetivo deste capítulo. Partimos da compreensão do discurso jornalístico como um campo de referência discursiva, que se apoia na ilusão de objetividade e de se fazer crer. Tendo como escopo o funcionamento das formações imaginárias nas quais se respaldam os portais, analisamos notícias publicadas acerca do lançamento do plano, considerando os *não-ditos*, o jogo discursivo entre os portais e as determinações sócio-históricas e ideológicas dos fatos noticiados.

5.1 Discurso Jornalístico: *efeitos de sentidos revestidos de credibilidade*

Mariani (1998) ressalta que o discurso jornalístico é uma modalidade de *discurso sobre* e que um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala.

Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento. [...] ao *falarem sobre um discurso de* (discurso origem), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1998, p. 60).

Berger (1996), ao discorrer acerca da especificidade do discurso jornalístico, parte da necessidade de rever a noção de linguagem no campo comunicacional, sendo fundamental compreendê-la pelo poder de constituir aquilo que é por ela representado. Para a autora, é através dessa perspectiva que se deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado e se reconhece a tensão inerente à própria prática jornalística, tendo em vista que é na

“crença” da superposição entre o real e o texto ou na concepção da linguagem como descritiva dos fatos que reside a credibilidade do discurso jornalístico. Para interpretarmos o discurso jornalístico é preciso desvencilhar-se deste ponto de vista e passar a reconhecê-lo enquanto um processo de produção de sentido. É nessa direção que o jornalista/enunciador, ao ir ao “já acontecido” para produzir notícia, acaba não só sendo um mediador, mas, sobretudo, construindo, pela enunciação, sentidos, que além de mesclarem ideologias, também mesclam temporalidades.

Incorporar a noção de linguagem, enquanto processo produtivo para a interpretação do discurso jornalístico - na perspectiva de que a linguagem é trabalho simbólico e que “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (ORLANDI, 2012, p. 13) - permite situar a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. É nessa direção que pensar em discurso jornalístico nos remete a um estudo que prioriza uma leitura da linguagem em movimento, em funcionamento.

Ler o jornalismo levando em conta sua materialidade discursiva é um gesto produtivo sob mais de um ponto de vista. Em primeiro lugar, se há uma assertiva capaz de estabelecer uma base comum ao campo do jornalismo, é a de que o mesmo é feito de palavras. Não exclusivamente de palavras, não essencialmente de palavras e assim por diante – as teorias do jornalismo poderiam ser entendidas como uma seleção de comentários a esse pressuposto fundante. Estudar o jornalismo implica realizar, em algum momento e em alguma medida, um ajuste de contas com a questão da linguagem. (ARAÚJO, 2013, p. 23).

A matéria prima do jornalismo (a notícia), para Berger (1996), se encontra em algum lugar do social e com isso articula a noção de Campo, através da perspectiva de Bourdieu (1997) como forma de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica.

Um campo se constitui a partir da existência de um Capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irredutível e lutam por ele. Capital, conceito-chave neste modelo, só é definível a partir de Campo, Bourdieu relacionou em trabalhos empíricos o Campo Artístico e seu Capital prestígio, o Campo Político e seu Capital-poder, e reconheceu no Capital Simbólico uma superioridade. Primeiro, por transitar por todos os campos; segundo, pelo poder de fazer crer. (BERGER, 1996, p. 190).

O Campo do Jornalismo detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer, ou seja, “o Capital do Campo do Jornalismo é,

justamente, a credibilidade. É ela que está em constante disputa entres os jornais e entre estes e os demais Campos Sociais. E está sempre sendo testada” (BERGER, 1996, p. 190). É nessa direção que se trava uma luta no interior do Campo do Jornalismo, que gira em torno do ato de nomear, no poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz e tornar público.

Pela perspectiva da AD, o discurso jornalístico constrói um *efeito de verdade* através de articulações entre memória, atualidade e possibilidade.

A memória enquanto disputa de interpretações e inerentes à linguagem no processo histórico é uma memória que se atualiza no momento da enunciação por diferentes possibilidades de dizer, portanto, na construção histórica da atualidade ao mesmo tempo em que se abre para inúmeras outras possibilidades de dizer no discurso. Nesse processo, o discurso jornalístico apresenta-se no *efeito de verdade* e sustenta esse efeito por outros efeitos relacionados, como efeito de evidencia, de universalidade e de dissenso. É um discurso atravessado de outros discursos que se complementam e que geram a polêmica social, pois ao mesmo tempo estabelece “verdades”, ostenta “objetividade” e assegura (im) parcialidade. (MOREIRA E SILVA, 2007, p. 35).

O dizer jornalístico, em sua relação com os discursos outros que ele aciona e dos quais se serve, inclusive para nomear a relevância da sua própria prática como lugar de verdade (SCHWABB, 2011, p. 143), “uma verdade que não está em si mesmo, essencialmente, mas no efeito que produz”, não traz consigo o fato, mas um gesto de interpretação do mesmo, como ressalta Dela-Silva (2009, p. 4): “a imprensa, mais do que simplesmente narrar acontecimentos e servir de suporte para tais narrações, produz sentidos para os acontecimentos que elege como de destaque em um momento dado”.

Considerando as condições de produção do discurso jornalístico em análise, é preciso levar em conta que o mesmo está sendo analisado em seu formato digital (jornalismo *online* ou jornalismo na *web*), o que nos leva a perpassar o estudo pela rede eletrônica e sua relação com as novas mídias, tendo em vista a perspectiva da AD. Para Moreira e Romão (2011) é preciso considerar as condições de produção de uma nova discursividade afetada e mediada pela tecnologia quando se trabalha com o discurso na rede eletrônica, a qual é sustentada por um imaginário de interação e

acessibilidade infinita, calcada pela convergência das mídias e constituída, também, pela voz do sujeito-navegador⁸⁶, compreendido como posição no discurso.

Nessa esteira, pensamos a rede eletrônica como espaço em que o poder, da perspectiva filosófica foucaultiana, emerge por meio dos jogos de forças, regularizando os discursos instituídos e definidos socialmente. Não se trata, portanto, do poder vigilante ou ameaçador, que é da ou está na rede eletrônica, mas de um poder que se exerce e se regula pelas forças ideológicas – instituídas política, econômica e socialmente. (ROMÃO e GALLI, 2013, p. 111).

A rede eletrônica é composta por diversas vozes formando um grande *arquivo*, em que as fronteiras de/dos dizeres são mantidas tanto mais difusas quanto movediças. Neste entremeio, surge também o papel do jornalista, do enunciador do discurso, que congrega elementos como os da empresa para qual trabalha, a relação com as fontes de informação e o horizonte do público, ou seja, o *outro* fundamental neste processo, como enfatiza Schwaab (2007). A AD, desta forma, permite desvendar quem fala e partir de que posição ideológica, bem como identificar o caráter polifônico ou monofônico de um texto, fazendo emergir as vozes que compõem o discurso jornalístico.

5.2 As formações imaginárias em funcionamento

Compreender o funcionamento das formações imaginárias, designando o lugar que produtor e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro, como uma “imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 82) é nosso ponto de partida.

Os princípios editoriais do portal G1(que é o mesmo para todos os veículos vinculados às Organizações Globo) possuem 11 páginas e se subdividem em: 1) cartas dos acionistas, 2) breve definição de jornalismo, 3) atributos da informação de qualidade (a isenção, a correção e a agilidade), 4) como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha e 5) os

⁸⁶ O sujeito-navegador, assim como o sujeito-leitor é constituído por processos sociais e históricos, mas estes processos não são totalmente visíveis para ele, pois ao ler, ao significar pode também mobilizar suas histórias de leituras, relacionando o que lê a outros textos já conhecidos e lidos. Assim como também pode correlacionar o que lê a si mesmo, ou seja, a sua própria história pessoal, bem como ao momento histórico em que vive. O sujeito-leitor e o texto, assim, interagem e se desvencilham na medida em que a historicidade de ambos emerge no processo de leitura. (MARIANI, 1999, *apud*, BENNETI, 2006, p. 4).

valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo⁸⁷. Elencamos duas sequências discursivas do item 2 para pensarmos acerca da formação imaginária que o portal faz de si, especialmente do jornalismo que produz:

(SD37) De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o **Grupo Globo adota** é esta: **jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas.** [...] É, portanto, **uma forma de apreensão da realidade.** Antes, costumava-se dizer que **o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos.** Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. [...] mas a tradição filosófica mais densa dirá que **a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe;** e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, **na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo.** É para contornar **essa simplificação em torno da “verdade” que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento.** Dizer, portanto, que o **jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos,** mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. (G1, 2015).

E ao final da breve definição de jornalismo, discorrem:

(SD38) Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, **produzir conhecimento, informar.** O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, **defender uma causa faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica.** [...] um **jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade,** no limite das possibilidades, livre de prismas. **Produz conhecimento. As Organizações Globo terão sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar.** (G1, 2015).

Ao mobilizarem expressões como “apreensão da realidade”, “traduzir a realidade”, “buscar a verdade dos fatos” (mesmo que tangenciando a questão filosófica de que se existe ou não verdade), compreendemos que a formação imaginária que a empresa faz (em torno do jornalismo que diz fazer), mobiliza uma memória que encontra resquícios da Teoria do Espelho⁸⁸, criada no século XIX, a qual foi calcada na concepção de que a prática jornalística é “isenta”, “neutra” e “imparcial”.

⁸⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-globo.html>, acessado em agosto de 2015.

⁸⁸ Considerada a teoria mais antiga do jornalismo, que se inspirou no Positivismo, a qual compreende o jornalismo como espelho da realidade, defendendo a ideia de objetividade. Segundo Pena (2010), a teoria surgiu em meados do século XIX, quando se acreditava que a palavra poderia refletir a realidade. O que foi reforçado a partir das regras de narração e dos procedimentos profissionais criados em 1920, que trouxeram um suposto rigor do método científico aos jornalistas para que se evitasse a subjetividade.

Pena (2010) argumenta que, mesmo que a teoria já tenha sido desconsiderada no campo dos estudos da comunicação, ela continua a ser evocada de diferentes formas no senso comum do jornalismo ocidental.

Benetti (2007, p.38) ressalta que “no contrato não-dito entre jornalistas e leitores, a principal cláusula é a noção de que o jornalismo é um discurso comprometido com a verdade”. Associada a essa principal noção há outras, que também traçam a imagem de um campo que tem como principal objetivo a busca pela credibilidade. As sete ilusões em que se ampara o discurso jornalístico, que descreve Benetti (2007), a nosso ver, também fazem parte da formação imaginária que as Organizações Globo constituíram para seu portal, bem como para o jornalismo que dizem praticar.

1) O jornalismo retrata a realidade como ela é; 2) tudo que é de interesse público assim é tratado pelo jornalismo; 3) o compromisso com a verdade não se subordina a nenhum outro interesse; 4) o jornalismo ouve as melhores fontes; 5) os melhores especialistas são aqueles que falam na mídia; 6) todos que têm algo relevante a dizer têm espaço no jornalismo dito sério e de referência; 7) jornalismo e propaganda não se confundem. (BENETTI, 2007, p. 38).

É interessante observar que a palavra “conhecimento” é repetida sete vezes nas SDs acima. Ao assumirem que, dentre as definições possíveis de jornalismo, a adotada pela empresa é aquela que considera o jornalismo como uma atividade “que produz conhecimento sobre fatos e pessoas”, o que o sujeito do discurso não diz - e com isso podemos dizer que está no âmbito do esquecimento nº 2, que atesta que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos - é de que “o conhecimento articulado no discurso jornalístico não pode ser apenas transmitido ou repassado, ele é recriado” (BENETTI, 2006, p.4). O jornalismo pode ser pensado como um modo de conhecimento, contudo, é preciso considerá-lo enquanto articulador de um conhecimento que é sempre ressignificado ao ser produzido, em outras palavras, também pode estar na órbita da “propaganda” ou da “luta político-ideológica”, mesmo que diga não estar, pois como pontua Cazarin (2005) não há nenhum modo de produção de conhecimento alheio a interesses de classe.

Figura 5. Portal G1

The screenshot shows the G1 news portal interface. At the top, there's a navigation bar with 'globo.com' and categories like 'notícias', 'esportes', 'entretenimento', and 'videos'. Below that is the 'Política' section header. The main article headline reads 'Dilma lança programa que pretende erradicar miséria no Brasil'. A sub-headline states: 'Uma das principais medidas do Brasil sem Miséria é ampliar o Bolsa Família. Objetivo é atender 16,2 milhões de pessoas com renda inferior a R\$ 70.' The author is identified as 'Nathalia Passarinho e Débora Santos'. To the right, there's a 'Política' sidebar with a list of recent news items, including 'Homem apontado como lobista diz que pagou US\$ 1 milhão para Cunha' and 'Troca de insultos entre políticos marca semana no Congresso'.

Fonte: *Printscreen* da página inicial do portal⁸⁹ G1

Levando em consideração esses apontamentos, partimos para a análise das notícias publicadas no dia do lançamento do plano no *portal G1*.

(SD39) Título: **Brasil Sem Miséria Criará Bolsa de Preservação ambiental** (02.06.2011 – às 12h06). O programa Brasil sem Miséria, **lançado nesta quinta-feira pela presidente Dilma** cria uma bolsa de 300 reais que será distribuída trimestralmente às famílias que vivem em situação de extrema pobreza e que ajudarem a preservar florestas nacionais e reservas extrativistas. (G1, 2011).

No decorrer dessa notícia são especificadas informações sobre o Bolsa Verde, por exemplo, que o programa é ligado ao Ministério do Meio Ambiente e que é este o órgão que fiscalizará os repasses, como também são citadas diferentes modalidades de acesso a recursos públicos para pessoas que vivem no campo. Além disso, são trazidas outras ações que o plano visa a realizar, como a construção de cisternas e a ampliação de repasses para famílias com adolescentes de até 15 anos. A matéria termina com o seguinte trecho:

⁸⁹ Página do portal G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/index.html>> Acesso em jul. 2015

(SD39) [...] **O plano para erradicar a miséria é uma promessa de campanha eleitoral da presidente Dilma**, e seu anúncio vem sendo aguardado desde que ela assumiu o mandato. **O lançamento ocorre no momento em que Dilma se encontra sob pressão da base partidária e, principalmente, da oposição** devido a **acusações envolvendo o seu ministro mais influente. O chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, está sendo cobrado a prestar esclarecimentos sobre o seu aumento patrimonial e as operações de sua empresa, a consultoria Projeto, antes de assumir o cargo.** (G1, 2011).

(SD40) Título: **Programa visa mostrar que miséria ainda existe, diz Dilma.** (02.06.2011 às 15h28)

A presidente **Dilma Rousseff disse nesta quinta-feira, durante o lançamento do programa Brasil Sem Miséria**, em Brasília, que a iniciativa visa 'afirmar a todos que a miséria ainda existe no país'. 'Nossos pobres já foram acusados de tudo, inclusive pela própria pobreza', **disse Dilma.** [...] Segundo o Censo 2010, 16,2 milhões de brasileiros têm renda familiar per capita inferior a R\$ 70, faixa que configura pobreza extrema. O grupo é alvo do programa, que visa erradicar a pobreza extrema até 2014. [...] **O lançamento do Brasil Sem Miséria reuniu centenas de pessoas** no Planalto do Planalto, entre ministros, congressistas, governadores, prefeitos e outros convidados. **O ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, que tem sido pressionado pela oposição a esclarecer o aumento de 20 vezes em seu patrimônio quando era deputado federal, sentou-se à mesa com Dilma e foi um dos primeiros a serem cumprimentados pela presidente em seu discurso.** (G1, 2011).

(SD41) Título: **Plano de Dilma contra miséria custará R\$ 20 bi ao ano** (02.06.2011 às 17h30)

O **ambicioso plano da presidente Dilma Rousseff para cumprir sua promessa de campanha** de tirar 16,2 milhões de pessoas da miséria até 2014, lançando nesta quinta-feira, **deve consumir cerca de 20 bilhões de reais ao ano.** A maior parte dos recursos virá de programas na área social que já estão em execução, como o Bolsa Família, **que custa ao Executivo cerca de 16 bilhões de reais por ano**, segundo a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Para este ano, no entanto, a presidente enviou ao Congresso uma proposta para suplementar o Orçamento em 1,2 bilhão de reais que **serão gastos nas ações do Brasil Sem Miséria.** [...] **O lançamento do plano também faz parte da agenda positiva do Palácio do Planalto para evitar que a delicada situação política do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, paralise o governo. Durante a cerimônia, Palocci, que é pressionado pela oposição a explicar sua evolução patrimonial** na época em que era deputado federal e estava à frente da consultoria Projeto **sentou-se ao lado do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), com quem conversou diversas vezes. Ao final, Palocci evitou os jornalistas e disse rapidamente 'que hoje (quinta) é dia de falar sobre o Brasil sem Miséria'.** A cerimônia contou com cerca de 800 convidados, entre ministros, governadores e prefeitos, além do presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, com quem Dilma se reunira mais cedo. (G1, 2011).

O primeiro ponto a ser observado nos recortes discursivos acima é o enfoque dado à situação do então ministro Antônio Palocci, em meio a notícias do lançamento do plano. Das seis notícias publicadas no G1 nesse dia, as quais enfocam o lançamento do PBSM, três trazem a questão do suposto envolvimento do ministro em

irregularidades. Por que e para quem o portal aborda esse assunto no interior de notícias que pautam o plano?

Além do provável envolvimento em impropriedades do ministro-chefe da Casa Civil ser um assunto descontextualizado da pauta proposta das notícias (considerando os títulos das mesmas), tal abordagem, produz o *efeito* de desqualificar a imagem do Plano Brasil Sem Miséria, bem como da presidente, especialmente em uma das notícias, que termina ressaltando que o ministro sentou à mesa ao lado de Dilma e que foi um dos primeiros a ser cumprimentado por ela, na ocasião.

Consideramos que, ao tangenciar a conduta do político, no interior de notícias “informativas” sobre o plano, o portal se posiciona, ideologicamente, numa direção de sentido que articula um discurso de desvalorização do governo e, conseqüentemente, das políticas sociais desenvolvidas por ele. Esse posicionamento ideológico parece transparente, mas não o é, sendo que o que temos aí esboçado é a opacidade do discurso em análise, o que também podemos considerar como *efeito metafórico*, que em AD, seria o lugar em que língua e história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizamentos de sentidos, próprio da ordem do simbólico, que define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação (ORLANDI, 2012).

Se em seus princípios editoriais as Organizações Globo enfatizam que, “um jornal generalista de informação”, no qual se auto-enquadram, é aquele que “noticia os fatos”, com “a intenção consciente de não ter um viés”, considerando também que não faz jornalismo o veículo que está na órbita da “luta político-ideológica”, e, no entanto, identificamos um deslizamento de sentido nessa última direção, podemos dizer que, no mínimo, há uma contradição entre o que se diz fazer e como realmente se faz (jornalismo, no caso). Esse modo de “conceber o deslize, o efeito metafórico, como parte do funcionamento discursivo, liga-se à maneira de conceber a ideologia. [...] esse efeito constitui tanto os sentidos como também os sujeitos do discurso”. (ORLANDI, 2012, p. 81).

Através de Althusser (1974, p. 48) sabemos que um dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) são os sistemas de informação (rádio, TV, internet, etc.) e que estes funcionam “de maneira massivamente prevalente pela ideologia”, a qual é sempre “unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante, que é a da classe dominante”.

Considerando a estratégia discursiva de *antecipação* (habilidade de preceder o ouvinte) e que discursivamente a ideologia não é pensada como uma deformação ou ocultação da realidade, mas sim como constitutiva do discurso como dos sujeitos, podemos pensar que o sujeito enunciador em análise imagina estar fazendo a interlocução com a classe dominante, pois se “em princípio a classe dominante detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de frações de classes) [...] podemos admitir que a mesma classe dominante é ativa nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1974, p.48). Em outras palavras, a classe dominante não só está presente no interior dos AIEs da informação (no caso, das Organizações Globo) como também acreditamos ser para ela que se dirige seu discurso.

Mas [...] com que direito podemos considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado, instituições que, na sua grande maioria, não possuem estatuto público, e são pura e simplesmente instituições privadas. Como marxista consciente que era Gramsci já salientara esta objeção. A distinção entre público e privado é uma distinção interior ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) em que o direito burguês exerce os seus poderes. O domínio do Estado, que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado. Podemos dizer a mesma coisa agora partindo dos nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Pouco importa que as instituições que os realizam sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento. (ALTHUSSER, 1974, p. 46).

Desse modo, o funcionamento do discurso jornalístico, enquanto prática discursiva regulada por aparelhos ideológicos, “além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem e devem pensar, também organiza direções de leituras para tais assuntos” (MARIANI, 1998, p. 224).

É nesse movimento que o leitor comum, nem sempre percebe os processos de filiação de sentidos, ou seja, os deslocamentos e realocamentos de memória, o que reforça a ilusão de unidade do discurso jornalístico. No caso, esse leitor, ao mesmo tempo em que realizou a leitura de notícias (e se “informou”) sobre o Plano Brasil Sem Miséria no portal *G1*, provavelmente também fez a associação de que o governo que o está desenvolvendo não é passível de confiança, posto que poderá estar envolvido em corrupção, através de um dos seus principais representantes, já que o cargo de ministro-chefe da Casa Civil é diretamente ligado à presidência da república.

Além disso, essa abordagem em torno do ministro, também mobiliza uma memória discursiva: a das inúmeras denúncias de corrupção política, publicadas pela

imprensa e pelas quais vem passando o Partido dos Trabalhadores (PT), com mais ênfase desde 2005 (ano em que eclodiram as primeiras acusações em torno do esquema de compra de votos de parlamentares, ainda no primeiro mandato do governo Lula); o que torna o *efeito* de desqualificar a imagem do plano ainda mais eficaz. Podemos dizer com isso que, para compreendermos o funcionamento discursivo dos enunciados é preciso levar em conta a exterioridade, a incessante retomada do *já-dito*, pois como ressalta Ferreira (2012) o sentido se forma na história através do trabalho da memória.

Outra marca discursiva que grifamos nas SDs acima (e que também aparece em outras notícias analisadas no G1 se refere a um processo parafrástico através das expressões: “Plano de **Dilma**...”, “O ambicioso plano de **Dilma**...”, “**Dilma** propõe plano contra miséria...”, “**Dilma** lança plano que pretende...” etc.. A paráfrase, pela perspectiva da AD é determinada, tanto ideologicamente como historicamente, sendo que quando observamos o funcionamento dessa noção, podemos dizer que há uma repetição “com vistas à cristalização dos sentidos referentes a um discurso em específico, construindo um dado imaginário de sentido e esses sentidos cristalizados estão ligados a ‘modos de dizer’ que apontam para as repetições” (ZANDAWAIS, 1996, p. 43).

Com isso, podemos pensar que o processo parafrástico acima produz *efeitos de sentidos* que associam o plano à Dilma, como que se o mesmo “pertencesse” à presidente, o que seria uma forma de atribuir a responsabilidade e a autoria do plano (se ele “falhar” no futuro), sobretudo, na pessoa da Dilma, a representante máxima do governo que estava em vigência. E na medida em que essa associação é feita, além de o plano parecer “personalizado” e que irá durar somente até o mandato da presidente, ele também não é percebido como pertencente ao campo das políticas sociais, sendo cada vez mais distanciado da ótica dos direitos sociais.

O discurso jornalístico também se caracteriza, segundo Mariani, (1998) por construir o imaginário social e “didatizar” um modo de ler a realidade. Este discurso “atua na institucionalização social de sentidos, contribuindo na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (*ibidem*, p. 61), intervindo, portanto, nos dizeres já ditos e nos a serem ditos. No caso, o discurso trabalha com a memória do passado quando diz que o plano “era promessa eleitoral de **Dilma**”, como também cristaliza os sentidos do presente, ao atribuir o plano como

“pertencente” à presidente e a partir disso, também constrói a memória do futuro em torno do plano.

Outra importante questão que se repete nos enunciados do *portal G1* e que podemos observar nos grifos da SD41 é a vinculação do Plano Brasil Sem Miséria como “custo”, vide as expressões: “Plano de Dilma contra miséria **custará...**”, “[...] lançado nesta quinta-feira o plano **deve consumir** cerca de...” e “A maior parte dos recursos virá de programas na área social, que **custa** ao Executivo cerca de 16 bilhões de reais por ano”. Com Orlandi (2012) sabemos que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos, sendo assim, ao utilizar a palavra “custo” e não “investimento”, por exemplo, podemos pensar que o sujeito enunciador do discurso associa os valores utilizados nos programas sociais do governo como uma “despesa”. A palavra “custo” em geral é associada a algo que precisa ser “reduzido” e/ou “cortado”. Por outro lado, a palavra “investimento” quase sempre traz uma conotação positiva, sendo também associada ao futuro, no sentido que os “investimentos” realizados hoje podem ser revertidos em ganhos no futuro.

Nessa direção, o *discurso sobre* o plano Brasil Sem Miséria no *portal G1* tem filiações de sentidos com a **posição-sujeito economicista** do discurso institucional, a qual enfatiza que as políticas sociais só se justificam se houver desenvolvimento econômico, associando-as, no caso do *G1*, como sendo onerosas para o Estado.

Pelo olhar discursivo podemos perceber o processo de construção dos sentidos do que é dito e também do que é silenciado. O *não-dito* - aquilo que não é verbalizado, mas que está ali, nas entrelinhas, gerando um silêncio que suspende o entendimento (SILVA, 2008) – das notícias que enfatizam a questão dos valores no desenvolvimento do Plano Brasil Sem Miséria, é que os investimentos na área social no Brasil estão muito aquém do suficiente. Pochmann (2010), em estudos comparativos entre os ministérios, demonstra que nos últimos anos, os gastos sociais em saúde, educação, habitação, saneamento e outros, vinculados ao Ministério de Desenvolvimento Social, os quais possuem maior capacidade de ter impacto estrutural no combate à pobreza, perderam participação para ministérios como o da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nessa direção, autoras como Couto (2015), Behring (2012) e Pereira (2012) consideram premente revisar o padrão vigente de distribuição dos investimentos públicos na área social no país. Contudo, isso fica no nível do não-

dizível no portal *G1*, sobretudo, porque sua posição ideológica tende a articular um discurso de desqualificação das políticas sociais⁹⁰.

A produção das notícias se desenvolve a partir de um jogo de influências, em que estão envolvidas as impressões dos próprios jornalistas, como sujeitos históricos, dos leitores e da linha editorial dominante do jornal (revista, tv, portal, etc.). Mariani (1998) enfatiza que, além desses aspectos, não podemos esquecer de que o que é permitido dizer sempre o é em uma determinada formação social, a qual está afetada pela historicidade. Os sentidos são construídos, também, a partir do lugar no qual a fala do sujeito (enunciador/jornalista) é constituída, que se vale, sobretudo, de relações de força, as quais são sustentadas pelo poder instituído nesses diferentes lugares. No caso, as relações hierarquizadas dentro das redações.

O lugar discursivo do jornalista traz as marcas do lugar social de onde ele provém. Se pensado em relação à figura do jornalista, por meio de convenções do Campo, como por exemplo, a construção do texto em terceira pessoa, ele pretende apagar os resquícios desse lugar social e promover um autodescolamento daquilo que é por ele construído. Essa é uma preocupação do Campo Jornalístico, defendida sob os ideais de imparcialidade e objetividade. O apagamento do lugar social defendido pelos jornalistas, porém, é ilusório. O sujeito acredita que é possível produzir um apagamento do seu lugar social e simula isso em sua discursivização. Tal apagamento, entretanto, é somente efeito, já que sua inscrição em um determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. (SCHWAAB, 2011, p. 75).

O portal *Carta Maior*, por sua vez, também está inserido nas processualidades próprias e constituintes do fazer jornalístico. A partir do *link* “quem somos” podemos pensar acerca da formação imaginária que o portal constitui para si e com quem ele imagina estar fazendo a interlocução.

⁹⁰ Cabe trazer aqui uma crítica acerca da “falta de contexto” da imprensa em geral, ao pautar as políticas sociais brasileiras. Isso se dá em grande parte porque, como pontua Silva (2015, p. 12) na produção das notícias “o fato ou os fatos são tomados sem entorno ou com distorção do entorno”, fazendo com que muitas vezes as notícias não sejam sequer compreendidas. Moraes (2010) enfatiza que, no que tange ao ensino do jornalismo no Brasil, são raros os espaços em que se discutem políticas sociais com os futuros jornalistas, o que pode explicar, em parte, a “falta de contexto” das notícias que abordam as mesmas.

(SD42) A Carta Maior é uma **publicação eletrônica multimídia** que nasceu por ocasião da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro de 2001, em Porto Alegre. A escolha da data não foi casual. **Os princípios editoriais que norteiam nosso trabalho** estão afinados, entre outras coisas, com o **ideário que anima o movimento internacional que deu origem ao Fórum Social Mundial**. Nosso compromisso é **contribuir para desenvolver um sistema de mídia democrática no Brasil e de modo mais amplo, trabalhar pela democratização do Estado brasileiro**, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária. (CARTA MAIOR, 2015).

(SD43) De 2001 para cá, o **portal conquistou o respeito** não apenas do público leitor, **da comunidade acadêmica**, de importantes **setores da política** e de **governos nacionais** e dos **profissionais da área (inclusive da grande imprensa)**, mas se tornou uma **referência obrigatória de cobertura e análise jornalística crítica de fatos e movimentos ignorados ou distorcidos pela chamada grande mídia**. Entre os **colunistas e colaboradores** da Carta Maior, estão **nomes de destaque da intelectualidade brasileira e internacional**, como Emir Sader, Boaventura de Souza Santos, José Luis Fiori, Ignácio Ramonet, Leonardo Boff, Maria da Conceição Tavares, Pascual Serrano, Flávio Aguiar, Laurindo Leal Filho, Márcio Pochmann, Maria Rita Kehl, Venício Lima, entre outros. Atualmente, **a Carta Maior é reproduzida por uma centena de veículos informativos e entidades e organizações sociais acadêmicas**. [...] **Especializada** em temas como **direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos sociais**, um dos principais focos da Carta Maior, em função mesmo de sua origem é o processo do Fórum Social Mundial e de integração da América Latina. (CARTA MAIOR, 2015).

Ao afirmarem que os princípios editoriais que norteiam as publicações estão diretamente relacionados com o ideário do movimento internacional que deu origem ao Fórum Social Mundial⁹¹ e que possuem como compromisso contribuir para o desenvolvimento de um “sistema de mídia democrática no Brasil” é possível dizer que a formação imaginária que o portal constitui para si (assim como a imagem que objetiva passar) é a de uma publicação que se diferencia da “grande imprensa” e de resistência ao poder instituído.

Ao dizerem que, desde 2001, o portal “conquistou respeito” da “comunidade acadêmica”, “de setores da política”, de “governos nacionais” e inclusive da “grande

⁹¹ Conforme define a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, o ideário que norteia as ações do Fórum se configura como um espaço para a reflexão e organização dos que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais. Informações disponíveis em: <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>, acessada em agosto de 2015.

imprensa”, entendemos que esses seriam o público com que o portal imagina estar fazendo a interlocução. Não se trata de um público qualquer, mas “diferenciado”, que busca conteúdo produzido por “nomes de destaque da intelectualidade nacional e internacional”. O que também pode ser percebido ao final do editorial quando definem que a publicação é “especializada”, ou seja, dizem produzir conteúdos através de temas específicos e não gerais. Há, portanto, na formação imaginária que o portal constrói a ideia de que fazem um jornalismo “independente” e/ou “alternativo”, não atrelado a nenhuma grande corporação, passando uma postura de defesa à liberdade de expressão e de democratização dos meios de informação.

Uma característica do portal é o chamado *copyleft*, que se refere à licença aberta, possibilitando a cópia do conteúdo produzido pelo portal sem a cobrança de nenhum valor. Todo o material publicado, desde notícias, artigos dos colunistas até as reportagens especiais, oriundas de todas as editorias⁹², podem ser replicados, na íntegra ou não, por qualquer outro site ou veículo de informação, desde que se credite de onde veio o conteúdo, o que nem sempre ocorre, conforme ressalta o diretor-presidente, Joaquim Ernesto Palhares. Segundo Palhares, como o portal conta com verba de publicidade pública⁹³, o *copyleft* é mantido no portal “porque não se poderia cobrar da sociedade por um conteúdo feito com dinheiro dela própria”⁹⁴.

⁹² As editorias são: Política, Economia, Movimentos Sociais, Cidades, Internacional, Meio Ambiente, Mídia, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Opinião, Fóruns Especiais.

⁹³ Não só o Portal Carta Maior, como grande parte dos portais de notícias brasileiros também recebem verba de publicidade pública, tais como o próprio G1 (Globo.com), Terra, Yahoo, UOL, etc. O portal G1 utiliza o *copyright* em todas as suas publicações, ou seja, é proibida a publicação, a distribuição ou a utilização de qualquer material sem a prévia e expressa autorização das Organizações Globo, sob pena de pagamento de indenização.

⁹⁴ Matéria do site Página 22 (vinculado à Fundação Getúlio Vargas) em que Palhares fala sobre o Copyleft, disponível em: <http://www.pagina22.com.br/2013/07/11/prenda-me-se-for-capaz/>, acessado em setembro de 2015.

Figura 6. Portal carta maior



Fonte: *Printscreen* da página inicial do portal carta maior⁹⁵

Considerando esses aspectos, partimos para análise de notícias publicadas acerca do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria no portal:

(SD44) (02.06.2011) A **presidenta** Dilma Rousseff lançou nesta quinta-feira o **carro-chefe de sua administração, planejado desde a campanha eleitoral de 2010**, o Plano Brasil Sem Miséria, de erradicação da pobreza extrema. Ao anunciar a **intenção de melhorar a vida de 16,2 milhões de pessoas** que sobrevivem com no máximo R\$ 70 mensais, **o governo** tenta deflagrar uma espécie de “mutirão” nacional, em que bota o tema do combate à miséria no topo da agenda brasileira e busca envolver governadores, prefeitos e sociedade civil em sua realização. **O governo fará transferência direta de renda** (Bolsa Família) **para que as pessoas sobrevivam. Levará mais infra-estrutura para elas** (luz, água, esgoto, escola, saúde). **E tentará ajudá-las** (com capacitação profissional, por exemplo) **a se sustentarem por conta própria**. [...] Por trás da lógica tripartite do programa, está a convicção **do governo** de que o Estado tem a obrigação de ir atrás dos seus habitantes mais necessitados, para lhes dar uma vida mais digna. É o que **o governo** está chamando de “busca ativa”. [...] “A luta contra a miséria é, sim, dever do Estado. É, antes de tudo, um dever do Estado” afirmou **a presidenta**. Dilma disse que foram precisos mais de quatro séculos para que o combate à miséria virasse política **de governo, fez referências às realizações sociais do antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva**, e condenou a marginalização dos mais pobres até mesmo em teses acadêmicas. [...] **A presidenta** citou movimentos e autores que contestaram idéias que, ao longo da história, atribuíram a pobreza a “sol, miscigenação, clima tropical e escravidão”, poupando, com isso, políticas públicas adotadas conscientemente por governos passados. Com nome e sobrenome, **Dilma fez questão de citar personalidades** que “reduziram a cinzas, a pó, as teorias fatalistas sobre a pobreza no Brasil” e cujas vozes estariam ecoadas no plano que ela lançava. [...] **Foi o momento mais aplaudido do discurso**. (CARTA MAIOR, 2011).

⁹⁵ Página do portal carta maior, disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/> Acesso em 23 mai. 2015

(SD45) Hoje, há cerca de 70 mil famílias identificadas pelo governo com chances de receber a “Bolsa Verde”, criada no plano de erradicação da pobreza extrema lançado hoje, quinta-feira (02/06), o Plano Brasil Sem Miséria. “[A bolsa] Não é um programa de recuperação de áreas, é de preservação. **É inédito**”, disse a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. [...] As 70 mil famílias potencialmente beneficiadas pela Bolsa Verde moram em áreas de florestas nativas ou dentro de reservas extrativistas. Outras poderão ser encontradas **graças a um “trabalho de inteligência” do governo, segundo Tereza. Todos os bolsistas serão monitorados por satélite, para o governo constatar se estão conservando a vegetação e merecendo o repasse.** O pagamento será de R\$ 300, feito a cada três meses, por meio do cartão do Bolsa Família. O Bolsa Verde é uma das ações de “inclusão produtiva” destinadas à zona rural no plano Brasil Sem Miséria.[...] **O governo** anunciou também que vai distribuir sementes de graça para 253 mil famílias. (CARTA MAIOR, 2011).

(SD46) (02.06.2011). Título: Contra pobreza infantil, Bolsa Família abre-se a quem tem 5 filhos. **O governo** vai alterar a lei do Bolsa Família. A mudança no Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, lançado nesta quinta-feira (02/06) para tirar 16,2 milhões de pessoas da pobreza extrema. [...] É a primeira vez que ocorre uma modificação deste tipo no programa social mais importante **do governo federal**, desde que a lei que o criou foi assinada pelo ex-presidente Lula em 2004. [...] A nova regra implicará investimento adicional **do governo** de R\$ 500 milhões por ano. “Essa é uma decisão fundamental e estratégica. A pobreza infantil é assustadora”, disse a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Segundo dados trazidos pela ministra, 39% dos 16 milhões de miseráveis têm até 14 anos. O Plano Brasil Sem Miséria também planeja incluir no Bolsa Família, **como Carta Maior havia antecipado**, 800 mil famílias que o Ministério do Desenvolvimento Social acredita ter direito ao benefício, mas que, até agora, não foram achadas pelo Estado brasileiro. A “descoberta” dessas pessoas se dará, segundo Tereza Campello, por meio do cruzamento do cadastro único do Bolsa Família com outras bases de dados oficiais. (CARTA MAIOR, 2011).

O que podemos perceber de imediato nas sequências discursivas acima é que o *modo de dizer sobre* o plano no portal *Carta Maior* é distinto do *portal G1*. Algumas marcas discursivas dessa distinção podem ser observadas através do uso de determinadas designações, como “presidenta” (tal qual o discurso institucional utiliza e diferente do *G1* que usa “presidente”). Além disso, há também um processo parafrástico que produz o *efeito* de demarcar o plano como pertencente ao “governo” (diferente do *G1* que ressalta o plano como pertencente à Dilma), vide os grifos: “**O governo** vai alterar...”, “A convicção do **governo**...”, “**O governo** anunciou...”, “**O governo** fará transferência”, “É o que o **governo** está chamando...”, etc. Mesmo trazendo partes das falas da presidente e da ministra de Desenvolvimento Social, Tereza Campello, o sujeito enunciador visa a enfatizar que, sobretudo, é um governo que está por trás do plano

Outra marca discursiva que irrompe nas notícias no *Carta Maior* é citar de forma direta ou indireta o que foi dito pela presidente, bem como pela ministra (o que

confere veracidade ao discurso, posto que são autoridades máximas do governo), o que na nossa interpretação, produz um *efeito* de dar mais enfoque ao governo em comparação ao *G1*. As partes das falas elencadas pelo sujeito enunciador para compor as notícias, contudo, não são aleatórias.

Na SD45, por exemplo, a fala da ministra escolhida para explicar o Bolsa Verde é: “Não é um programa de recuperação de áreas, é de preservação. **É inédito**”, o que confere inovação ao plano, configurando como algo que não havia sido feito ainda pelos governos anteriores. Nessa mesma SD, quando se menciona como outras famílias poderão ser encontradas se diz: “...**graças a um trabalho de inteligência do governo, segundo Tereza**”, ou seja, utiliza-se parte do discurso da ministra de forma indireta, evidenciando os investimentos do governo em tecnologia para o desenvolvimento dos programas que compõem o plano.

Já na SD44, também se utiliza de forma indireta falas da presidente: “A presidente Dilma lançou nesta quinta-feira **o carro-chefe de sua administração, planejado desde a campanha eleitoral de 2010**, o Plano Brasil Sem Miséria”, como também, “Dilma disse que foram precisos mais de quatro séculos para que o combate à miséria virasse política de governo e **fez referências a Luiz Inácio Lula da Silva...**” e “Com nome e sobrenome, **Dilma fez questão de citar personalidades...**”, sendo que a notícia foi finalizada com a seguinte frase: “**Foi o momento mais aplaudido do discurso**”.

O que observamos através desses recortes discursivos é que são utilizadas expressões que favorecem a imagem do plano e conseqüentemente do governo que está por trás dele. Ao dizer que ele foi “planejado desde 2010” (e não lançado “para cumprir promessa de campanha”, como utilizou o *G1*), ao fazer referência ao ex-presidente Lula, através da fala indireta de Dilma e terminar a notícia dizendo que o discurso da presidente foi aplaudido, o que interpretamos é que o sujeito enunciador do discurso visa enaltecer o plano, legitimá-lo. Em outras palavras, consideramos que o *Carta Maior* dá mais ênfase/visibilidade ao governo, produzindo, assim *efeitos de sentido* promissores em torno do plano.

O discurso jornalístico traz um *efeito* de recorte natural, lógico e provável sobre o tema que apresenta (SCHWAAB, 2011). O que torna possível a compreensão dos “feixes de sentidos”, segundo Gregolin (2005, p. 5) é a existência de um conjunto de configurações textuais que permite visualizar, no interior da dispersão do *arquivo*,

“momentos de regularidades, de sistematicidades que – embora instáveis – permitem a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico”.

Nessa direção, Pêcheux (1988, p. 45) pontua que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...] mas, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”. Desse modo, é importante destacar o contexto sócio-histórico e político desse período, o qual faz parte das condições de produção do discurso do portal *Carta Maior*.

Após dois mandatos do Partido dos Trabalhadores na presidência da república (2002 -2010), tanto a estratégia política neodesenvolvimentista, como o próprio partido começam a se desgastar, sobretudo, devido às consequências da crise econômica mundial, agravada em 2008. Segundo Alves (2014), o neodesenvolvimentismo da década de 2000, ou seja, durante os governos Lula, foi beneficiado devido à conjuntura favorável da economia mundial baseada, por exemplo, na bolha financeira e valorização das *commodities*. Na medida em que a economia brasileira crescia, reduzia-se o conflito redistributivo entre as classes que compunham a própria frente do neodesenvolvimentismo, o que forneceu impulso político, não apenas para Lula se reeleger, como também, em 2010, eleger a sucessora Dilma Rousseff.

Contudo, a conjuntura da economia mundial se inverteu na década de 2010, a bolha financeira estourou em 2008 e o preço das *commodities* despencaram no mercado mundial.

Esse é o ponto significativo de inflexão da conjuntura que demarcará os limites do neodesenvolvimentismo nos governos Dilma. A crise financeira de 2008 alterou a dinâmica da conjuntura da economia mundial e prolongou-se, com diferentes modulações, na década seguinte, arrastando-se num longo depresso nas economias centrais (tal como a crise de 1929). No núcleo orgânico do sistema mundial do capital, emergiu em 2010, com vigor, a crise da União Européia, impulsionada depois pelas medidas de austeridades neoliberais propostas pela Troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Européia), atingindo principalmente, os países do sul da Europa, aumentando o desemprego e a pobreza social, desmontando os rudimentos de *Welfare State* construídos na era dourada do capitalismo central. (ALVES, 2014, p.7).

Desse modo, as perspectivas da segunda metade da década de 2010 não eram promissoras, sendo que para Alves (2014) até hoje não existe um horizonte de retomada da crise do capitalismo global, o que impôs grandes dificuldades para o

segundo governo Dilma, que herdou os limites do neodesenvolvimentismo. Internamente, o bloco de poder do capital no Brasil se rearticulou na década de 2010 buscando “não apenas desgastar e implodir a frente neodesenvolvimentista, mas – no interior da própria frente política do neodesenvolvimentista – a grande burguesia interna busca isolar e derrotar os setores populares no interior da frente política”. (ALVES, 2014, p. 13). Sendo assim, o partido e o governo que apoiam a frente também se enfraqueceram a partir dessa conjuntura.

O portal *Carta Maior* se referencia como uma publicação eletrônica multimídia que se “propõem a ser um espaço de **reflexão da esquerda** e que não renuncia a **interdependência entre socialismo e democracia**”, o que vai ao encontro do que o PT⁹⁶ também diz defender. Existe desse modo, uma relação de sentidos entre a formação imaginária que o portal *Carta Maior* faz de si com a imagem que o partido desde sua origem assume⁹⁷. Talvez seja por isso que o *discurso sobre* o plano no portal em análise tende a um posicionamento ideológico que visa a enaltecer o governo, posto que articula uma postura parecida com o que o partido, em seus primórdios, buscava operar. E tendo em vista a conjuntura sócio-histórica e política à época do lançamento do plano (início do desgaste do governo), o *modo de dizer* do *Carta Maior* desliza para uma quase imperceptível defesa do governo em vigência.

A produção e a circulação de sentidos estão relacionadas a uma discursividade regida por dizeres e sentidos já postos e, nesse movimento, o discurso jornalístico tem lugar privilegiado. O que observamos no jogo discursivo do *Carta Maior*, é que - ao se afirmarem como um portal que se contrapõe à globalização neoliberal e comprometido com o desenvolvimento de um sistema de mídia democrática - esse desejo de clareza e de evidenciar de que lado estão “faz parte da encenação retórica de advogar a transparência, praticando assim o apagamento, o silenciamento dos outros sentidos possíveis” (ORLANDI, 2001, pág. 144). Nessa direção, a própria relação de sentidos com o governo em vigência é silenciada, não é transparente no

⁹⁶ Segundo o site do PT, o partido foi formado por militantes de oposição à ditadura militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980. O partido se originou da aproximação entre os movimentos sindicais da região do ABC, que organizaram grandes greves entre 1978 e 1980, e militantes antigos da esquerda brasileira, entre eles ex-presos políticos e exilados que tiveram seus direitos devolvidos pela lei da anistia. Desde a fundação e o registro do PT em 1982, o partido assumiu **a defesa do socialismo democrático**. Informações retiradas e disponíveis em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/> Acessado em 12 de setembro de 2015 (grifos nossos).

⁹⁷ Cabe destacar que o enfoque, aqui, não é discutir o que seria ser de esquerda e/ou de direita e nem como, o PT, desde sua fundação se posiciona, mas sim observar as possíveis relações de sentidos existentes entre o portal em análise e o partido.

discurso do portal em análise, mas emerge através de deslizamentos de sentidos que revelam seu posicionamento ideológico, lembrando que ideologia para a AD, “se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa” (ORLANDI, 2012, p. 96).

Podemos dizer, assim, que há coisas a serem ditas e outras que não podem ser ditas e são ocultadas no interior de uma conjuntura social. Esse “regulador discursivo”, como demarca Orlandi (2012) está sempre associado à memória discursiva dos interlocutores: o que já foi dito em outros lugares, o que nunca foi dito e o que é possível de se dizer.

Os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2012, p. 30).

A partir disso, podemos observar como o sujeito enunciador também situa o governo numa posição de o “grande salvador” dos pobres, especialmente nos grifos da SD44, por exemplo, quando diz: “**O governo fará transferência direta de renda para que as pessoas sobrevivam. Levará mais infraestrutura para elas...**”. E **tentará ajudá-las com capacitação....**”, “[...] **para lhes dar uma vida mais digna**”. Esse *modo de dizer* também ressalta que o governo está de um lado (cheio de boas intenções⁹⁸) e os pobres de outro (esperando para serem salvos), o que não deixa de ter filiações de sentido com a **posição-sujeito conservadorista** do discurso institucional, pois o que se reforça nesse discurso é o pobre sendo controlado, instrumentalizado (através de capacitação para o trabalho) e passivo, à espera do “governo” para lhe salvar e lhe dar uma vida mais digna.

Essa mesma lógica conservadorista é acentuada na SD45, quando é explicado de que forma será feito o controle dos beneficiários do Bolsa Verde: “**Todos os bolsistas serão monitorados por satélite, para o governo constatar se estão conservando a vegetação**”. A palavra “monitorado”, vale destacar, não é utilizada no

⁹⁸ Nessa mesma SD, também grifamos: “Ao anunciar a intenção de melhorar a vida de 16,2 milhões de pessoas...”, ou seja, o sujeito enunciador enfatiza o quanto o governo está bem intencionado.

discurso institucional do plano quando o mesmo se refere às contrapartidas dos beneficiários, sendo que ao ser usada no discurso jornalístico, o que se intensifica é a lógica de inspeção e fiscalização em torno do comportamento do sujeito empobrecido, o qual será “vigiado”, reforçando, assim, o estigma da subalternidade, da submissão e da subordinação, que há séculos permanece no combate à pobreza.

Outra marca discursiva do portal é se autorreferenciar nos textos, como na N6-SD46: “O Plano Brasil Sem Miséria também planeja incluir no Bolsa Família, **como Carta Maior havia antecipado**, 800 mil famílias...” . No portal, a mesma parte que grifamos no recorte discursivo também o é, sendo que nela há um *hiperlink* que dá acesso à notícia anteriormente publicada, que comprova o que o portal “havia antecipado”. Consideramos que essa autorreferência visa a produzir um *efeito de verdade e credibilidade*, o que é uma característica própria do campo jornalístico. Mariani (1998, p. 112) argumenta que o funcionamento do discurso jornalístico procura não só convencer, como também assume para si a tarefa de desambiguar o mundo ao construir “modelos de compreensão da realidade”. Produz-se assim um *efeito* de neutralidade, fazendo com que a mediação dos fatos tenha um caráter indiscutível. Essa neutralidade, a partir da qual o discurso jornalístico imagina falar, traveste o viés político, a tomada de posição, “conferindo àquilo que diz o *status* de transmissão fiel dos fatos, de tradução exata de falas e ações e, por isso, a verdade pura e incontestável”.

No recorte discursivo abaixo, o sujeito enunciador novamente utiliza da estratégia discursiva de se autorreferenciar como produtor de um jornalismo que antecipou o que hoje está acontecendo: “[...] porque, **segundo Carta Maior apurou...**”. Trata-se de uma notícia publicada após seis meses de lançamento do plano, articulando de novo, de forma indireta e direta partes de falas da ministra do Desenvolvimento Social e de Dilma (inclusive dando voz para a presidente se defender da imprensa, a qual começa a acusá-la - e seu governo - com mais afinco a partir desse período).

(SD47) (19.12.2011) **Menina dos olhos da presidenta Dilma Rousseff, o Plano Brasil Sem Miséria**, lançado há seis meses com o objetivo de acabar com a pobreza extrema até 2014, **termina o ano tendo batido a meta que o governo se impôs** para 2011 em um dos tripés do projeto, a transferência de renda. [...] **O cumprimento de metade da meta** global em seis meses **reforçou o otimismo do governo**, que celebrou a conquista em um evento de balanço do programa nesta sexta-feira (16), em Brasília. [...] Antes de participar do evento, **Dilma receberá cerca de 50 jornalistas para um café da manhã** de

confraternização de fim de ano e, nele, havia demonstrado certa curiosidade sobre como o balanço seria noticiado pela imprensa após o evento. **Depois de um ano participando de eventos como presidenta, Dilma contou ter notado que “é como se houvesse dois Brasis”. Um do governo, que faz anúncios e lança programas, outro dos jornais, que privilegiam denúncias. “Obviamente que escândalo vende mais jornal”, dissera.** Outros resultados do plano: o governo enfatizou a superação da meta na área da transferência de renda, durante o balanço, **porque, segundo Carta Maior apurou, é a parte do tripé com mais resultados efetivos este ano.** As outras dimensões – inclusão produtiva e acesso a serviços – exigiriam mais tempo para se concretizar e mais articulação entre áreas do próprio governo. Mesmo assim, **a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, afirmou que, além da inclusão de mais 407 mil famílias, o Programa beneficiará mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes** que passaram a receber o Bolsa Família, a partir da ampliação de três para cinco o número de filhos que poderia ser beneficiados por família. [...] **92 mil nutrízes e 25 mil gestantes agora têm acesso** ao benefício. Outras **9,2 mil famílias já receberam a primeira parcela do Bolsa Verde**, programa que visa a conservação ambiental e, **até janeiro, outras 6,8 mil também serão contempladas com a bolsa de R\$ 300.** Na área rural, **o Brasil Sem Miséria garantiu assistência técnica para 37 mil famílias, que poderão** receber crédito para fomento de R\$ 2,4 mil, em três parcelas, a fundo perdido. As **duas mil famílias que serão as primeiras beneficiárias já terão o crédito liberado em janeiro. 82 mil famílias também foram incluídas no Programa de Aquisição de Alimentos.** O programa **água para todos garantiu 315 mil cisternas** para pequenos agricultores pobres do semi-árido. Em relação à inclusão produtiva urbana, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**Pronatec**) **destinou 71 mil vagas em cursos de formação em 160 municípios**, nas áreas de construção civil, serviços, hotelaria, comércio, indústria, bares e restaurantes e cuidados com idosos, entre outros. (CARTA MAIOR, 2011).

Nessa última notícia em análise, conforme os grifos, são trazidos os números e as metas alcançadas dos primeiros meses de desenvolvimento do plano, bem como as que ainda se pretende atingir, jogando com a questão da temporalidade, como podemos perceber no uso dos verbos em diferentes tempos. O discurso jornalístico, enquanto prática social, segundo Mariani (1993, p. 33) funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: “capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões”, números, pesquisas, e ao mesmo tempo em que “lê o presente” também organiza um futuro, legitimando, enquanto passado, uma memória.

Retomamos, por fim, a noção de *facticidade*, proposta por Decca (2007), mas agora, pensada através do discurso jornalístico. No recorte acima, o sujeito enunciativo traz, basicamente, os números e as metas do plano divulgadas pelo próprio governo. Há, aqui, portanto, também uma *ambição de facticidade*, mediante a publicação de estatísticas oficiais, através de um rigor positivista, como traz Pêcheux (2012), que ao se apoiar nas ciências exatas procura “homogeneizar o real”. Na análise do discurso institucional questionamos que, ao disputar a *facticidade*, o sujeito daquele discurso produz *efeitos de sentidos* em torno da noção de pobreza

fundamentados nos fatos estabelecidos por ele próprio (governo), lembrando que todo o fato já é uma interpretação.

O que podemos pensar, aqui, é que esses mesmos números e metas, ao passarem de um discurso institucional para um discurso jornalístico, ou melhor, ao serem ressignificados em outro campo de referência discursiva, tornam-se ainda mais verossímeis, posto que estão sendo mobilizados no interior de um discurso que constrói um *efeito de verdade*, que busca o convencimento e que tem, sobretudo, a credibilidade como horizonte, já que é da natureza do jornalismo fazer crer.

Dessa forma, o portal *Carta Maior*, apesar de se colocar como uma publicação que visa a produzir conteúdo jornalístico crítico, acaba por reproduzir “mais do mesmo” ou, no mínimo, muito parecido com o discurso institucional do Plano Brasil Sem Miséria. Temos aí esboçado o que Bourdieu (1997) chamou de: “Circulação Circular da Informação”. O autor utiliza essa expressão como forma de assinalar o quanto os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita.

As diferenças mais evidentes, ligadas, sobretudo à coloração política dos jornais (que de resto, é preciso dizê-lo, se descolorem cada vez mais...), ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições impostas pelas fontes e por toda uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a lógica da concorrência. Diz-se sempre, em nome do credo neoliberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho nada contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, ela homogeneiza. [...] as capas dos semanários são mais ou menos as mesmas, só a ordem das informações muda. (BOURDIEU, 1997, p. 34).

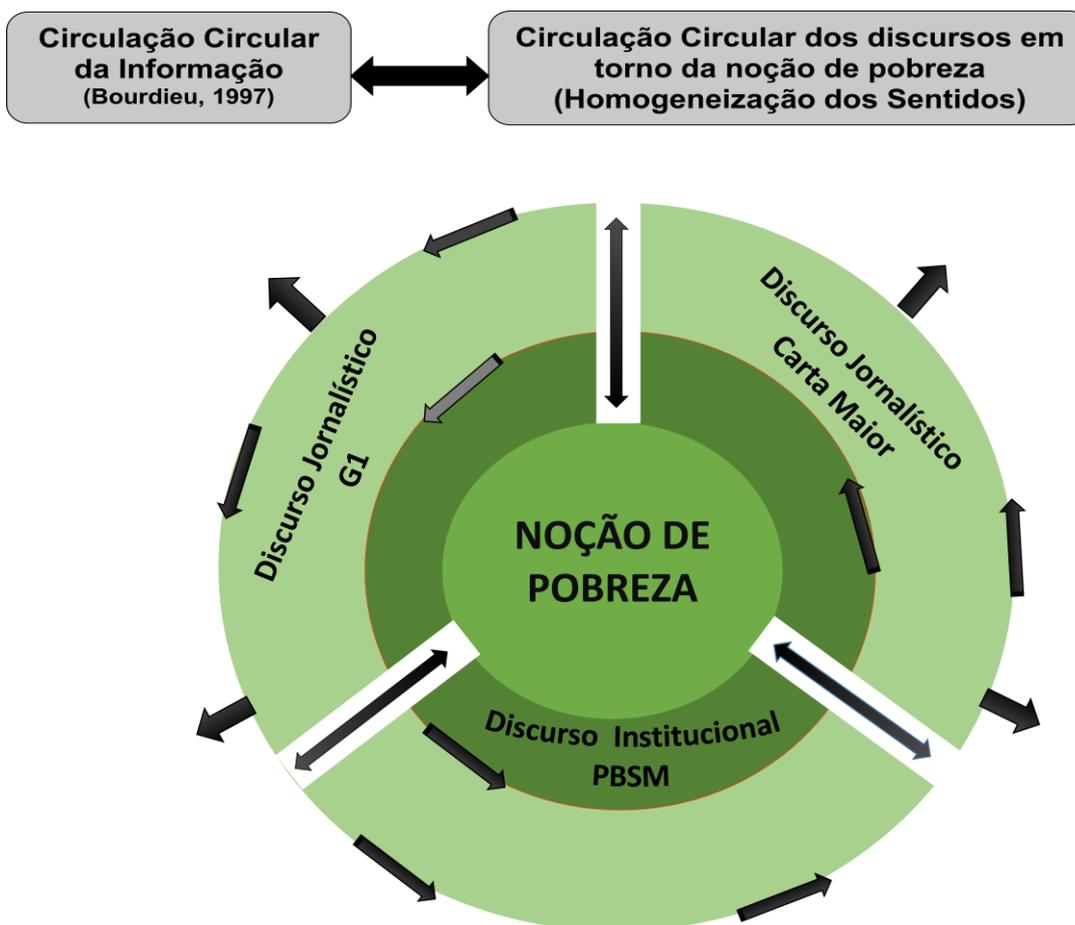
No contexto da produção da notícia, o que Bourdieu (1997, p. 36) enfatiza é que “para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros já disseram”, ou seja, esse jogo de espelho mútuo em que jornalistas se refletem e se leem uns aos outros, “produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental”. A força de fechamento desse círculo vicioso da informação é bastante forte, sendo que só é rompido quando se produz um “choque” que interesse ao conjunto da mídia e que poderá ser reforçado pelo efeito de concorrência⁹⁹.

A partir desse entendimento, podemos ressignificar a expressão do autor e dizer que o que há em jogo é também uma “Circulação Circular dos Discursos em

⁹⁹ Bourdieu está analisando nessa obra a televisão, dessa forma, suas análises giram em torno da questão da audiência ter se tornado a grande busca do jornalismo.

torno da noção de pobreza”. Nesse círculo, o discurso institucional e o discurso jornalístico se imbricam na produção dos sentidos em torno da noção de pobreza, e assim como se homogeneízam sentidos, também se abrem brechas para a entrada de sentidos outros.

Figura 7. Circulação dos discursos



Fonte: Elaborado pela autora

A figura acima ilustra a reflexão final: no núcleo do círculo temos a **noção de pobreza**, que é o eixo da nossa discussão; na primeira circunferência é situado o **discurso institucional**, que articula a *língua de Estado* e que se apresenta como legítima porque foi eleita. Na outra esfera temos o **discurso jornalístico**, que se faz crer como transparente, que busca convencer e tem a pretensão de desambiguar o mundo. Por entre elas, há brechas em que sentidos transcorrem. O discurso institucional “alimenta” o discurso jornalístico, posto que é a fonte oficial para o seu *dizer sobre*, sendo deste último, que os sentidos saem das margens do círculo (não somente dele, mas sobretudo). Por isso, a esfera do discurso jornalístico é mais

ampla do que a do discurso institucional, pois é a partir dele que os sentidos ecoam de forma mais abrangente, contribuindo para a constituição do imaginário social da pobreza. Por fim, o discurso institucional está mais perto do núcleo do círculo, pois é dele que emergem os sentidos, que estão dando sentido às políticas sociais brasileiras, as quais, em última análise, - e consideradas enquanto discurso -, orbitam a noção de pobreza na sociedade contemporânea brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar acerca da noção de pobreza e dos diferentes sentidos atribuídos a ela na sociedade atual possibilitou apreendermos alguns dos processos relacionados à sua produção e reprodução. A partir da análise de algumas das principais formas de enfrentamento à pobreza, (re) inventadas e (re) criadas ao longo dos tempos, sobretudo para mantê-la, percebemos o quanto, ainda, a constituição dos discursos em torno da noção projetam, imaginariamente, uma realidade em que as relações sociais entre as classes sejam quase sempre entendidas como domesticadas.

As condições sócio-históricas mudam e a pobreza permanece sendo relegada - no que se refere às políticas para seu combate - ao campo do não direito. Esse distanciamento, ou melhor, esse *não-dito* de que políticas sociais são direitos, conservado pelos discursos dos próprios governos, endossa o caráter assistencialista das políticas, característica essa, vale lembrar, que se mantém ao longo da história da América Latina.

O que nos leva a outra reflexão: como uma política que se diz de “última geração”, como o Bolsa Família muitas vezes já foi referenciado e também o próprio Plano Brasil Sem Miséria, se contenta em resgatar os pobres, mas não necessariamente, impedir que novas pessoas entrem/nasçam na pobreza?

O Plano Brasil Sem Miséria, não podemos negar, trata-se de um programa que foi elaborado e é desenvolvido através de uma perspectiva que leva em consideração a pobreza de um modo mais amplo, podemos dizer, posto que se propõe não somente a garantir uma renda básica (mesmo que mínima), como também articula uma série de outras políticas, as quais, mesmo que de maneira pontual e muitas vezes controladoras, efetivam alguns direitos sociais. Ao mesmo tempo, reiteramos que o discurso institucional do plano não traz nenhuma discussão a respeito dos aspectos estruturais geradores da pobreza. Diz-se muito em distribuir renda, de que é possível, no Brasil, distribuí-la aos mais pobres e continuar crescendo economicamente. Mas não se enuncia a possibilidade em distribuição de riquezas.

Nesse sentido, o Plano Brasil Sem Miséria talvez seja o retrato ou emoldure as reformas estruturais que não foram feitas durante os últimos governos, posto que ele surgiu no interior do *neodesenvolvimentista* que hoje já sofre com seu esgotamento, mas que, mesmo assim, deixa um legado ideológico, através de premissas como a de

que “o sucesso” é responsabilidade de cada um, de que o “empreendedorismo”, o qual ironicamente traz Alves (2014, p. 12) como sendo umas das “teologias¹⁰⁰” defendidas nesse “novo” modo de desenvolvimento capitalista, é aquilo que irá nos fornecer a salvação imediata, mediante nossa iniciativa pessoal. Nessa direção, o “inferno dessa teologia é o fracasso financeiro e pessoal” é o não ter inovado, não ter empreendido, o que opera o mecanismo ideológico da auto culpabilização da vítima: “se eu fracassei a culpa é minha”. E nos leva a refletir em como, hoje mais do que em outros tempos, ser pobre é ser sentenciado como aquele que não se motivou o suficiente e que, por isso, fracassou.

Nessa direção, é imprescindível a compreensão da formação social capitalista, de suas nuances e mutações, pois a partir delas que podem emergir algumas explicações, especialmente no que tange às causas estruturais da pobreza. Na busca por investigar a noção de pobreza foi preciso não só entender com mais clareza a dinâmica do capitalismo, como também a de classes sociais e dos interesses que conduzem a ação do Estado. Foi o que tentamos empreender através de uma perspectiva discursiva.

A pobreza não é um resquício das sociedades pré-capitalistas ou um produto de um insuficiente desenvolvimento econômico, como durante muito tempo (e talvez até ainda hoje) se acreditou. “Ela é um produto necessário ao modo de produção capitalista”, e inclusive, importante destacar, aqui, ela é também “desigualdade social na distribuição da riqueza socialmente produzida, é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política” (SILVA, 2010, p.157). É bom lembrar, nesse contexto, que na contemporaneidade, a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata.

A pobreza, como bem resume Yazbek (2012), é um *não-lugar* e, nele, ninguém escolhe estar. Não se decide por não acessar direitos sociais, pela indiferença, pela subalternidade. Acreditamos que o principal *não-dito* deste *não-lugar* é que, no modo de produção capitalista em que vivemos, a dinâmica que produz a riqueza é a mesma que produz a pobreza à revelia de qualquer consideração pela justiça social ou pela distribuição equitativa da riqueza produzida. (SIQUEIRA, 2013). Pobreza e capitalismo, portanto, estão interligados, andam de mãos atadas.

¹⁰⁰ Há, também, para o autor, as “teologias da auto-ajuda”, “do consumo de marcas” e “da prosperidade”.

Nesse processo, quem se entrelaça também é a pobreza e a desigualdade. Essa última, contudo, é silenciada do(s)/no(s) discursos das políticas sociais, ou seja, podemos pensar que sua noção, talvez, seja ainda mais naturalizada que a própria noção de pobreza no Brasil. Afinal, quantas vezes já ouvimos: “desigualdade no Brasil é secular” ou “a desigualdade faz parte de nossa sociedade”. É nesse sentido que é premente que as políticas sociais de combate à pobreza concedam prioridade à redução da desigualdade, pois para discutir a pobreza (e de fato combatê-la) temos que discutir (e combater) a desigualdade.

Através da compreensão da *política do silêncio* em AD, podemos dizer que muito se diz sobre a pobreza, mas se silencia muito mais, pois como a AD pressupõe, há um real da língua, que diz respeito ao impossível de ser dito, à falha, à equivocidade, à própria falta de palavras diante da necessidade de dizer e silenciar. Silêncio também é discurso. (ORLANDI, 2010). É através dos silenciamentos que as políticas sociais não são compreendidas como direitos e isso ocorre tendo em vista a inscrição da língua na história, de discursos das/nas próprias políticas sociais, que hoje estão, talvez mais do que em outras épocas, atravessadas e imbuídas de um pensamento conservador¹⁰¹. As políticas sociais de combate à pobreza, no Brasil, aderiram a esse pensamento e elas têm importante repercussão político ideológica, ainda mais quando pensadas enquanto discurso.

Pensando, ainda, na *política do silêncio*, importante relacioná-la, aqui, com as questões acerca da riqueza, pois numa sociedade com um grande número de pessoas vivendo em situação de pobreza como a brasileira, a riqueza é uma faceta ainda pouco explorada. Perguntas como a que faz Pochmann et al (2005, p.12): “Quem são os ricos e onde eles estão? Qual a origem e destinação de sua riqueza? Qual o montante e a composição dela? Como ela é apropriada e consumida?” necessitam ser feitas. O caráter hermético das informações pessoais dos que detêm a riqueza socialmente produzida é um exemplo importante de como se trata a questão dos direitos sociais e individuais dos que detêm recursos, comparados com a dos que estão marginalizados da divisão justa da riqueza produzida.

No que se refere à crença no crescimento econômico como o provedor das mudanças sociais no país, essa já deveria ter sido ultrapassada há muito tempo, pois

¹⁰¹ Entendido, aqui, *grosso modo*, como tendência da conotação conservadora em política à obediência a interesses privados, normalmente ocultos os semiocultos, sendo encarado como procurando a simples manutenção de um *status quo*.

o Brasil cresce e decresce economicamente, passa por variações econômicas a todo o momento, mas o que permanece, silenciosamente, são seus excluídos sociais.

Através da AD, a qual promoveu uma ruptura nas estruturas que fixavam os estudos da linguagem, conseguimos trabalhar com a textualização do político e com isso compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas nos discursos que analisamos. “[...] a Análise de Discurso que ele (Pêcheux) propõe levanta questões para a Linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui, e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais questionando a transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam” (ORLANDI, 2005, p. 10). Foi através desse horizonte que buscamos trabalhar com a AD ao longo da tese, procurando deslocar os encadeamentos lógicos da linguagem para vermos não somente o que está por trás ou nas entrelinhas, mas sobretudo, para apreendermos os possíveis sentidos em torno da noção de pobreza, os quais emergiram da materialidade discursiva analisada.

Através da incursão no discurso institucional do Plano Brasil Sem Miséria, o qual mobiliza a *língua de Estado*, essa que é permeada e se articula através de relações de força (e de poder), compreendemos como “um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política” (PÊCHEUX, 1993, p. 77). Ter perpassado por alguns dos possíveis *ditos* e *não-ditos* do discurso institucional, bem como do discurso jornalístico, nos fez perceber o quanto o dizer tem relação com o não dizer e que há toda uma margem de *não-ditos* que também constituem modos de dizer e de constituir sentidos.

Dessa forma, ter trabalhado com a AD no interior do campo do Serviço Social foi uma tarefa complexa, mas ao mesmo tempo, profícua. Tendo em vista a importância que se situa o Serviço Social dentro das Ciências Sociais Aplicadas, que lhe confere um caráter profissional voltado para a operacionalização prática dos conhecimentos produzidos, a discussão realizada nesta pesquisa pela perspectiva discursiva pode vir a contribuir para a complexificação das intervenções a serem realizadas pelo assistente social, como já pontuou Eidelwein (2009).

Não podemos fugir da assertiva de Netto (2007, p. 156) que o que não mudou é justamente aquilo que responde pela permanência da pobreza, “a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada na acumulação capitalista – por isso mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua lei geral, continuam operantes”.

Acreditamos, contudo, que a pobreza é um fenômeno histórico e socialmente construído, e por isso mesmo, historicamente superável, pois onde há sujeito, há resistência.

E como que se fossemos concluir, podemos retomar, aqui, a pergunta que deu título à tese: *o fim da miséria é só um começo?* Pode ser que tenha sido ou que está sendo o começo da pobreza para os miseráveis do Brasil, mas o que não sabemos ainda prever é quando poderemos dizer que “o fim da pobreza é só um começo”. E assim como “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1988, p. 301), também não há plano (Brasil Sem Miséria) que seja perfeito, não há planos perfeitos, os planos falham, deixam brechas, deslizam e se contradizem. A única certeza que temos, agora, é o fim deste trabalho, o qual pode ser considerado não como um fim em si mesmo, mas como um (re) começo para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. (Org.). Memória e Produção discursiva do sentido. In.: **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AGUSTINI, Carmen. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 303- 312.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e estado neoliberal no Brasil. **Blog da Boi tempo**, São Paulo, 02 dez. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. O mal-estar do neodesenvolvimentismo. **Blog da Boi tempo**, São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1974.

ARAÚJO, Luiz Antônio. **Paisagens Obsessivas – O discurso orientalista nas revistas semanais de informação**. Dissertação (Mestrado em comunicação e informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento Mundial: A pobreza. Washington, D.C: Banco Mundial. 1990.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012. 152 p.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete, SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos e MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p.13-33.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectiva de enunciação: uma abordagem metodológica. UFRGS - Lume Repositório digital, **Porto Alegre**, v.1, n. 14, p. 1-11 jan/jul 2006. Disponível em:<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26572?locale=pt_BR>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. *Líbero - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo*, v.10, n. 20, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/4644>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BERGER, Christa. **Em torno do discurso jornalístico**. O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1996.

BOITO, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum econômico FGV**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015

BORGES, Ângela, KRAYCHET, Elsa Sousa. Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. **Caderno CRH**, Salvador, v.20, n.50, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 19 out. 2015.

BUENO, Marina. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 33-46 out. 2009. Disponível em: <http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/>. Acesso em: 17 set. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CAMPOS, Thiago Manchini. **Os sentidos da pobreza: estado, mercado e ciência em palavras e fotografias**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos e Linguagem. Campinas, São Paulo, 2013.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista serviço social e sociedade**. São Paulo, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014

CAZARIN, Ana Ercília. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. A Migração do discurso de Lula de uma para outra posição-sujeito. **Cadernos de Letras da UFF, Niterói** n. 32, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/32/artigo1.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2015

_____. Posição Sujeito: Um espaço enunciativo heterogêneo. In.: **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 109-121.

COURTINE, JJ. Entrevista publicada na ORGANON. **Organon**, Porto Alegre, nº 48, p.1 – 280 jan/jun, 2010. Disponível em:<
<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. Entrevista na IHU. Por uma política social pública. A luta contra uma assistência social considerada como mero sistema gerencial. [27 set. 2015]. Entrevistador: IHU online. São Leopoldo: Instituto Humanas Unisinos.

DAVALLON, Jean et. al. (Org.). A imagem, uma arte de memória?. In.: **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

DECCA, Edgar De. História, Memória e Interpretação. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 47 – 56.

DELA-SILVA. Silmara Cristina. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. In: IV SEAD – SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: UFRGS, 2009.

DIAS, Cristiane. Telecentros como políticas públicas. In.: ORLANDI, Eni Puccinelli, **Discurso e Políticas Públicas Urbanas – A fabricação do Consenso**. Campinas: Ed. RG, 2010.

EIDELWEIN, Karen. **Economia solidária: a produção dos sujeitos (des)necessários**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva . **O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973)**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

FALCÃO, Tiago. **A linha de extrema pobreza e o público-alvo do plano Brasil sem miséria**. Brasília, 2015. Disponível em:<
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/>. Acesso em: 12 out. 2015

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: Da amiguidade ao equívoco**. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. **Apresentação**. In: Glossário de termos do discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.5-7.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Memória discursiva em funcionamento. In.: ROMÃO, L.M.S e CORREA. F. S. **Conceitos Discursivos em Rede**. Ed.: Pedro e João Editores, 2012.

_____. O caráter singular da língua na análise do discurso. **Organon - Revista do Instituto de Letras (UFRGS)**, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30023/18619>. Acessado em: 13 de maio 2014.

_____. O caráter singular da língua na análise do discurso. IN.: **Revista Organon**, UFRGS, v.17, n.35, p.189–200, 2003. Disponível em:< file:///R:/Downloads/30023-116352-1-SM%20(2).pdf >. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

FILHO, Cyro. Os pobres na idade média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:< <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewArticle/567>>. Acesso em: 05 set. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.18º Edição. 2003.

FUCHS, Catherine e PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET. F. e HAK. T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

GADET. F. e HAK. T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

GALLI, Fernanda Correa Silveira e ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Eu estou grávida de quatro meses e nosso bebê já tem mais amigos no facebook do que a gente – efeitos de sentido em cartuns: sujeito e consumo da/na rede eletrônica. **Revista Rua**, Campinas, n.19, v. 2, 2013. Disponível em:< <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=203&pagina=7>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: Mídia e produção de identidades. In: II SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO – SEAD, 2005, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, Sujeito e História: com o que sonha nossa vã filosofia? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2 ed. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2003.

GUIMARAES, Gleny T. D.; ORTH, Thiana e REIS, Patrícia. Políticas Públicas e o Enfrentamento à Pobreza. In: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais...**Santa Cruz: UNISC, 2013.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In.: GADET. F. e HAK. T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993. p. 13 – 36.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas. **Da estratégia fome zero ao plano Brasil sem miséria**. Rio de Janeiro, 2012.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.

INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, Freda. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In.: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Carta Capital**, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/a-financeirizacao-da-politica-social-o-caso-brasileiro-301.html>>. Acesso em: 09 out. 2015

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais**. Campinas: Editora Revan, 1998.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil. In.: ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador**. Campinas: Ed. Pontes, 1993.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Capitalismo, Políticas Sociais e combate à pobreza**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MITTMAN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In.: **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Leandro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

_____. Discurso e Texto: na pista de uma metodologia de análise. In.: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, questão social e seu enfrentamento**. In.: Questão agrária – pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MOREIRA e SILVA, Carla Letuza. **O referendo do comércio de armas no Brasil: diferenças e divergências no discurso jornalístico sobre**. Dissertação. UFRGS. Instituto de Letras, 2007.

MOREIRA, Viviam Lemes e ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso no Twitter, efeitos de extermínio em rede. **Revista Rua**. Campinas, v. 2, n. 17, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=115>>. Acesso em 04 out. 2015.

NASCIMENTO, Aline Fática e REIS, Carlos Nelson dos. Os programas de transferência condicionada de renda na América latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Revista Políticas Públicas**, São Luís do Maranhão, v. 13, n.2, p. 183-193. jul./dez. 2009.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.19, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>>. Acesso em 14 jul. 2015.

NUNES, Horta José. Introdução. In.: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 7-10.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Estudos da Língua(gem): Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In.: SILVA, Maria da Conceição Fonseca. et. al. (Org.). Estudos da Língua(gem): **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005. p. 9-13.

_____. **Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia**. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

_____. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 10ª Edição. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador**. Campinas: Ed. Pontes, 1993.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: ClaraLuz, 2005. p. 75-88.

_____. **Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 260 p.

_____. O Sujeito do discurso contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

_____. **Discurso e Políticas Públicas Urbanas** – A fabricação do Consenso. Campinas: Ed. RG, 2010.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In.: **Estudos da linguagem**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. n.1, jun. 2005. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

PAIVA, Beatriz e MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n2. jul./dez. 2009.

PAULANI, Leda Maria. A redução da desigualdade e os projetos em disputa. *Jornal do Brasil*. **Plataforma Política Social**, São Paulo, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/plataforma-politica-social/noticias/2012/11/02/a-reducao-da-desigualdade-e-os-projetos-em-disputa/>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

PAVEAU, Marie-Anne. Reencontrar a memória: percurso epistemológico e histórico. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 239 – 248.

PECHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 7-124, jul.-dez. 1990.

_____. **Estrutura ou Acontecimento**. 6ª Edição, Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.

_____. Papel da Memória. In.: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e Discurso. Uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do discurso (ADD-69). In: FUCHS, Catherine e PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

_____. O discurso: Estrutura ou acontecimento. In.: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Nota ao leitor**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2012. p. 7-9.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010, 235 p.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social – temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara e AMORIN, Álvaro André Santarém. Pobreza no Brasil e na América Latina: Concepções restritas sobre realidades complexas, 2010. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 132-148, jul./dez. 2010. Disponível em:< file:///R:/Downloads/Dialnet-PobrezaNoBrasilENaAmericaLatinaConcepcoesRestritas-3998946.pdf>. Acesso em 04 mai. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida e STEIN, Rosa Helena. **Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América latina**. In.: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara; MIOLO, Regina Célia (orgs.) **Capitalismo em Crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PFEIFER, Mariana. Bresser Pereira e o pacto neodesenvolvimentista. **Revista Temporalis**, Brasília, jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6066>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, M. et al. **Atlas da Exclusão social, v.3: Os ricos do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA. **Revista um ano de resultados**. Brasília, 2012. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/RevistaBrasilSemMiseria%202012.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA. **Revista um novo Patamar de desenvolvimento**. Brasília, 2013. Disponível em:< Http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/RevistaBSm_2anos.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA. **Revista o Brasil mudou**. Brasília, 2014. Disponível em:< <http://obrasilmudou.mds.gov.br/index.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PORTAL CARTA MAIOR. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/> . Acessado em 19 de novembro de 2013.

PORTAL G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/>. Acessado em 03 de dezembro de 2013.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista textos e contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **A resistência do compromisso** (Prefácio). In.: Para Compreender a Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragedia e farsa. **Revista Serviço social e sociedade**. São Paulo, dez. 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015

SCHERER, Amanda Eloína e TASCHEÑO, Tania Regina. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. In.: **Estudos da linguagem – Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n.1, Jun., 2005. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

SCHWAAB, Reges. **Formação Discursiva e Lugar Discursivo: entrelaçamentos para lei o discurso jornalístico**. V SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

_____. **Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivo da análise do discurso**. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n° 1, p 11-23, 2007.

SCHWAAB, Reges e ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção conceito de interdiscurso. **Revista Vozes e diálogo**, Itajai, v. 13, n.1, jan./jun. 2014. Disponível em:<<http://www6.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/5387> >. Acesso em 22 set. 2015.

SCSÍU, J. DE PAULA, L.F, MICHEL, R. Por que novo desenvolvimentismo? **Revista de economia política**. Rio de Janeiro, out. 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015

SIMIONATO, Ivete e COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sócias: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. In.: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.17, n.1, jan./jun. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katálysis, Florianópolis, v.13, n. 2, jul./dez.2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo Di. **A política Social Brasileira no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Alan Teles. **Crise capitalista e assistência social: concepções e particularidades das transferências de renda no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Brasília, UNB, Brasília, 2012.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista entreideias**, Salvador, n.14, p.39-53, jul./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3007>>. Acesso em 22 set. 2015.

SILVEIRA, Cristina Cattaneo. **Interpretação e decisão: Uma análise discursiva do julgamento sobre a delimitação da reserva indígena “Raposa do Sol”.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2013

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: Quem é e como vive.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, out. 2009. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_rale_brasileira.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015

_____. Entrevista na IHU. Nova classe média: um discurso economicista. [02 jan. 2013]. Entrevistador: IHU online. **São Leopoldo: Instituto Humanas Unisinos.**

_____. **Os batalhadores: nova classe média ou nova classe trabalhadora?.** 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

STÉDILE, João Pedro. [Primeira letra...]. In.: BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **O Brasil real – a desigualdade para além dos indicadores.** São Paulo: Outras expressões, 2012. Orelha.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.110, abr./jun. 2012.

VOSS DOS SANTOS, Jefferson Fernando, LABES, Elizabeth. As ações afirmativas na publicidade: regularidades discursivas nas campanhas da Coca Cola Brasil. In: CELLI – COLOQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2009. p. 1486-1496.

ZANDWAIS, A. **A heterogeneidade do conceito de paráfrase**. Ensaios – Estudos da linguagem. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1996.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto e SILVA, Marina da Cruz. **Concepções neoliberais nas políticas sociais brasileiras**. Revista Espaço Acadêmico – nº 64 – set. 2006. Ano VI

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz a fronteira. In.: **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Leandro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O77 Orth, Thiana

“O fim da miséria é só um começo?” : noção de pobreza no discurso do Plano Brasil sem Miséria / Thiana Orth – 2015.

156 fls.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2015.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gleny Terezinha Duro Guimarães

1. Serviço Social – Brasil. 2. Política Social – Brasil. 3. Pobreza – Brasil.
I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

CDD 361.981